

# Relatório e Contas 2006

## Consolidado



# ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL</b>	5
<b>I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA</b>	
1. Órgãos Sociais da Caixa Central	11
2. Organograma do Grupo	15
3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2006	16
4. Principais Indicadores do SICAM	22
<b>II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b>	24
<b>III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA</b>	
<b>1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas</b>	42
<b><i>1.1. Actividade Comercial</i></b>	43
<b><i>1.2. Marketing e Canais de Distribuição</i></b>	50
<b><i>1.3. Actividade da Área Financeira</i></b>	61
<b><i>1.4. Área Internacional, Emigração e Representações no Exterior</i></b>	65
1.4.1. Área Internacional	65
1.4.2. Emigração e Representações no Exterior	66
<b><i>1.5. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria</i></b>	69
1.5.1. Gestão de Recursos Humanos	69
1.5.2. Meios Materiais e Logística	71
1.5.3. Auditoria Interna	72

<b>1.6. Banca Seguros</b>	75
1.6.1. Seguros – Ramos Reais	75
1.6.2. Seguros – Ramos Vida	77
<b>1.7. Banca de Investimento</b>	81
1.7.1. CA Dealer	81
1.7.2. CA Gest	85
1.7.3. CA Consult	89
<b>1.8. Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais</b>	91
<b>1.9. FENACAM</b>	96
<b>2. Supervisão, Orientação e Acompanhamento das Caixas Associadas</b>	99
<b>2.1. Políticas de Consolidação Económico-Financeira</b>	101
<b>2.2. Acompanhamento das Caixas Associadas</b>	103
<b>2.3. Sistemas de Informação de Suporte</b>	104
<b>3. Execução do Programa de Modernização</b>	105
<b>3.1. Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade</b>	107
<b>3.2. Sistema de Informação – Programa Ruris +</b>	113
<b>4. Análise Financeira</b>	120
<b>5. Evolução Económica do SICAM</b>	130
<b>IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO</b>	
1. Balanço e Demonstração de Resultados	139
2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas	145
3. Certificação Legal de Contas	199
4. Parecer do Conselho Consultivo	202

## **CONSELHO GERAL**

## Mensagem do Presidente do Conselho Geral

Exmos. Senhores

Dirigentes das

Caixas de Crédito Agrícola Mútuo,

O exercício de 2006, cujo Relatório e Contas Consolidadas é submetido à apreciação da Assembleia Geral do SICAM, ficou marcado pelo desempenho muito positivo nas diversas áreas de negócio do Grupo, traduzindo-se na obtenção dos resultados mais elevados de sempre em cada uma delas, e verificando-se também, facto que merece destaque, que o activo líquido do Grupo Crédito Agrícola ultrapassou, no final do exercício, os 10 mil milhões de euros.

Assim, na actividade de banca comercial, que coincide com o SICAM, os resultados líquidos de impostos em 2006 totalizaram 95,5 milhões de euros, representando um incremento de 10,1% em relação aos lucros de 2005 (86,8 milhões de euros).

Para além dos resultados positivos da Caixa Central – aspecto já referido no Relatório e Contas desta instituição apresentado à Assembleia Geral de 31 de Março –, contribuíram de modo significativo para a melhoria dos resultados do SICAM, os lucros líquidos individuais de mais de uma trintena de Caixas – cujos resultados excederam 1 milhão de euros, tendo em onze dessas Caixas ultrapassado mesmo os 2 milhões. Algumas Caixas, porém, continuam a evidenciar prejuízos que penalizam os resultados consolidados do Grupo, situação que terá de merecer adequada atenção.

Para o crescimento dos resultados do SICAM no exercício findo, contribuiu apreciavelmente a expansão da margem financeira em 8,2% – um acréscimo de 25,6 milhões de euros. Mas há a registar também, como aspecto de particular interesse, o contributo das comissões, em que se verificou um acréscimo de mais de 11 milhões de euros (+ 18%), em virtude não só da expansão do *cross-selling*, mas também da maior eficácia na cobrança das comissões bancárias. Continua porém a haver uma margem importante para a expansão desta componente dos proveitos, que se procurará potenciar com o projecto da margem complementar, já em fase adiantada de desenvolvimento.

Apesar de os resultados do SICAM terem tido em 2006 uma expressão “recorde”, não acompanharam plenamente a expansão conseguida no produto bancário, que teve um acréscimo de quase 38 milhões de euros, em virtude dos maiores custos de funcionamento que os investimentos no programa de modernização tecnológica acarretaram neste exercício – como já sucedera em 2005. Com a conclusão em 2007 desse ciclo de investimentos, existe margem para uma expansão ainda mais significativa dos resultados do Grupo, se as condições de base do negócio se mantiverem favoráveis.

No plano comercial, a evolução do SICAM caracterizou-se por um crescimento dos depósitos de clientes de quase 6%, ou seja, de 8.146 milhões de euros em Dezembro de 2005 para 8.630 milhões em finais de 2006, o que se considera positivo, face à crescente pressão concorrencial e à atitude de contenção que o Crédito Agrícola em geral tem mantido nas taxas praticadas.

Já no respeitante ao crédito a clientes, o seu valor em finais de 2006 apresenta um crescimento de apenas 1,5% em relação a 2005, o que porém está influenciado pelo saneamento da carteira efectuado no final do ano – seguindo prática corrente nas outras instituições financeiras. Sem este factor, o crescimento do crédito teria sido da ordem de 3,6 %. O crédito líquido de provisões, por sua vez, cresceu 3,4%.

Entretanto, o rácio de crédito vencido situou-se, em finais de 2006, em 4,3% para o conjunto do SICAM.

No tocante ao rácio de transformação do Crédito Agrícola, que tem descido desde 2003, o seu valor no final de 2006 situou-se em apenas 80,7% (65,9% no conjunto das CCAM), contra 84,4% em 2005 (68,3% para as CCAM). Como esta situação coexiste com um nível relativamente elevado no rácio de solvabilidade, o Crédito Agrícola é presentemente, dos principais bancos portugueses, aquele que – salvaguardando sempre a liquidez do sistema - dispõe de maior margem de manobra para a expansão do negócio na vertente do crédito. É porém absolutamente fundamental, para podermos com segurança tirar partido desta situação para o crescimento do Grupo, que melhorem os procedimentos e as práticas actuais na área do crédito, sobretudo nas Caixas que têm apresentado índices de incumprimento claramente excessivos. As ferramentas de análise de risco que, no âmbito da preparação do Crédito Agrícola para Basileia II, estão em desenvolvimento, são neste contexto de grande importância, impondo-se a sua aplicação prática pelas CCAM à medida

que vão sendo disponibilizadas.

O contrato de agência, cujo modelo a Caixa Central vai reformular no sentido de o tornar mais aliciente para as CCAM, poderá ser neste contexto um importante veículo para o Crédito Agrícola aproveitar o potencial de que actualmente dispõe para o crescimento do crédito, expandindo assim a margem financeira e gerando comissões.

Noutro plano, a revisão do Regime Jurídico, cujo processo já desencadeámos, é imperiosa para o normal desenvolvimento do negócio do Crédito Agrícola, pois o regime em vigor é já bastante limitativo da actividade das Caixas.

Na evolução do SICAM em 2006 há também a destacar a prossecução a bom ritmo do processo de fusões entre Caixas Associadas, tendo-se concretizado no total seis fusões, o que reduziu o número de Caixas para 105, com um activo médio de 91,6 milhões e com uma rede, em média, de 6 balcões por Caixa. Regista-se, como aspecto positivo neste processo, que as fusões começam a ser essencialmente orientadas para a consolidação e reorganização do SICAM, não se limitando já à resolução de situações específicas de desequilíbrio, como foi predominantemente o caso no passado.

Outro aspecto também revelador da progressiva melhoria das condições de exploração do SICAM, é o facto de que, quando se consideram as Caixas Associadas no seu conjunto, no final de 2006 todos os indicadores e rácios normativos estabelecidos pela Caixa Central eram cumpridos, excepção feita ao rácio de eficiência, onerado nos últimos anos pelo já referido esforço de investimento do Grupo no seu programa de modernização tecnológica.

Na área da banca de investimento, há a registar o bom desempenho da CA Gest, que igualmente obteve o seu melhor resultado de sempre, alicerçado numa nova estratégia de abordagem ao mercado, que se caracterizou principalmente pelo reforço da aposta no segmento alto. Refira-se adicionalmente que alguns dos fundos de investimento geridos pela CA Gest foram distinguidos por revistas da especialidade como estando entre os de melhor rentabilidade na sua classe.

Merece por outro lado destaque o resultado líquido positivo obtido pela CA Dealer, em grande medida como reflexo da reestruturação operada, com redução de custos e obtenção de maiores receitas na actividade corrente, embora beneficiando também de resultados

extraordinários positivos. Em relação a esta área de negócio, perspectiva-se o estabelecimento de uma parceria com uma entidade estrangeira, mantendo por essa via o serviço aos clientes do Crédito Agrícola.

Na área da banca de negócios, há a destacar a estabilização da exploração da CA Consult que, em 2006, iniciou uma nova orientação estratégica, com particular enfoque nos sectores do *Agribusiness* – entendido como toda a cadeia de valor dos sectores agro-alimentar, florestal e de energias renováveis –, e que se tem traduzido no envolvimento da empresa no estudo de diversos projectos nestes sectores, e na gestão do fundo de capital de risco Agrocaptal.

Finalmente, na actividade seguradora, quer a CA Seguros quer a CA Vida registaram um crescimento significativo dos seus lucros, que foram, como nas outras áreas do Grupo, também os maiores de sempre, ao mesmo tempo que a segunda foi designada pela Revista Exame como a melhor seguradora do ramo vida em Portugal, e que a primeira foi distinguida em diversos aspectos da sua actividade por outra revista da especialidade.

A actividade seguradora do Crédito Agrícola destacou-se igualmente em 2006 pelos índices de crescimento dos prémios brutos emitidos, quer no ramo vida quer no de riscos reais, que foram bem superiores à evolução global do sector, tal se traduzindo em significativos ganhos de quota de mercado. Parece assim que a interacção comercial entre as nossas duas companhias seguradoras e as Caixas Associadas, nas quais reside a força de vendas no quadro do modelo de banca-seguros que o Grupo pratica, tem vindo a intensificar-se e a ganhar eficácia.

Noutra vertente, o Crédito Agrícola prosseguiu em 2006 a execução dos projectos relacionados com a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade e com a preparação do Grupo para o enquadramento regulamentar de Basileia II, bem como com as outras iniciativas integradas no programa de modernização tecnológica. Neste âmbito, merece particular realce a implantação em Ermesinde, fora da zona sísmica de Lisboa, do Centro de Dados Alternativos do Grupo Crédito Agrícola, que veio dotar o Crédito Agrícola com um elevado nível de segurança nos seus sistemas e dados de negócio.

A finalizar, mas sendo naturalmente aspecto de grande relevância, gostaria de referir o lançamento da nova imagem do Crédito Agrícola, que constituiu um dos factos mais

marcantes do exercício de 2006, e que teve excelente acolhimento por parte dos associados e clientes e do público em geral. A nova imagem procura transmitir as profundas transformações que se têm operado no Crédito Agrícola visando a sua modernização e o desenvolvimento de uma nova dinâmica de negócio, embora seja inspirada naturalmente nos nossos símbolos tradicionais. As empresas do Grupo também alteraram os seus logótipos, alinhando-os com a matriz do Crédito Agrícola. Neste momento, a esmagadora maioria das Caixas já introduziram a nova imagem nas suas sedes e balcões, ou têm em curso esse processo.

Face à evolução das condições de negócio do Grupo em 2006 e à vastidão das iniciativas que foram lançadas para o seu desenvolvimento e modernização, podemos dizer que o Crédito Agrícola está no rumo certo para consolidar a sua posição no sistema bancário nacional, afirmando-se crescentemente como um conglomerado financeiro de grande solidez e com elevada qualidade de serviço.

Os próximos anos serão decisivos, mas não tenho dúvidas que, com o melhor esforço de todos, o Crédito Agrícola vai vencer os desafios que tem por diante e alcançar esse grande objectivo.

Lisboa, 7 de Maio de 2007

O Presidente do Conselho Geral



# **I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA**

# 1. Órgãos Sociais da Caixa Central

## **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Amares

*Presidente*

**Paulo Rebelo Barbosa de Macedo**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

*Secretário*

**Carlos Alberto Pereira Martins**

## **CONSELHO GERAL**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal

*Presidente*

**Carlos Alberto Courelas**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

**Francisco Amâncio Oliveira Macedo**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego

**António João Mota Cachulo da Trindade**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Gadiana Interior

**José Artur Palma Estrela**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

**Jorge Manuel da Piedade Volante**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende

**Alberto Gonçalo Resende Moreira Festa**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio

**António Manuel Nobre Louçã**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega

**Artur Teixeira de Faria**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Viseu-Tondela

**Américo Afonso Cardoso Loureiro**

## **DIRECÇÃO**

*Presidente*

**João António Morais da Costa Pinto**

Vogal

**Licínio Manuel Prata Pina**

Vogal

**Renato Manuel Ferreira Feitor**

Vogal

**Mário Dúlio de Oliveira Negrão**

Vogal

**José Fernando Maia Alexandre**

## **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

**Deloitte e Associados, S.R.O.C., S.A.**

**Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães**

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

*Presidente*

**João Lázaro da Cruz Barrote**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Águeda

**José Luís Sereno Gomes Quaresma**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Corgo e Tâmega

**Alcino Pinto dos Santos Sanfins**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Douro

**Paulo Alexandre Varela Martins**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

**Francisco José Salgueiro Correia**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

**António Augusto Nascimento Mateus**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra

**José Paulo Barbosa Moreira de Sousa**

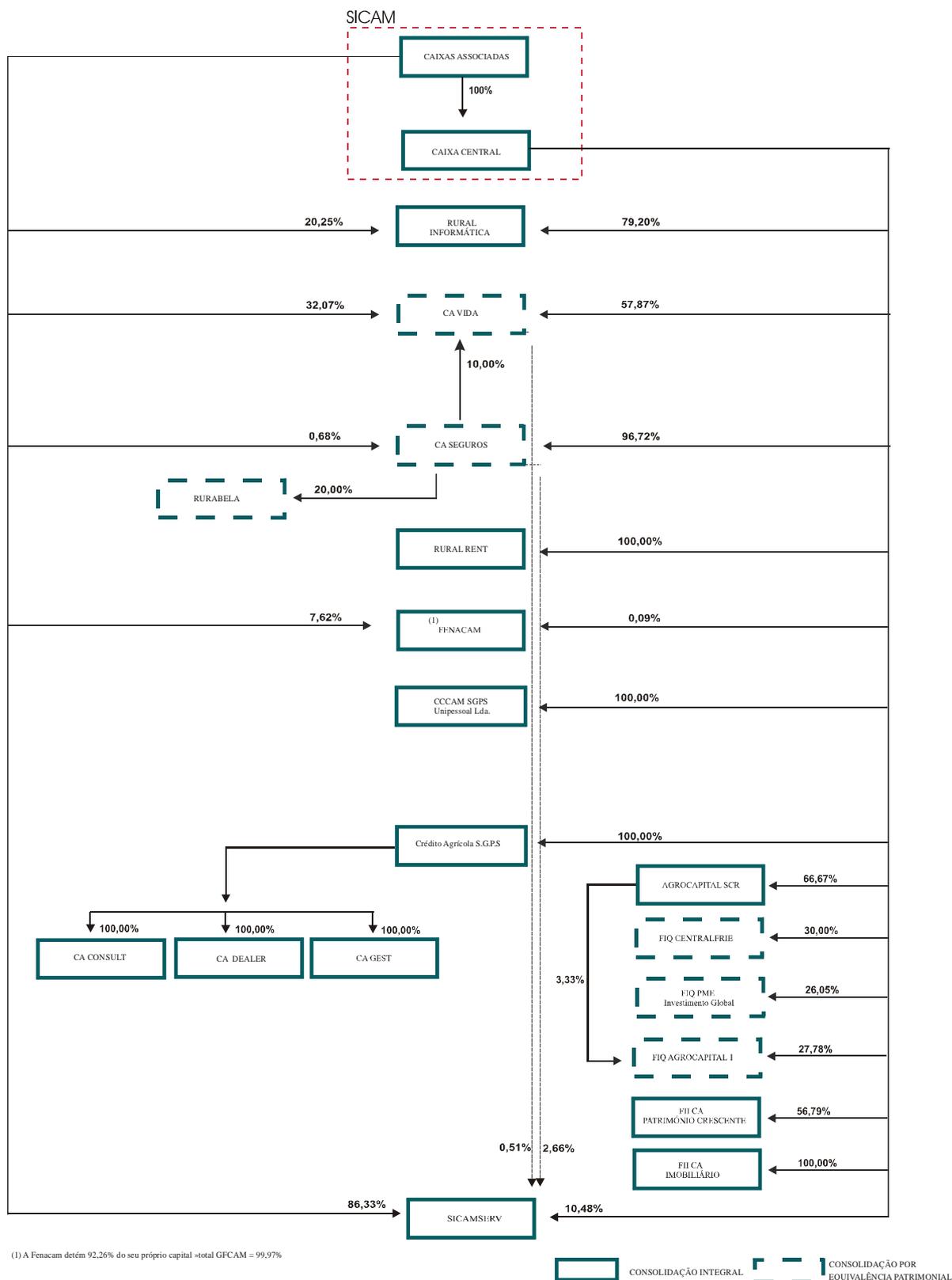
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

**Henrique Vasconcelos Teixeira**

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

**Ângelo de Jesus Antunes**

## 2. Organograma do Grupo



### 3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2006

No ano de 2006 há a registar a prossecução da consolidação financeira da Caixa Central, que perfez o seu quarto exercício consecutivo com resultados positivos e crescentes, ao mesmo tempo que, por decisão de gestão, reforçou de modo importante as suas provisões para a cobertura de diversos riscos.

No mesmo âmbito destaca-se o crescimento muito significativo dos resultados da CA Vida e o facto de ter sido considerada pela revista Exame a melhor seguradora do Ramo Vida.

A CA Seguros também obteve uma performance bastante positiva prossequindo o crescimento sustentado dos últimos anos.

Na área da Banca de Investimento, a CA Gest obteve o melhor resultado líquido de sempre, fruto da nova estratégia de abordagem do mercado, principalmente pelo reforço do negócio ao nível do segmento alto.

Merece igualmente destaque o resultado líquido positivo obtido pela CA Dealer, em parte pelo crescimento das comissões líquidas devido aos proveitos de corretagem e derivados e de uma redução significativa dos custos de estrutura, mas também por via da contribuição positiva dos resultados extraordinários.

No contexto do reequacionamento do negócio de corretagem no Grupo Crédito Agrícola foram realizadas negociações perspectivando o estabelecimento de uma parceria com uma entidade estrangeira especializada naquele tipo de serviços, sem deixar de assegurar a manutenção da relação com os clientes de retalho no Grupo Crédito Agrícola, com prévia transferência das contas de títulos de clientes da CA Dealer para a Caixa Central.

Na área da Banca de Negócios destaca-se a estabilização da exploração da CA Consult que, em 2006, iniciou uma nova fase de implementação do modelo de negócio, dando um maior enfoque nos sectores que constituem o *Agribusiness* – entendido como toda a cadeia de valor dos sectores agro-alimentar, florestal e energias renováveis.

No que se refere ainda à melhoria dos resultados do Grupo, destaca-se a performance atingida pela maioria das CCAM, tendo em conta que 31 Caixas Associadas registaram lucros superiores a 1 milhão de euros, sendo de destacar, entre estas, 11 CCAM com

resultados em base individual superiores a 2 milhões de euros.

Merece também referência especial a prossecução do movimento de consolidação do SICAM, traduzido no número de fusões em 2006 – 6 processos de fusão –, pelo que o número de Caixas Associadas passou de 111 para 105.

No respeitante ao apoio à fusão de Caixas, iniciou-se uma nova orientação estratégica, privilegiando-se a promoção de fusões de CCAM como veículo de consolidação económico-financeira e de reorganização estrutural do SICAM, e não meramente como forma de ultrapassar situações de insolvência.

O Programa de Modernização do Grupo Crédito Agrícola, lançado há três anos, prosseguiu em 2006 o seu desenvolvimento a um forte ritmo, dividindo-se em dois Programas autónomos, mas complementares: um de natureza organizacional, onde se insere o programa de reorganização da Caixa Central denominado **Programa de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade (PDQD)**, e outro com as iniciativas de carácter mais tecnológico, incluídas no **Programa Ruris+**.

O ano de 2006 ficou também marcado pelo desenvolvimento de iniciativas fortemente relacionadas com o vector de regulamentação, supervisão e controlo, com vista não só a preparar o SICAM para a adaptação às Normas Internacionais de Contabilidade, como também à adaptação da sua estrutura aos requisitos decorrentes do Acordo de Basileia II, através da definição de um **Programa de Transformação da Função de Risco**.

Em 2006, o Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade foi marcado pelo esforço de reorganização da Caixa Central, visando melhorar os serviços prestados aos clientes e a qualidade e eficácia do apoio às Caixas Associadas, destacando-se as iniciativas:

- Operacionalização da Função de Marketing, envolvendo a elaboração de um Plano de Marketing Estratégico e Operacional que será um instrumento de orientação para o Grupo e que permitirá conhecer todas as acções comerciais a realizar pelas diversas entidades em 2006;
- Operacionalização do Departamento Comercial, projecto de crucial importância para a preparação da expansão do Crédito Agrícola, através da Caixa Central, nos centros urbanos de Lisboa e Porto, criando as condições funcionais e humanas para responder a

esse desafio, em conjunto com a contínua melhoria das condições de funcionamento dos Balcões já existentes;

- Operacionalização do Departamento de Meios Electrónicos de Pagamento, que se centrou na reorganização interna desta área, focando a sua actividade na gestão do negócio, libertando-o das actividades operativas que o suportam e criando mecanismos de controlo e gestão dos produtos e serviços por ele prestado;
- Operacionalização do Gabinete de Canais Complementares, que visa, essencialmente, o desenvolvimento estratégico dos mesmos, de forma a dotar o Grupo de um Modelo “MultiCanal” de distribuição, inovador e competitivo, facilitando e expandindo o relacionamento com os Clientes do Grupo Crédito Agrícola.

Relativamente aos sistemas de informação, destacam-se especialmente:

- os projectos relacionados com a preparação do Crédito Agrícola para o novo enquadramento de Basileia II;
- o projecto das Normas Internacionais de Contabilidade;
- a implementação do Centro de Dados Alternativos do Crédito Agrícola – no âmbito do Plano de Continuidade do Negócio – que vem conferir um elevado grau de segurança aos sistemas e dados de negócio do Grupo;
- o projecto da Margem Complementar;
- os projectos da Área de Marketing;
- o projecto ELO (Cliente Grupo);
- a nova Solução de Balcão – projecto que culminará todos os trabalhos na área de integração de sistemas e dotará as Caixas de condições de trabalho perfeitamente alinhadas com as da concorrência em termos de qualidade, eficiência, produtividade, apoio à venda e minimização do risco operacional.

Visando a melhoria do processo de comunicação e um maior alinhamento dos sistemas de informação com as necessidades de negócio foi criado o Gabinete de Acompanhamento das Caixas, com a missão de estabelecer um estreito relacionamento entre a RI/SICAMSERV e

as Caixas Associadas, melhorando por essa via a eficácia e a eficiência na utilização dos sistemas de informação no Grupo.

É também de referir a redefinição do escopo de actividades da RI e do SICAMSERV, em função da missão e dos objectivos destas duas entidades, tendo-se procedido, nesse contexto, à reafecção dos seus recursos.

Merece ainda destaque a entrada em funcionamento do novo sistema informático da CA Vida e da CA Gest e o investimento feito pela CA Seguros na actualização de equipamentos informáticos e na criação e gestão interna do seu site na Internet.

No contexto do Projecto Solvência II, a CA Seguros iniciou, com a colaboração da Ernst & Young, um projecto para a implementação de um Sistema de Gestão Integrada do Risco, para o desenvolvimento de modelos internos de medição e avaliação do risco específico de seguros, risco de mercado e risco de crédito, e implementação de modelos de capital económico.

Relativamente aos cartões de débito e crédito, destaca-se a adesão por parte dos clientes à **modalidade de pagamento a prestações – Soft** e a evolução dos **Cartões BeFree e SuperJovem**, orientados para os segmentos mais Jovens do Crédito Agrícola.

No campo da oferta de novas soluções foi lançado pela CA Seguros o produto “CA Saúde” que veio completar a oferta disponível para o mercado de Particulares e Empresas.

A CA Vida iniciou a actividade de Gestão de Fundos de Pensões, o que permitiu ao Grupo passar a disponibilizar aos clientes e associados mais uma alternativa de solução de poupança para garantir o futuro.

A CA Gest desenvolveu um novo serviço de valor acrescentado de Gestão de Carteiras para o segmento de afluentes, através do lançamento das Contas Dinâmicas de Investimento, nas quais se incorporam serviços de aconselhamento financeiro e de gestão de carteiras, de acordo com três perfis de investimento do cliente, tendo também desenvolvido um serviço de gestão patrimonial, designado “Valorização +”, destinado a combinar uma estratégia de retorno absoluto com uma participação na valorização dos mercados accionistas.

Merece também realce em 2006 o lançamento da nova imagem do Crédito Agrícola.

O novo logótipo surgiu da necessidade de tornar mais visível a mudança que se tem vindo a implementar a nível tecnológico, organizacional e de evolução do negócio, e o seu reflexo na modernização do Grupo Crédito Agrícola, mantendo-se porém a fidelidade à matriz tradicional dos símbolos do Crédito Agrícola. As empresas do Grupo também alteraram os seus logótipos alinhando-os com as principais características do logótipo do Grupo.

No que concerne às campanhas de Marketing, merece especial destaque a **Campanha Institucional** do Grupo Crédito Agrícola, que foi a iniciativa com maior expressão em 2006, e que se centrou na divulgação da nova imagem do Grupo, ao mesmo tempo que sublinhava o novo posicionamento – o de uma instituição moderna, de âmbito nacional, com uma oferta de produtos e serviços diversificada, e capaz de satisfazer um leque alargado das necessidades dos seus Clientes.

No 2º semestre de 2006 deu-se como concluída a 1ª fase do projecto de Extracto Integrado que permitiu aos clientes do Grupo Crédito Agrícola receberem informação agregada sobre o seu património financeiro.

No âmbito da reorganização das estruturas do Crédito Agrícola no exterior, foi decidido o encerramento, com efeito a 31 de Dezembro de 2006, da Sucursal Financeira Exterior situada na Zona Franca de Santa Maria, nos Açores, sendo que a actividade nela desenvolvida se centra agora nas Sucursais Financeira Exterior da Madeira e de Cabo Verde. Por outro lado, obteve-se autorização para a constituição de uma Instituição Financeira Internacional (na modalidade de sociedade controlada), com o objecto de sociedade gestora de activos e a operar também em Cabo Verde.

Na área financeira, procedeu-se à instalação da ferramenta especializada na gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro que irá suportar, nomeadamente, o desenvolvimento das actividades do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO). Com a implementação desta nova solução técnica serão criadas novas bases para o aprofundamento da gestão dos riscos de balanço associados a cada unidade do SICAM e ao Grupo Crédito Agrícola como um todo.

O novo Modelo de Arquivo Centralizado permitiu a concentração de documentação no Arquivo Central, localizado nos arredores de Lisboa, libertando espaço no edifício da Rua Castilho, e permitiu agilizar a actividade de resposta a pedidos de documentação em arquivo através da digitalização de documentos. Foi iniciado com uma CCAM um projecto-piloto

visando a extensão deste serviço às Caixas Associadas, indo ao encontro de uma necessidade sentida de modo crítico por muitas delas.

Na área de recursos humanos, merece destaque ainda o lançamento do Processo "Relação Activa" que visa a identificação/caracterização do perfil de competências, motivações e potencial dos empregados da CCCAM.

Visando a melhoria da comunicação relativa à política de formação do Grupo foi lançado o Boletim Trimestral do Centro de Formação.

Na mesma linha, a CA Seguros desenvolveu um abrangente projecto de Valorização e Gestão do Capital Humano, em parceria com a SDO Consultoria, incluindo um modelo de competências para a definição de funções, avaliação dos Colaboradores e identificação das pessoas-chave na organização.

Foi também promovida a adesão directa das CCAM que o desejassem ao *BPnet*, tirando partido das novas infra-estruturas computacionais e de telecomunicações, tendo-se concretizado até ao final de 2006 mais de 60 adesões.

O processo de implementação efectiva da função Auditoria nas CCAM conheceu também uma acentuada aderência, para o que foi determinante a divulgação efectuada e a metodologia de treino aos auditores, ministrada pelo IFB e pelo Gabinete de Auditoria.

Com o objectivo de reforço do Sistema de Controlo Interno no SICAM, têm vindo a ser disponibilizados instrumentos base de apoio aos procedimentos de controlo para os diversos níveis de intervenção.

Realizou-se o 2º Encontro de Quadros do Crédito Agrícola, que teve como objectivo fortalecer a cultura de Grupo e dar a conhecer os diferentes projectos de reorganização e modernização em curso no Crédito Agrícola.

Perto do final do ano, na Assembleia Geral do SICAM realizada a 25 de Novembro, foram eleitos os membros dos órgãos sociais da Caixa Central para o triénio 2007-2009, os quais tomaram posse a 12 de Janeiro de 2007.

## 4. Principais Indicadores do SICAM

	2004	2005	2006	Δ% 05/04	Δ% 06/05
Depósitos de Clientes	7.599.019	8.146.406	8.630.478	7,2%	5,9%
Créditos sobre Clientes	6.581.144	6.863.579	6.965.977	4,3%	1,5%
Activo Líquido	8.696.048	9.364.701	10.090.190	7,7%	7,7%
Situação Líquida	656.859	738.050	828.237	12,4%	12,2%
Margem Financeira	315.897	312.345	337.953	-1,1%	8,2%
Produto Bancário	396.075	394.854	432.584	-0,3%	9,6%
Resultado Líquido	89.892	86.799	95.577	-3,4%	10,1%
Cash Flow	178.870	174.956	163.434	-2,2%	-6,6%
Rácio de Solvabilidade (Grupo)*	12,9%	14,0%	14,9%		
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)**	14,7%	12,4%	12,2%		
Rácio de Eficiência do SICAM	52,5%	56,4%	57,2%		
Número de CCAM	118	111	105		
Número de Balcões	616	628	632		
Activo Líquido Médio por CCAM	71.754	81.993	91.648	14,3%	11,8%
Número Médio de Balcões por CCAM	5,2	5,7	6,0		

\* Incluindo os Resultados do Exercício

\*\* No Relatório e Contas de 2005 foram reportados valores de ROE calculados a partir dos Capitais do final do ano, com base no rácio RL/SL do ano. No presente Relatório e Contas de 2006 o cálculo do ROE teve como base os Capitais médios  $RL / ((SL \text{ ano } n + SL \text{ ano } n-1) / 2)$

Em 2006 os principais indicadores do SICAM apresentam uma evolução em geral positiva face ao ano anterior.

Ao nível do Balanço regista-se como facto mais saliente que o Activo Líquido ultrapassou os 10 mil milhões de euros.

Os Depósitos de Clientes cresceram a ritmo ligeiramente inferior ao do ano anterior, em virtude do contexto económico pouco favorável à poupança, mas também em resultado da agressividade comercial da concorrência ao nível das taxas de remuneração oferecidas.

No entanto, como o Crédito cresceu a taxas moderadas o rácio de transformação do SICAM reduziu-se de 84,3% para cerca de 80,7%, o que se traduziu no reforço da liquidez do sistema expressa na situação interbancária líquida (que ronda os 964 milhões de euros, excluindo disponibilidades em bancos centrais).

O Activo Líquido e a Situação Líquida registaram em 2006 crescimentos significativos em linha com os verificados no ano de 2005, atingindo a situação líquida cerca de 828 milhões de euros.

No que se refere à Demonstração de Resultados os principais indicadores evoluíram de forma muito favorável, tendo o resultado líquido atingido o maior valor de sempre na história do SICAM.

O crescimento verificado no Rácio de Eficiência - que o mantém, porém, entre os melhores do sistema bancário - reflecte os investimentos recentes no programa de modernização, aspecto que tenderá a esbater-se em virtude da conclusão dos principais projectos.

O Activo Líquido médio por Caixa Associada cresceu 11,8% em 2006 devido ao crescimento do negócio e à redução do número de Caixas Associadas resultante do processo de fusões. O Activo Líquido médio por Caixa é agora de 91,6 milhões de euros e o número médio de balcões é de 6.

## **II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

# 1. Economia Mundial

Mantêm-se no essencial a estimativa do crescimento económico global formulado pelo FMI para 2006 e a sua previsão para 2007 – de 5,1% e 4,9%, respectivamente – apesar da evolução menos dinâmica que algumas economias, sobretudo a americana, apresentaram recentemente. Estas taxas de crescimento correspondem a um grande dinamismo da economia mundial, a qual atravessa um dos seus períodos de mais forte expansão de todos os tempos.

## Evolução da Economia Mundial

Taxas de crescimento  $\Delta\%$  PIB

	2004	2005	2006 Estimativa	2007 Previsão
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>3,2</b>	<b>2,6</b>	<b>3,1</b>	<b>2,7</b>
EUA	3,9	3,2	3,4	2,6 (*)
Japão	2,3	2,6	2,7	2,1
Zona Euro	2,1	1,3	2,7 (**)	2,4 (**)
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>7,6</b>	<b>7,2</b>	<b>6,9</b>	<b>6,6</b>
Brasil	4,9	2,3	3,6	4,0
Índia	8,0	8,5	8,3	7,3
China	10,1	10,2	10,0	10,0
<b>Economia Mundial</b>	<b>5,3</b>	<b>4,9</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>
<b><math>\Delta\%</math> Comércio Mundial</b>	<b>10,6</b>	<b>7,4</b>	<b>8,9</b>	<b>7,6</b>

Fonte: FMI, World Economic Outlook, Set. 2006

(\*) Revisão de Janeiro/2007

(\*\*) Recente revisão do BCE

Este ciclo de crescimento está neste momento generalizado a todos os grandes pólos da economia mundial, pois abrange quer os países já desenvolvidos, incluindo nestes o Japão e a Zona Euro que tiveram retoma mais demorada, quer os países ditos emergentes, que ganharam peso crescente na economia mundial (China, Índia, Rússia, Brasil,...) e até o próprio continente africano.

O crescimento do produto nos EUA deverá, no entanto, abrandar de 3,4% em 2006 para 2,6% em 2007, fruto do "arrefecimento" do mercado imobiliário e da subida acumulada das taxas de referência do FED que penalizam o consumo privado. O crescimento económico no Japão, cuja economia se encontra em ciclo de retoma, irá conhecer igualmente uma certa

desaceleração em 2007, que não deve porém impedir a sustentação do processo de expansão.

A mesma tendência verificar-se-á na Zona Euro, para a qual, todavia, o Fundo reviu em alta as suas projecções de crescimento do PIB para os anos de 2006 e 2007, o que igualmente foi feito pela OCDE, e mais recentemente pelo próprio BCE, face a uma previsão menos pessimista quanto ao impacto na economia alemã da subida do IVA em 3 pontos percentuais. No entanto, a quebra prevista para o crescimento da Zona Euro em 2007 continua a ser em grande medida imputável ao impacto deste agravamento do IVA, que se fará sentir sobretudo na primeira metade do ano.

A Espanha, que assume importância crescente como mercado para as exportações portuguesas, terá mantido em 2006 um crescimento do PIB em torno de 3,4%, e em linha com o projectado para a Zona Euro, deverá desacelerar em 2007, ano para o qual se prevê que a sua economia cresça em 3%. Existe no entanto alguma incerteza quanto à sustentabilidade do crescimento espanhol, dada a sua forte dependência do sector imobiliário – que representa mais de 18% do PIB e cujos activos poderão estar significativamente inflacionados – e do consumo privado, o que se faz acompanhar de um elevado défice externo e de crescente endividamento dos particulares.

Finalmente, a actividade económica nos países emergentes e em vias de desenvolvimento manter-se-á forte em 2007, com particular destaque para a China, cujo ritmo de expansão continuará extremamente elevado, e para a Índia, países que se estão a tornar dois colossos económicos.

### **Evolução da Economia Europeia**

Taxas de crescimento  $\Delta\%$  PIB

	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b> <b>Estimativa</b>	<b>2007</b> <b>Previsão</b>
<b>Zona Euro</b>	<b>2,1</b>	<b>1,3</b>	<b>2,7 (*)</b>	<b>2,4 (*)</b>
Alemanha	1,2	1,2	2,4	2,3
França	2,0	1,2	2,4	2,3
Itália	1,1	0,0	1,5	1,3
Espanha	3,1	3,4	3,4	3,0
<b>Portugal (**)</b>	<b>1,1</b>	<b>0,3</b>	<b>1,3 (***)</b>	<b>1,8</b>

**Fonte:** FMI, World Economic Outlook, Set. 2006

(\*) Revisão recente do BCE

(\*\*) Banco de Portugal, Boletim Económico, Inverno 2006

(\*\*\*) Dados finais do INE

A robusta expansão da economia mundial foi acompanhada, sobretudo na primeira metade de 2006, por um aumento das pressões inflacionistas, designadamente nos países desenvolvidos, devido à subida contínua dos preços quer do petróleo quer dos metais industriais, os quais atingiram máximos históricos. No entanto, a pressão altista sobre os preços atenuou-se a partir de meados do ano.

Assim, a inflação homóloga na Zona Euro ficou em 2005 ligeiramente abaixo do «target» de 2% definido pelo Banco Central Europeu (BCE), beneficiando da redução do preço do petróleo a partir do meio do ano, e que se acentuou na parte final, e a inflação básica (sem energia e produtos alimentares frescos) permanece significativamente abaixo desse nível.

Também nos EUA, os sinais inflacionistas que se verificaram na parte inicial do ano, esbateram-se subsequentemente afastando a probabilidade de novos ajustamentos em alta das taxas de referência do FED.

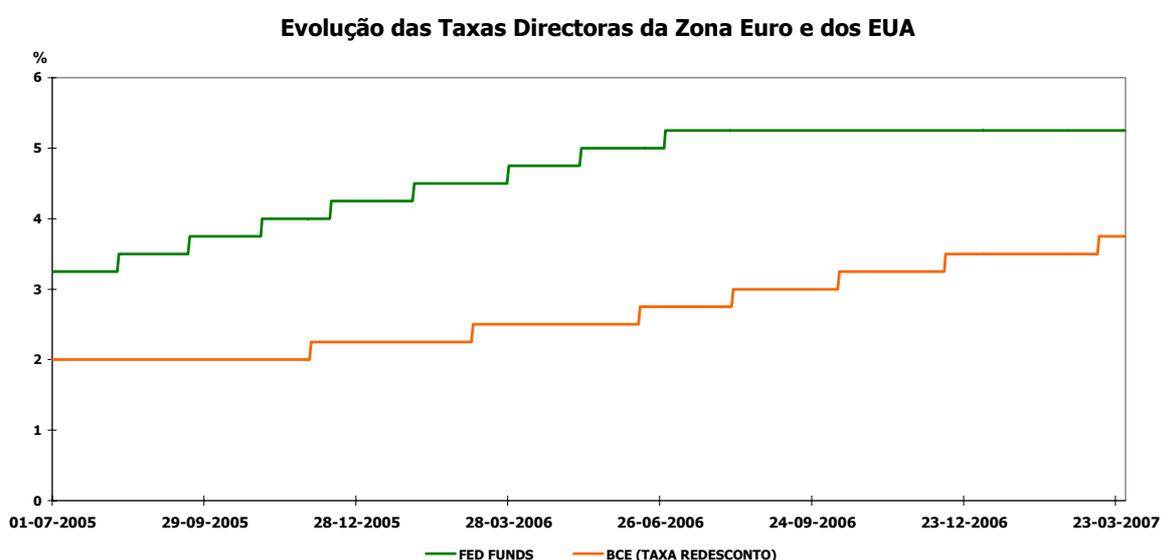
No Japão, país cuja economia se tem debatido com uma persistente deflação – descida contínua e generalizada dos preços –, não existem ainda sinais inequívocos de que esse problema tenha sido debelado, dado que a ligeira alta de preços ocorrida recentemente se ficou a dever essencialmente ao comportamento de categorias relativamente voláteis (produtos alimentares frescos).

Neste contexto, o FED, que na parte inicial do ano tinha continuado com a sua política de aumento das taxas de juro de referência, no sentido de prevenir subidas pronunciadas dos preços e conter as expectativas inflacionistas, manteve desde Junho a sua taxa de referência – a taxa dos fundos federais – invariante em 5,25%, numa atitude de expectativa, face a alguns sinais contraditórios sobre o comportamento da economia.

O BCE, por sua vez, subiu gradualmente a sua taxa directora – «repo rate» – do nível de 2,25% em que se encontrava em Dezembro de 2005 para 3,5% – já em Dezembro de 2006 – e para 3,75% em Março de 2007, com o consenso do mercado a antecipar novas subidas até ao final de 2007, dada a prioridade que o BCE confere ao controlo da inflação. A recuperação das economias da Zona dá alguma margem de manobra ao BCE para prosseguir essa política. A evolução da relação cambial entre o euro e as principais divisas,

e sobretudo o dólar dos EUA, será porém um aspecto que o BCE não deixará de ter também em conta, pois uma excessiva valorização do euro será prejudicial para a reanimação das economias europeias, ao afectar negativamente a competitividade da Zona.

Em Julho passado, o Banco do Japão terminou a política de taxa de juro “zero”, colocando a sua taxa de refinanciamento ao sistema em 0,25%, continuando porém com uma atitude de prudência, dado que, como se referiu, a situação de deflação ainda não se mostrava definitivamente superada.



Apesar das perspectivas favoráveis, tanto o FMI como a OCDE, assim como os principais bancos centrais mundiais, nomeadamente o FED e o BCE, continuam extremamente cautelosos relativamente à evolução da economia mundial em 2007, na medida em que consideram que os desequilíbrios macroeconómicos globais permanecem por resolver, ao mesmo tempo que continuam as condições de instabilidade em mercados estratégicos – sobretudo do petróleo bruto – com evolução pouco previsível.

O risco mais importante prende-se com o elevado défice da balança de transacções correntes dos EUA, o qual deverá rondar os 7% do PIB em 2007, enquanto a China mantém um *superavit* substancial, o que pode induzir perturbações nos mercados financeiros e cambiais, bem como suscitar o recrudescimento de políticas proteccionistas, prejudiciais ao crescimento global.

Outro factor de risco reside na evolução do mercado imobiliário americano que, se vier a sofrer uma quebra brusca, poderá induzir consequências gravosas sobre o crescimento dos EUA e, por reflexo, da economia mundial.

### Inflação e Desemprego

	2004	2005	2006 Estimativa	2007 Previsão
<b>Inflação <math>\Delta\%</math> IPC</b>				
EUA	2,7	3,4	3,3	2,4
Zona EURO	2,1	2,2	2,4	2,1
Espanha	3,1	3,4	3,6	2,7
Portugal (*)	2,5	2,1	3,0	2,3
<b>Taxas de Desemprego (%)</b>				
EUA	5,5	5,1	4,7	4,7
Zona EURO	8,9	8,6	8,2	7,9
Espanha	10,5	9,2	8,7	8,6
Portugal (*)	7,1	8,0	8,2	7,7

**Fonte:** OCDE – Perspectives Économiques, Julho 2006. The Economist, Jan.2007

(\*) Banco de Portugal, Boletim Económico, Inverno 2006 e Indicadores de Conjuntura, 11/06

A taxa de desemprego no último trimestre de 2006 terá subido para 8,2 contra 7,4% do trimestre anterior

Para as economias da Zona Euro, continua a reconhecer-se a imperiosa necessidade de consolidação orçamental e de reformas estruturais em importantes sectores, de modo que os diversos países readquiram margem de manobra para a utilização de políticas orçamentais para o relançamento da economia nas fases baixas do ciclo.

## 2. Economia Portuguesa

Os últimos números divulgados pelo INE para a evolução da economia portuguesa em 2006 indicam um crescimento do PIB em 1,3%. Para 2007 mantém-se a previsão de crescimento do PIB em 1,8%.

No que se refere a 2006, há a destacar o bom desempenho das exportações. Para 2007, a projecção de maior crescimento da actividade económica resulta em grande medida de alguma recuperação esperada no investimento empresarial e em habitações, que poderá compensar a variação negativa do investimento público, antevendo-se também um crescimento ligeiramente maior do consumo privado – reflectindo a subida do rendimento disponível e uma possível descida da taxa de desemprego (que a evolução do 4º trimestre de 2006 porém não confirmou). As exportações voltarão, segundo as expectativas, a dar em 2007 um importante contributo para o crescimento do PIB, embora com desaceleração em relação ao forte crescimento (9,3%) registado em 2006.

O perfil de crescimento da economia portuguesa em 2006, em virtude do forte contributo das exportações, revelou-se mais saudável que no passado recente, em que a expansão do PIB esteve totalmente dependente do consumo privado, com participação fraca – ou até negativa - da procura externa líquida, e com o investimento em declínio. No entanto, a dinâmica da economia portuguesa em 2006 continuou caracterizada, à semelhança daquilo a que se assistiu nos últimos anos, pela ausência de um movimento claro e sustentado de recuperação do investimento, registando-se mesmo nova quebra nesta variável.

Com efeito, o processo de recuperação da actividade económica em Portugal continua fortemente condicionado por um conjunto de desequilíbrios de natureza estrutural que se avolumaram ao longo dos últimos anos, cuja resolução, sendo imprescindível, é necessariamente gradual e que têm afectado negativamente a competitividade internacional da nossa economia. O recente surto exportador, sendo animador, não deve fazer esquecer esta realidade, tanto mais que, em especial no que diz respeito às exportações tradicionais, o crescimento conseguido em 2006 foi acompanhado, por necessidade concorrencial, pela redução das margens comerciais das empresas. As exportações nacionais mantêm excessiva dependência de produtos tradicionais de baixo

valor acrescentado, em que as economias emergentes têm claras vantagens competitivas.

Em termos globais verificou-se porém em 2006 um ligeiro ganho de quota de mercado das exportações portuguesas, ao mesmo tempo que começaram a ganhar maior expressão as vendas de produtos nacionais para novos mercados, incluindo países emergentes.

### **Evolução da Economia Portuguesa**

Taxas de crescimento  $\Delta\%$  PIB

	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b> <b>Estimativa</b>	<b>2007</b> <b>Previsão</b>
Consumo Privado	2,4	1,8	1,2	1,5
Consumo Público	2,0	1,9	-0,2	0,0
Form.Bruta Cap.Fixo	0,9	-2,7	-3,1	0,0
Exportações	4,5	0,9	9,3	6,2
Importações	6,8	1,7	4,3	3,5
PIB	1,1	0,3	1,2	1,8
<b>Contributos % <math>\Delta</math> PIB</b>				
Procura Interna		0,7	0,1	1,2
Procura Externa		-0,4	1,2	0,6

**Fonte:** Banco de Portugal, Boletim Económico, Verão 2006

Noutro plano, a necessidade de correcção do desequilíbrio orçamental implica inexoravelmente a adopção de medidas rigorosas de contenção da despesa pública, quer de consumo quer de investimento. Assim, o consumo público terá decrescido 0,2% em 2006, com quebra mais pronunciada (9%) no investimento. Para 2007 prevê-se crescimento zero no consumo público, e uma nova quebra no investimento, embora menos acentuada. A diminuição do peso do Estado na economia é uma prioridade, e condição indispensável para a melhoria da competitividade portuguesa.

O objectivo definido pelo Governo para 2006 na área das finanças públicas – redução do défice orçamental para 4,6% do PIB – terá sido ultrapassado, já que o défice se situou em 3,9%, reflectindo o impacto de medidas de contenção da despesa, incluindo de investimento, e a melhoria do desempenho da economia, com efeito favorável nas receitas do Estado, para o que também terá contribuído a maior eficácia da máquina fiscal.

Quanto ao consumo privado, apesar do elevado nível de endividamento das famílias portuguesas e da actual tendência de subida das taxas de juro, implicando um aumento do respectivo serviço da dívida, terá crescido 1,2% em 2006, e prevê-se que em 2007 cresça 1,5%, acima portanto do nível de 2006, se se concretizar a subida do rendimento disponível e a redução esperada da taxa de desemprego.

Finalmente, o forte aumento do preço do petróleo para níveis historicamente altos tem sido extremamente prejudicial à economia nacional, atendendo ao nosso elevado grau de dependência desse recurso energético. A correcção em baixa do preço do petróleo que ocorreu desde Julho e que se acentuou na parte final do ano – situando-se nesta altura, Março de 2007, em pouco mais de 60 USD/barril, quando chegou a atingir quase 80 USD – veio consequentemente trazer algum alívio, tanto mais que a subida do euro em relação à divisa americana também contribuiu para a atenuação do valor das nossas importações petrolíferas quando expressas em euros.

Apesar da revisão em alta da estimativa de crescimento da economia portuguesa para 2006 e da previsão para 2007, mantém-se o processo de divergência real da economia portuguesa face à Zona Euro que se tem verificado desde 2002, uma vez que a taxa de crescimento para o conjunto da Zona se situará, como vimos, acima de 2%.

A ligeira recuperação da economia terá permitido uma redução da taxa de desemprego do nível de 8%, que se verificava no quarto trimestre de 2005, para 7,4% no terceiro trimestre de 2006, mas a evolução no quarto trimestre voltou a evidenciar uma taxa de desemprego acima de 8% (8,2%).

No corrente ano, a inflação em Portugal terá aumentado para 3,0%, reflexo principalmente da forte subida dos preços dos bens energéticos e da revisão em alta de alguns impostos indirectos. Para 2007 prevê-se a redução da taxa de inflação para 2,3%, assente na contenção dos custos salariais e no comportamento favorável do preço do petróleo.

A finalizar, refira-se que o moderado crescimento previsto para a economia portuguesa para 2007, já de si modesto, assenta na verificação de um conjunto de hipóteses sobre a envolvente externa da nossa economia, a saber:

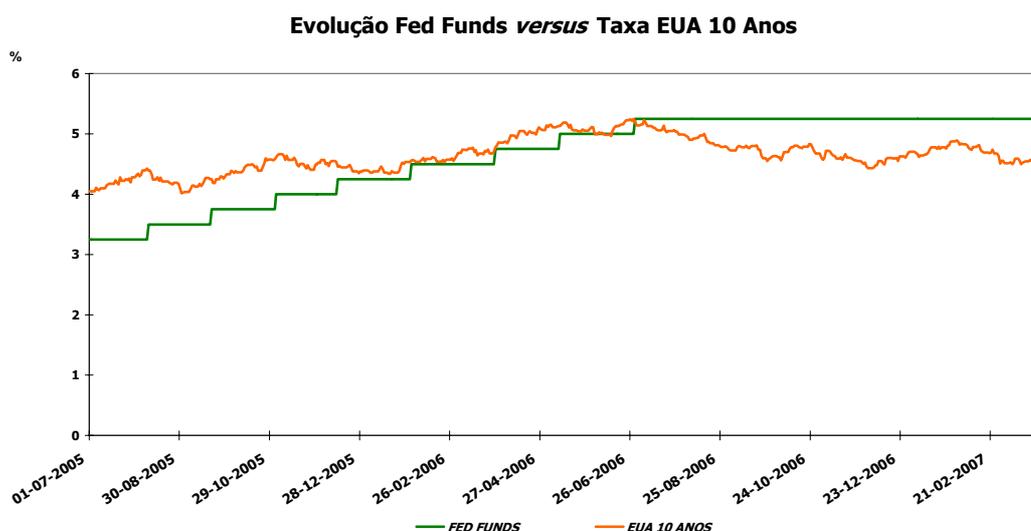
- relativa estabilidade ou crescimento moderado do preço do petróleo;

- prossecução da recuperação das economias da Zona Euro, embora com a desaceleração esperada, a qual se tornaria mais difícil com uma acentuada subida do valor do Euro em relação ao USD e outras divisas;
- continuação do crescimento económico espanhol, já que o mercado do país vizinho se tornou no principal destino das exportações portuguesas, e por outro lado, um forte abrandamento da procura interna em Espanha incitaria as empresas espanholas a procurarem em Portugal um mercado alternativo para os seus produtos, prejudicando as vendas das empresas nacionais;
- inexistência de desaceleração brusca da economia americana, muito dependente do mercado imobiliário, com reflexos negativos, se ocorrer, na economia mundial,

que contém, como o seu mero enunciado deixa claro, alguma margem de incerteza.

### 3. Mercados Financeiros – Perspectivas

A decisão das autoridades monetárias norte-americanas no mês de Julho, de efectuarem uma pausa na elevação das taxas de juro dos fundos federais originou uma forte apreciação nos mercados financeiros, não só nos EUA como na generalidade dos mercados internacionais.



Do mesmo modo, a correcção dos preços do petróleo, na parte final do ano, explicada pelo nível das reservas de petróleo bruto e de produtos refinados nos EUA, pela manutenção das quotas de produção de petróleo da OPEP e também pelo facto de a instabilidade política no Médio Oriente durar há tanto tempo que o seu impacto já foi há muito reflectido no preço do petróleo, contribuiu para a atenuação das preocupações dos investidores em torno da evolução da inflação, situação que não se alterou apesar da mais recente subida do preço do barril de petróleo para níveis próximos dos USD 60.

Em linha com essas expectativas, as taxas de juro de longo prazo quer nos EUA quer na Europa registaram, a partir de meados do ano, descidas pronunciadas. Este facto, conjugado com as perspectivas macroeconómicas favoráveis, conferiu forte sustentação ao mercado accionista e beneficiou também, no segundo semestre, o mercado obrigacionista.

**Taxas de Juro**  
Evolução e Previsões  
(Níveis de final de trimestre)

	<b>4ºT 05</b>	<b>3ºT 06</b>	<b>4ºT 06</b>	<b>1ºT 07</b>	<b>2ºT 07</b>	<b>3ºT 07</b>	<b>4ºT 07</b>
<b>Taxa directora do BCE <sup>(1)</sup></b>	<b>2,25%</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,50%</b>	<b>3,75%</b>	<b>3,75%</b>	<b>4,00%</b>	<b>4,00%</b>
Euribor a 3 meses	2,49%	3,42%	3,73%	3,90%	4,00%	4,10%	4,09%
OT Alemanha a 10 anos <sup>(2)</sup>	3,31%	3,71%	3,95%	3,90%	3,94%	4,02%	4,08%
<b>Taxa Fundos Federais</b>	<b>4,25%</b>	<b>5,25%</b>	<b>5,25%</b>	<b>5,25%</b>	<b>5,00%</b>	<b>5,00%</b>	<b>4,75</b>
Títulos Tesouro EUA a 10 anos	4,39%	4,63%	4,70%	4,65%	4,68%	4,73%	4,80%

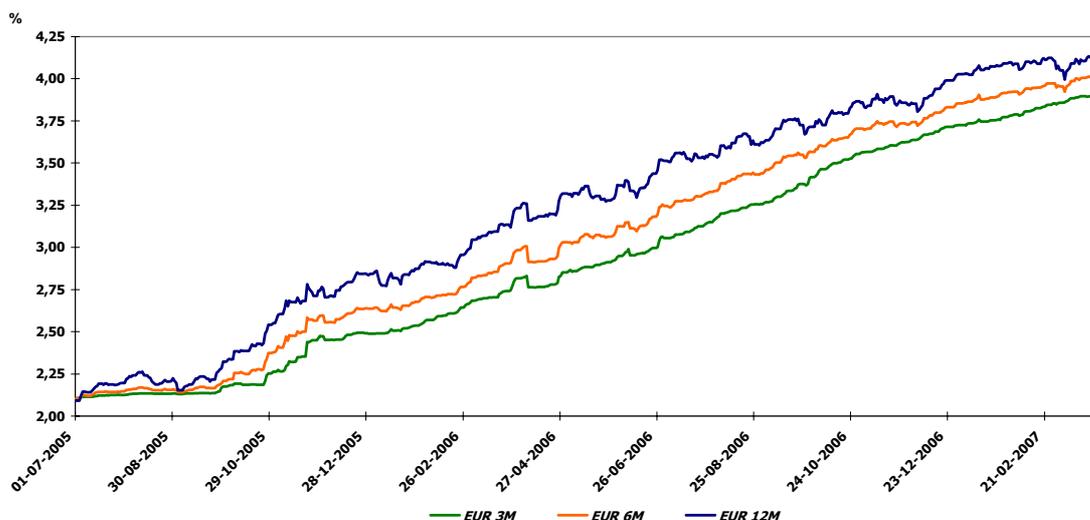
Fonte: Bloomberg

- (1) Até 1º T07 taxas observadas; e previstas nos trimestres subsequentes  
(2) O "spread" no rendimento das OT do Estado Português tem rondado os +17 pb.

Assim, as principais bolsas mundiais registaram em 2006 uma evolução muito positiva, com valorizações bastante expressivas, processo que se verificou também no mercado português, com o seu principal índice, o PSI-20, a destacar-se com uma subida de mais de 33% (contra a subida, também impressionante, de +20,3% no índice *Dow Jones Euro Stoxx*) em relação às cotações de fecho de 2005. Para a valorização da bolsa portuguesa em 2006 também contribuíram as OPA sobre a PT e sobre o BPI pela dinamização que imprimiram ao mercado, bem como a alienação em bolsa de participações do Estado em algumas grandes empresas (Galp e Portucel). No início de 2007 verificou-se, porém, uma correcção nos principais mercados.

A curva de rendimentos do mercado norte-americano está actualmente invertida (taxas de longo prazo inferiores às de prazos mais curtos) e, de acordo com as estimativas dos analistas, deverá manter esta configuração durante os próximos trimestres, traduzindo expectativas favoráveis quanto ao controlo da inflação. Face ao desaparecimento dos riscos de inflação, os investidores parecem antecipar uma alteração do curso da política monetária do FED, com início de um processo de redução das suas taxas de referência, provavelmente a partir do segundo trimestre do corrente ano.

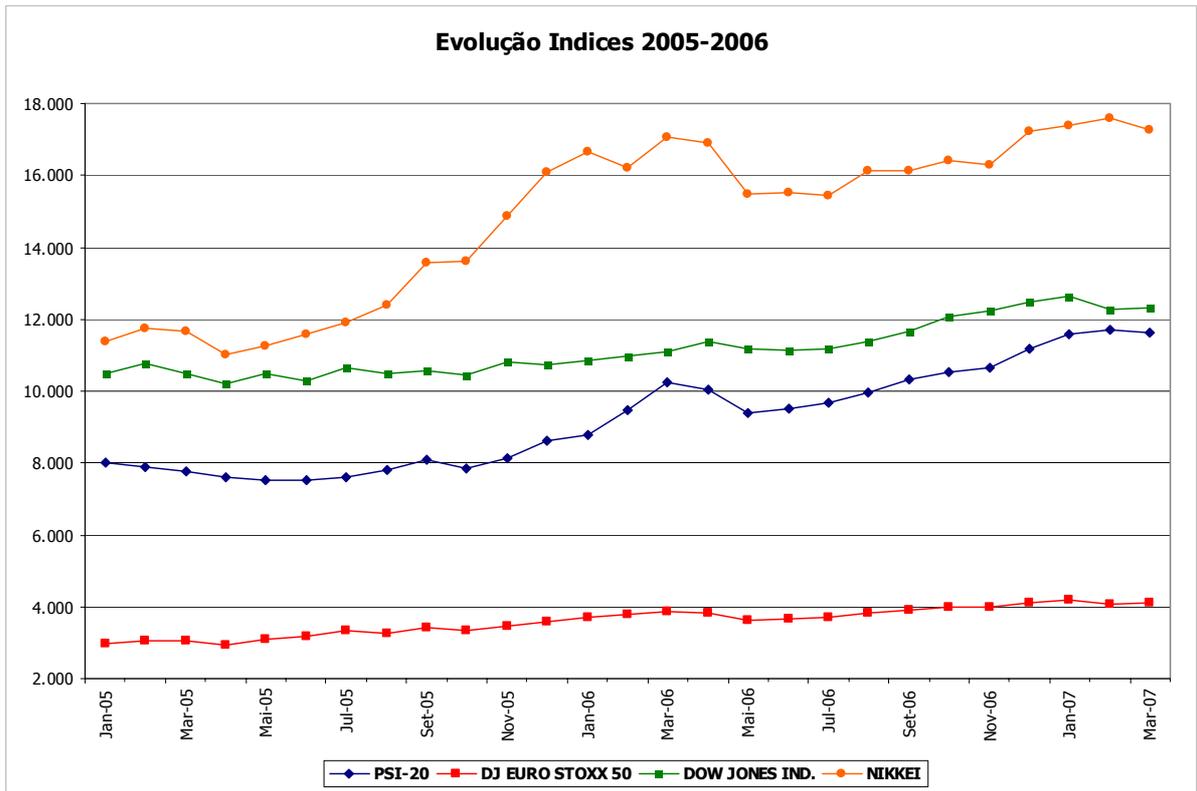
### Evolução EURIBOR



Na Zona Euro, por sua vez, e como já se referiu, o ciclo de subida das taxas de juro de referência deverá continuar até ao final de 2007 se não surgirem sinais de excessivo arrefecimento da economia europeia e se não ocorrerem evoluções adversas na relação cambial entre o euro e o USD e as outras principais divisas. Com efeito, como se referiu, o BCE dá prioridade ao combate à inflação e tem reiterado de forma consistente qual a orientação futura da sua política monetária.

A evolução verificada conduziu a um achatamento da curva de rendimentos, com as taxas de juro de longo prazo a registarem uma subida moderada, reflectindo expectativas inflacionistas de longo prazo relativamente estáveis.

É previsível neste contexto que a remuneração das aplicações de referência a 10 anos, na Zona Euro, se situe num intervalo entre 3,90% e 4,10% durante os próximos trimestres. Os «spreads» das obrigações do Tesouro Português em relação aos referentes europeus deverão manter-se relativamente estáveis, devido à melhoria progressiva das contas públicas nacionais.



## 4. Evolução e Perspectivas do Mercado Bancário

A ligeira melhoria verificada na conjuntura económica nacional reflectiu-se, ao longo de 2006, num crescimento mais expressivo no crédito a empresas não financeiras, dando continuidade ao início de recuperação verificado no 2º semestre de 2005. Na verdade, observou-se, em Dezembro de 2006, um crescimento homólogo no agregado de crédito a empresas não financeiras de 7,2%, tendo-se verificado um máximo de 8% em Outubro, o que compara com o ritmo de crescimento em geral inferior a 5% que se registou durante 2005. Ainda em meados desse ano, o crescimento homólogo do crédito a empresas ficava-se por 2,6%.

Apesar desta evolução, o crédito a empresas continua a perder peso relativo no valor total de crédito ao sector não financeiro concedido pelo conjunto das instituições financeiras nacionais, uma vez que o crédito a particulares regista taxas de crescimento homólogas bem mais elevadas: no crédito à habitação de 9,9% e no crédito ao consumo de 10,1%, conforme os dados divulgados pelo Banco de Portugal referentes ao mês de Dezembro. Esta evolução denota um ligeiro abrandamento no crédito à habitação, que se acentuou já em Janeiro de 2007 (+ 9,5%) e uma aceleração bastante forte no crédito ao consumo (+ 10,9% em Janeiro), cujo ritmo de expansão já vinha, de resto, em crescendo nos meses anteriores (desde Julho). Esta evolução coloca, com base nos últimos valores, o endividamento das famílias em cerca de 120% do seu rendimento disponível.

Apesar do fraco dinamismo da economia, com significativo aumento da taxa de desemprego nos anos mais recentes e do crescente endividamento dos agentes económicos, o sector bancário tem conseguido manter a expansão da sua actividade creditícia sem significativo agravamento da taxa de crédito vencido. Para tal contribuíram, entre outras razões, o peso crescente do crédito à habitação – tipicamente com níveis de incumprimento mais baixos – no conjunto das suas carteiras e a melhoria nas práticas de análise e de gestão do risco de crédito na maior parte das instituições, visando aliás a sua preparação para os requisitos do Acordo de Basileia II. A prevista recuperação da actividade económica, apesar de modesta, é no entanto indispensável para evitar a subida dos níveis de incumprimento, que acabaria inevitavelmente por ocorrer se persistisse a conjuntura depressiva dos últimos anos.

## Evolução dos Agregados de Crédito

Variação homóloga em %

	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Julho	2006 Set	2006 Dez
Crédito a Empresas	2,7	2,5	5	6,6	7,5	7,2
Crédito à Habitação	11,8	10,5	11,1	10,6	10,2	9,9
Crédito pessoal (Consumo,...)	2,4	4,4	4,5	9,9	9,5	10,1

**Fonte:** Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, 3/2007

No tocante ao nível médio das taxas de juro observou-se uma marcada evolução relativamente à situação prevalecente nos últimos três anos, naturalmente condicionada pelo nível historicamente baixo das taxas de referência do BCE. Com a inversão do sentido da política monetária seguida por esta instituição a partir do final de 2005, iniciando um ciclo de subida das suas taxas de refinanciamento ao sistema, verificou-se um ajustamento em alta da generalidade das taxas de mercado, com incidência manifesta nas taxas médias das diferentes categorias de crédito.

## Nível de Taxas de Juro Médias

no Sistema Bancário

	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Julho	2006 Set	2006 Dez
Depósitos até 2 anos	2,04	2,04	2,06	2,26	2,37	2,72
Crédito a empresas	4,38	4,31	4,41	4,96	5,09	5,39
Crédito à habitação	3,84	3,78	3,73	4,29	4,49	4,79
Crédito pessoal (Consumo...)	7,79	7,6	7,68	7,96	8,31	8,30

**Fonte:** Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, 3/2007

Como se pode constatar, o nível médio das taxas de juro no crédito a empresas subiu 98 p.b. de Dezembro de 2005 para Dezembro de 2006, o que não reflecte integralmente o ajustamento das taxas interbancárias resultantes da alta das taxas do BCE em virtude da concorrência entre bancos que tem conduzido à redução do "spread" praticado nas novas operações e na renovação das facilidades pré-existentes, para além do factor técnico de que os ajustamentos se fazem sempre com algum atraso em relação à evolução dos indexantes do mercado, tendo em conta os períodos contratuais de contagem de juros. No

crédito à habitação, em que se registou, no último triénio, uma descida das taxas médias em consequência da intensa concorrência entre instituições - num produto visto como de grande interesse estratégico pela generalidade da banca -, a correcção foi de 106 p.b., sendo o ajustamento menor no crédito pessoal (apenas + 62 p.b.), denotando a agudização da concorrência nesta área do mercado.

Por sua vez, a taxa dos depósitos (até 2 anos) subiu 66 p.b., começando a acompanhar de modo mais visível a evolução das taxas activas, facto a que não é alheia a intensa competição pelos recursos que se está a fazer sentir.

Face a esta evolução do mercado bancário, as instituições financeiras portuguesas registaram, de um modo geral, um desempenho favorável em 2006, fazendo crescer o produto bancário com contributos positivos quer da margem financeira quer da margem complementar, e com ganhos importantes no "trading", dado o comportamento favorável dos mercados financeiros, em especial na vertente accionista. Algumas instituições começam igualmente a beneficiar de um contributo já significativo da sua actividade no estrangeiro.

Em paralelo com o crescimento do negócio, é patente um esforço de contenção nos custos de funcionamento, em especial nos bancos que atravessam processos de consolidação, após fusões e aquisições relativamente recentes.

No conjunto do sector, o volume do crédito concedido excede largamente o valor dos recursos captados de clientes, o que conduz a um endividamento da banca portuguesa face ao exterior que já totaliza 75,6 mil milhões de euros. Como se sabe, o Crédito Agrícola constitui uma excepção neste panorama, ao apresentar uma situação interbancária líquida credora que ronda os mil milhões de euros.

### **III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

## **1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas**

## 1.1. Actividade Comercial

Em 2006, a captação de recursos foi condicionada, por um lado, pela actual conjuntura económica, que se caracteriza como pouco propícia à constituição de poupanças e, por outro, pela agressividade comercial que outras instituições financeiras têm evidenciado e que se manifesta no nível das taxas de remuneração oferecidas.

A actividade no domínio do crédito continuou, no exercício findo, a pautar-se pelo crescimento moderado que se registou nos últimos anos, privilegiando-se a consolidação e a gestão da carteira, numa óptica de redução e contenção dos riscos.

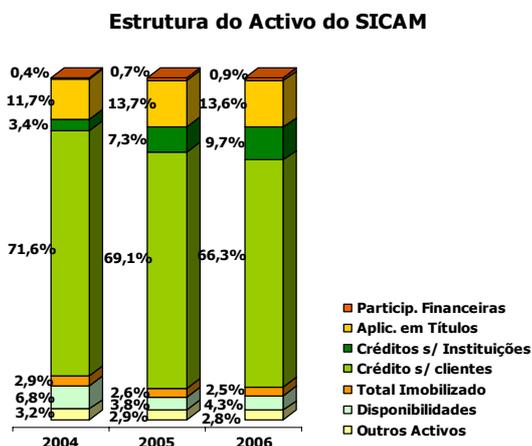
<b>BALANÇO do SICAM</b>		valores em milhares de euros, excepto %		
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Δ Abs.</b>	<b>Δ%</b>
<b>ACTIVO (LÍQUIDO)</b>	9.364.701	10.090.190	725.489	7,7%
CRÉDITOS SOBRE CLIENTES	6.863.764	6.965.977	102.213	1,5%
DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	21.835	159.719	137.884	631,5%
DÉBITOS PARA COM CLIENTES	8.146.406	8.630.478	484.072	5,9%
PASSIVOS SUBORDINADOS	213.393	217.613	4.220	2,0%
SITUAÇÃO LÍQUIDA	738.050	828.237	90.187	12,2%

O activo líquido consolidado do SICAM ultrapassou no final de 2006 os 10 mil milhões de euros, atingindo os 10.090 milhões, o que representa um crescimento de 7,7% em relação ao valor homólogo de 2005, ano em que este agregado teve um crescimento semelhante.

Para este crescimento, o crédito a clientes contribuiu com uma expansão de 102,2 milhões de euros (+ 1,5%). O crédito líquido de provisões aumentou, por sua vez, em 217,6 milhões de euros, ou seja, 3,4%.

A evolução da situação líquida do SICAM mantém-se favorável, sendo de registar uma variação positiva de cerca de 90 milhões de euros em relação a 2005 (+12,2%).

A evolução da estrutura do activo em 2006 foi, no entanto, bastante marcada pelo forte aumento dos créditos sobre instituições de crédito, em que se verificou uma expansão de 288 milhões de euros.



Numa outra óptica de análise, podemos igualmente constatar que as rubricas do activo integradas no activo financeiro – a parte do activo geradora de proveitos -, aumentaram globalmente no exercício 7,9% em relação ao respectivo valor de 2005, apresentando uma evolução ligeiramente mais dinâmica do que o activo no seu todo, o que se relaciona com o facto de o imobilizado líquido se ter reduzido em 4,8% e de os outros activos, em termos líquidos, terem igualmente regredido 6,2%.

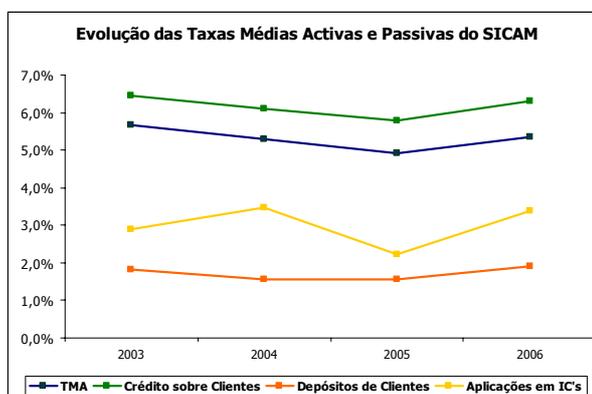
### EVOLUÇÃO DO ACTIVO SICAM

valores em milhões de euros, excepto %

	2005	2006	Δ Abs.	Δ %
Activo Financeiro (líquido)	8.857,1	9.554,5	697,3	7,9%
<i>Dos quais:</i>				
<i>Crédito sobre clientes (líq.)</i>	6.467,4	6.685,4	218,0	3,4%
<i>Outros créditos sobre ICs</i>	687,7	975,8	288,1	41,9%
Imobilizado (líquido)	239,5	250,9	11,5	4,8%
Outros Activos (líquido)	268,1	284,8	16,7	6,2%
<b>Activo Líquido Total</b>	<b>9.364,7</b>	<b>10.090,2</b>	<b>725,5</b>	<b>7,7%</b>

A estrutura do activo líquido do SICAM manteve-se porém, nesta óptica, sensivelmente invariante: o peso do activo financeiro passou de 94,6% em 2005 para 94,7% em 2006.

A evolução do activo financeiro foi acompanhada de um aumento das taxas médias das aplicações e recursos do SICAM ocorrido num contexto de subida generalizada das taxas de juro.



### 1.1.1. Depósitos e outros Recursos

No passivo, mantém-se o peso dominante – 93,2% do total – dos depósitos de clientes (8.630 milhões de euros), continuando a ser diminuta a parte relativa dos débitos para com outras instituições de crédito. No entanto, apesar do seu fraco peso na estrutura do balanço, esta rubrica teve um acréscimo de 631,5% face ao ano anterior – 22 milhões de euros e 160 milhões de euros, respectivamente, em 2005 e 2006, em resultado de operações de financiamento efectuadas junto do BCE sob a forma de “repos”.

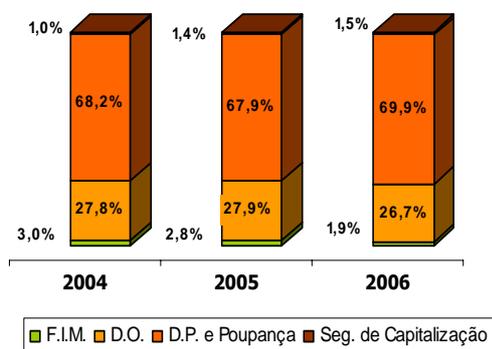
Como o valor dos depósitos excede largamente o do crédito, o SICAM continua a manter uma forte liquidez no seu balanço, bem evidenciada na sua posição interbancária credora no final do exercício de 2006 (cerca de 964 milhões de euros, excluindo disponibilidades em bancos centrais).

DEPÓSITOS DE CLIENTES DO SICAM	valores em milhares de euros, excepto %				
	2004	2005	2006	Δ% 04/05	Δ% 05/06
DEPÓSITOS À VISTA	2.203.736	2.372.631	2.384.497	7,7%	0,5%
DEPÓSITOS A PRAZO E DE POUPANÇA	5.395.284	5.773.775	6.245.981	7,0%	8,2%
<b>TOTAL</b>	<b>7.599.020</b>	<b>8.146.406</b>	<b>8.630.478</b>	<b>7,2%</b>	<b>5,9%</b>

Os depósitos de clientes do SICAM cresceram globalmente à taxa de 5,9%. No entanto, o ritmo de expansão dos Depósitos a Prazo e de Poupança foi muito superior ao dos Depósitos à Vista (+8,2% *versus* +0,5%), o que naturalmente reflecte a reacção dos clientes à subida do nível médio das taxas de juro.

Quanto aos outros recursos, registou-se uma significativa redução do montante de fundos de investimento mobiliário comercializados, de 234,5 milhões de euros em 2005 para 173,7 milhões de euros em 2006, que acompanha evolução em sentido idêntico verificada no mercado no seu todo, e que se deveu ao facto de as taxas de remuneração dos depósitos a prazo se terem tornado mais atractivas. Todavia, nos seguros de capitalização ocorreu um ligeiro aumento (de 117,4 milhões de euros para 130,9 milhões de euros).

#### Estrutura de Recursos



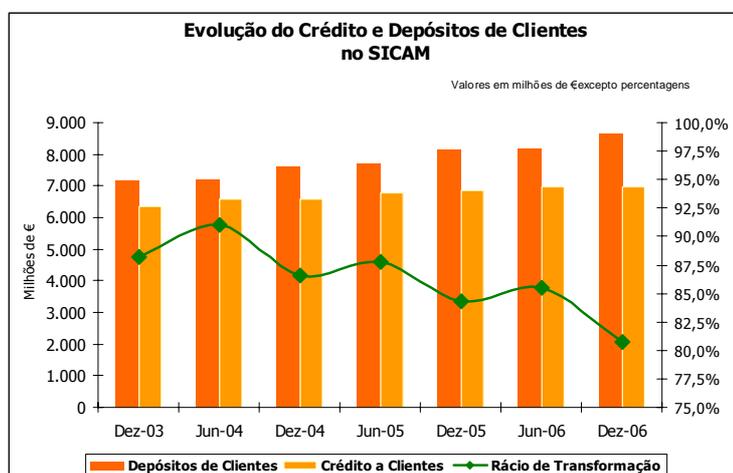
## EVOLUÇÃO DO PASSIVO SICAM

	valores em milhões de euros, excepto %			
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Δ Abs.</b>	<b>Δ %</b>
Passivo Financeiro	8.381,8	9.007,9	626,1	7,5%
<i>do qual "Débitos para com clientes"</i>	<i>8.146,4</i>	<i>8.630,5</i>	<i>484,1</i>	<i>5,9%</i>
Prov. p/ Riscos e Enc. e Fundo p/ Riscos Banc. Gerais	111,9	112,8	0,9	0,8%
Outros Passivos	133,0	141,2	8,2	6,2%
<b>Passivo Total</b>	<b>8.626,7</b>	<b>9.261,9</b>	<b>635,2</b>	<b>7,4%</b>
Situação Líquida	738,0	828,2	90,2	12,2%
<b>Passivo + Situação Líquida</b>	<b>9.364,7</b>	<b>10.090,2</b>	<b>725,5</b>	<b>7,7%</b>

Na estrutura do passivo, constatamos que as rubricas que originam pagamentos de juros, que integram o passivo financeiro, cresceram a um ritmo ligeiramente superior ao do total do passivo, respectivamente de 7,5% e 7,4%, processo que é portanto paralelo à evolução, quanto a este aspecto, observada no activo.

### 1.1.2. Evolução do Crédito

À semelhança do que já ocorrera em 2005, a taxa de crescimento do crédito (1,5%) foi inferior à verificada nos depósitos de clientes (5,9%), o que conduziu a uma redução no rácio de transformação, de 84,3% em 2005 para 80,7% em 2006.



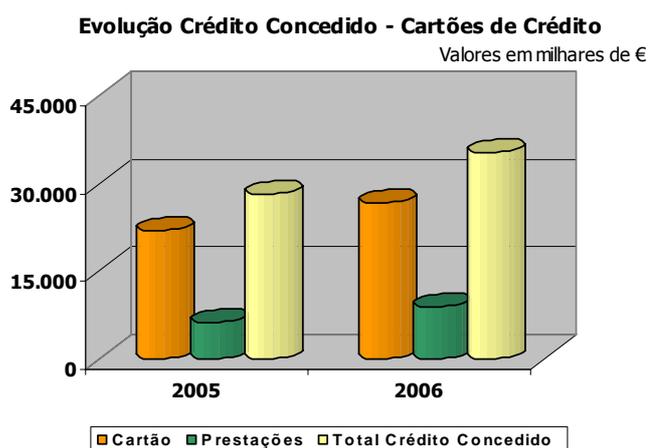
A melhoria na análise e controlo do risco de crédito a nível do SICAM revela-se indispensável para permitir a adopção de estratégias menos conservadoras de aplicação dos recursos captados, que se traduziriam num rácio de transformação mais elevado, e logo numa subida da taxa média de remuneração dos activos e melhoria da margem financeira do SICAM.

## Evolução do crédito por tipo de operação

	valores em milhões de euros, excepto %			
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Δ Abs.</b>	<b>Δ %</b>
Crédito à Habitação	1.712	1.808	96	5,6%
Contas Correntes Caucionadas	631	608	-23	-3,6%
Descontos Comerciais	129	120	-9	-7,2%
Leasing	92	113	21	23,2%
Cartões de Crédito	25	32	6	24,9%
Descobertos	35	30	-6	-16,3%
Operações com o Estrangeiro	24	27	3	12,4%
Contratos de Financiamentos	4.264	4.287	23	0,5%
<b>Crédito sobre Clientes (1)</b>	<b>6.864</b>	<b>6.966</b>	<b>102</b>	<b>1,5%</b>
<b>Compromissos perante terceiros (2)</b>	995	957	-39	-3,9%
dos quais linhas de crédito irrevogáveis	554	571	18	3,2%
dos quais linhas de crédito revogáveis	412	355	-56	-13,7%
<b>Garantias Prestadas (3)</b>	332	314	-19	-5,6%
<b>Subtotal (2+3)</b>	1.328	1.270	-57	-4,3%
<b>Total (1+2+3)</b>	<b>8.191</b>	<b>8.236</b>	<b>45</b>	<b>0,6%</b>

Na evolução do crédito pela tipologia das operações é de destacar o seguinte:

O **crédito à habitação**, apesar de ter aumentado a sua participação relativa na estrutura do crédito a clientes do SICAM (26,0 % do total em 2006 contra 25,0% em 2005), cresceu a um ritmo inferior ao evidenciado pelo sector bancário no seu conjunto (5,6% *versus* 9,9%).



Já no que respeita ao crédito concedido por via dos **cartões** verificou-se uma evolução muito favorável, registando-se em 2006, um crescimento de 36% no crédito concedido nesta modalidade, destacando-se a boa adesão por parte dos clientes à opção de pagamento a prestações – Soft.

As Promoções orientadas para a utilização dos Cartões continuam a constituir um importante veículo para potenciar a utilização dos Cartões de Crédito e fidelização dos clientes, sendo de realçar a Promoção de Verão 2006, para compras de Viagens e GPS's, e a Campanha do 1º Aniversário do Cartão CONTACTO (CHIP/EMV).

Na **locação financeira** (leasing), quase 90% das Caixas Associadas intervieram na celebração de contratos para este tipo de financiamentos destinados aos seus clientes. Em Dezembro de 2006, a carteira global de crédito desta natureza ascendeu a 113,3 milhões de euros, um crescimento de 23% relativamente a 2005, com especial destaque para a carteira de leasing imobiliário que teve um aumento superior a 50%, passando a ser responsável por 37% do total (mais 7% do que em 2005).

### Carteira de crédito em leasing por tipo de bem locado

Valores em milhares de €

Tipo de bem locado	Dez-05	Dez-06	Δ% 05/06
Viaturas	25.124	29.328	16,7%
Equipamentos	39.738	42.539	7,0%
Imóveis	27.127	41.480	52,9%
<b>Total</b>	<b>91.989</b>	<b>113.347</b>	<b>23,2%</b>

Relativamente aos **Compromissos perante Terceiros**, assistiu-se a um decréscimo de 3,9% face ao exercício de 2005 devido essencialmente à evolução dos compromissos revogáveis que diminuíram cerca de 56 milhões de euros.

No que concerne às **Garantias Prestadas**, verificou-se uma quebra no seu valor global de 5,6%, consequência, essencialmente, do fraco dinamismo registado no sector da Construção e Obras Públicas (sector cuja actividade se desenvolve apoiada em Garantias Bancárias), o que condicionou a actividade imobiliária e se reflectiu também no comportamento do Crédito concedido à Construção.

Refira-se ainda que mais de metade do crédito concedido pela Caixa Central é angariado pela rede de balcões do Crédito Agrícola e efectuado ao abrigo do **Contrato de Agência**. Este crédito agenciado tem vindo a perder importância (de 54,4% em 2005 para 51,3% em 2006) baixando na maioria das tipologias de crédito, situação a que não é alheia a cada vez maior capacidade de concessão de crédito por parte das Caixas Associadas, em virtude do aumento dos seus fundos próprios, do maior volume de recursos captados (oferecendo margem de expansão ao nível do rácio de transformação) e pelo número crescente de Caixas com autorização para extensão do âmbito de actividade. É igualmente reconhecido que o modelo actual do contrato de agência carece de reformulação no sentido de o tornar mais aliciante para as Caixas Associadas.

## Crédito Agenciado por tipologia de crédito

Valores em milhares de euros, excepto percentagens

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	%
<b>Crédito à habitação</b>	309.240	285.046	-24.194	-7,82%
<b>Cartões de crédito</b>	14.730	17.565	2.835	19,25%
<b>Descontos comerciais</b>	8.053	5.605	-2.448	-30,40%
<b>Contas correntes caucionadas</b>	50.257	48.265	-1.992	-3,96%
<b>Financiamentos</b>	303.611	278.005	-25.605	-8,43%
<b>Leasing</b>	76.290	93.967	17.677	23,17%
<b>Operações com o estrangeiro</b>	7.102	5.418	-1.684	-23,71%
<b>TOTAL</b>	<b>769.282</b>	<b>733.871</b>	<b>-35.411</b>	<b>-4,60%</b>

No entanto, quer o crédito de cartões quer a locação financeira, contrariam a regressão do crédito agenciado a nível geral com taxas de crescimento de 19,25% e 23,17%, respectivamente.

Registaram-se ainda melhorias nas áreas de acompanhamento e recuperação de crédito em algumas CCAM que contribuíram para esta evolução.

Na área do crédito, o grande desafio que se coloca para os próximos anos é o de consolidar, com crescimento, a solidez da carteira e o reforço de provisões existentes, procurando diminuir o risco implícito através do reforço de garantias reais e da maior diversificação da carteira, processo este a enquadrar no grande projecto de transformação da "função risco" ao nível do Crédito Agrícola.

O desenvolvimento das novas ferramentas de propostas, de *scoring* e de *rating*, bem como os novos procedimentos que vão ser implementados nesta área, relacionados com Basileia II, e o projecto da imparidade, são componentes chave dessa transformação.

## 1.2. Marketing e Canais de Distribuição

### 1.2.1. Marketing

O maior desafio que se colocou nesta área em 2006 foi o estudo e o lançamento da nova **imagem corporativa** do Grupo Crédito Agrícola.

O novo logótipo surgiu da necessidade de tornar mais visível a mudança que se tem vindo a implementar a nível tecnológico, organizacional e de evolução do negócio, e o seu reflexo na modernização do Grupo Crédito Agrícola.



O novo símbolo tem as folhas estilizadas, manteve a cor verde para reforçar os valores existentes e introduziu-se a cor laranja que reflecte a atitude de mudança e modernização, conduzindo no conjunto a uma imagem perfeitamente alinhada com as tendências actuais do

mercado, mas mantendo a fidelidade à matriz tradicional.

Foi criado um Manual de Normas Gráficas, com a inclusão do *layout* das fachadas e do estacionário, tendo-se verificado no final do ano de 2006 que 60% do universo de balcões do CA já tinha procedido à substituição das suas fachadas, e que a esmagadora maioria das Caixas se propunha proceder a essa substituição a curto prazo.

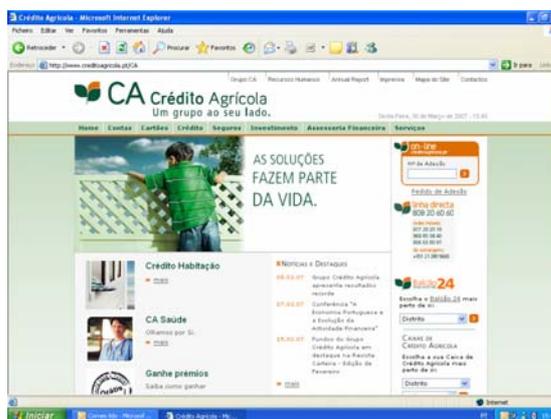
Paralelamente, as empresas do Grupo CA também alteraram os seus logótipos alinhando-os com as principais características do logótipo do Grupo.



Igualmente os logótipos dos serviços CA On-line, Balcão 24 e Linha Directa foram adaptados à nova linha gráfica do Grupo.



Também o **site do Grupo**, veículo de comunicação por excelência, sofreu grandes alterações, quer ao nível da imagem, quer ao nível de conteúdos. Pretendeu-se com a nova estrutura facilitar ao utilizador o acesso à informação institucional e de produtos.



Desenvolveu-se igualmente uma avaliação interna sobre as oportunidades de expansão deste canal no que diz respeito a novas funcionalidades e serviços à disposição dos Clientes e que serão desenvolvidas no decorrer de 2007, nomeadamente a criação do CA imóveis - um site para divulgação e venda de imóveis do SICAM.

Ainda durante o ano de 2006 desenvolveu-se em conjunto com a Rural Informática uma ferramenta estatística que permite medir e acompanhar o cibernauta na sua navegação no site, avaliando não só o número de visitas mas igualmente acompanhar a evolução e pesquisas dos Clientes no site numa base diária.

Paralelamente, procedeu-se à actualização do **Kit de Abertura de Conta** que é uma ferramenta de marketing contendo toda a oferta base do Grupo e que tem recebido muito boa aceitação por parte das CCAM.

Relativamente às campanhas de comunicação, a que mereceu maior destaque foi a **campanha institucional**, pois permitiu posicionar o Crédito Agrícola como um Grupo moderno, com oferta completa, com soluções para todos, e simultaneamente apresentar a nova imagem corporativa.



Tratou-se de uma campanha *multimedia* com amplitude, e em que os principais meios foram contemplados, nomeadamente: televisivos, com a presença em horário nobre da SIC e SIC Notícias e RTP Açores; radiofónicos, usando as rádios de maior audiência – RFM e TSF; e a imprensa de difusão nacional, com inserções nos principais semanários e diários.

Destaque ainda para a colaboração das CCAM na forte divulgação junto das rádios e jornais regionais, bem como na exposição do material de merchandising nos balcões nomeadamente através dos folhetos e cartazes.



Como complemento a esta campanha, e para credibilizar a mensagem de que o Grupo detém um conjunto diversificado de soluções adaptáveis às necessidades dos seus Clientes, promoveu-se o produto "**Crédito Habitação**" com uma tipologia de soluções para responder às mais diversas situações – aquisição de habitação, transferência de crédito, troca de casa, construção e obras – possibilitando o acesso a períodos de carência de capital, prazos de crédito alargados até 45 anos, revisão das grelhas de *spreads* e acesso a produtos com taxas fixas.

Esta comunicação foi feita através de meios de grande audiência, rádio e imprensa nacionais e regionais e ainda a utilização do meio *outdoor* que permitiu um maior impacto visual.

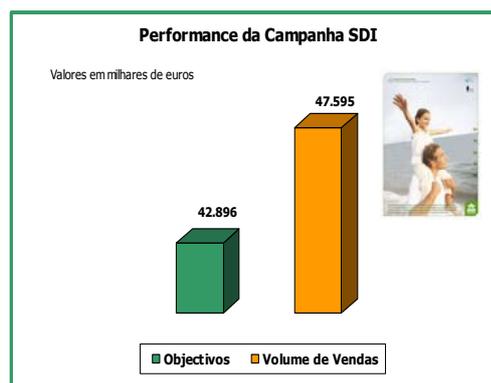
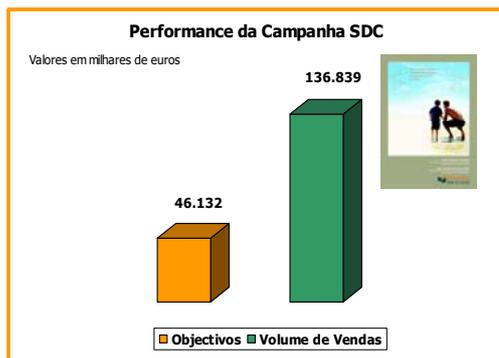


A campanha "**Regresso às Aulas**" com base no lançamento do novo produto Super Depósito Crescente mereceu destaque nos meios de comunicação por se tratar de uma campanha de Crédito Pessoal inovadora (taxa 0%), caracterizando-se essencialmente por estar orientada para a resolução de necessidades de financiamento de curto prazo, para a aquisição de bens de consumo de baixo valor e ainda por ter permitido que os Clientes adquirissem produtos informáticos em condições especiais.



As restantes campanhas foram divulgadas nos balcões do Crédito Agrícola, através dos folhetos e cartazes de balcão, e através de Marketing Directo com o envio de cartas e/ou folhetos nos extractos (*Mailings*).

Ainda no âmbito das campanhas de produto, os maiores destaques em termos de resultados, e como já vem sendo habitual, foram as campanhas do **Super Depósito Crescente** (SDC) e do **Super Depósito Investimento** (SDI), tendo ambas registado taxas de participação próximas dos 100% por parte das Caixas Associadas. Foram obtidos excelentes resultados, verificando-se que o grau de concretização dos objectivos foi de 297% e de 111%, respectivamente, para o SDC e o SDI.



No **1º aniversário do Cartão CONTACTO**, que, recorde-se, foi o primeiro cartão com chip lançado em Portugal, realizou-se uma campanha promocional que contou com um programa de fidelização e envolvendo a oferta de um relógio com a imagem do cartão a todos os Clientes que efectuaram compras até Dezembro de 2006 no valor mínimo de 1.500 euros.



Igualmente foi assegurado todo o desenvolvimento de acções/campanhas de marketing, sua coordenação, organização, segmentação de clientes, disponibilização de documentação de suporte, preparação de envio de *mailing*, respectivo material de *merchandising* bem como o acompanhamento e *reporting* de resultados.

Paralelamente, desenvolveram-se novas ferramentas de apoio à venda, nomeadamente a construção de **novos simuladores** de crédito à habitação e crédito pessoal, mais ágeis, flexíveis, com grande facilidade de utilização e com produção de *outputs* mais otimizados e com mais informação.

Ao nível do **observatório da concorrência**, foram desenvolvidas e disponibilizadas ao Grupo diferentes análises que forneceram argumentos e contra argumentos de suporte à oferta disponibilizada pelo Grupo.

Foi desenvolvida uma **base de dados de clientes** com a integração de ficheiros dos diversos sistemas informáticos do Grupo, por forma a obter uma posição única de cliente por Caixa e Balcão, permitindo elaborar análises de segmentação, modelos de propensão de diversas famílias de produtos e o desenvolvimento do modelo de *cross selling/next best offer*, o qual permite identificar, em função da carteira actual, qual a melhor oferta para o

cliente, potenciando a venda cruzada. Aproveitando esta base de dados foi também desenvolvida uma aplicação que permite estimar a margem de contribuição gerada por cliente (total de proveitos gerados por todos os produtos detidos pelo cliente).

Foi ainda desenvolvida uma ferramenta de informação comercial que permite o acompanhamento e a geração de rankings de acções/campanhas de marketing e/ou comerciais.

No 2º semestre de 2006 deu-se como concluída a 1ª fase do projecto de **Extracto Integrado** que permitiu aos clientes do Grupo Crédito Agrícola receberem informação agregada sobre o seu património financeiro.



Ainda ao nível dos clientes, foram desenhadas as **propostas de valor por segmento**, no sentido de acompanhar as necessidades dos clientes, por forma a aumentar a retenção por via da vinculação dos clientes actuais e melhorar a capacidade da oferta de produtos a clientes novos.

De destacar ainda o apoio prestado às áreas comerciais das CCAM e Caixa Central no domínio da concretização, implementação e controlo de protocolos com diversas entidades e organizações, com vista ao fomento de novas oportunidades de negócio e implementação de parcerias estratégicas.

No que concerne ao **apoio prestado às CCAM** destacam-se as seguintes iniciativas:

- Definição e implementação de Planos de Acção Local de Marketing que contemplam as propostas resultantes de diagnósticos realizados e que estão adaptados às características do seu mercado de actuação, da sua carteira de Clientes e que correspondem aos seus objectivos específicos;

- Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas de suporte à definição de objectivos comerciais, gestão de contactos com Clientes e dinamização da actividade comercial;
- Realização de acções de formação para Colaboradores de diversas Caixas sobre técnicas de contacto com Clientes, acções comerciais e produtos.

A **Revista do Grupo CA** destinada ao público interno e externo, projecto iniciado em 2005, bem como a **Newsletter**, têm-se assumido, cada vez mais, como excelentes veículos de comunicação e divulgação das diferentes iniciativas e projectos do Grupo. Neste sentido, tem havido um trabalho contínuo de melhoria ao nível da imagem e do conteúdo das mesmas.

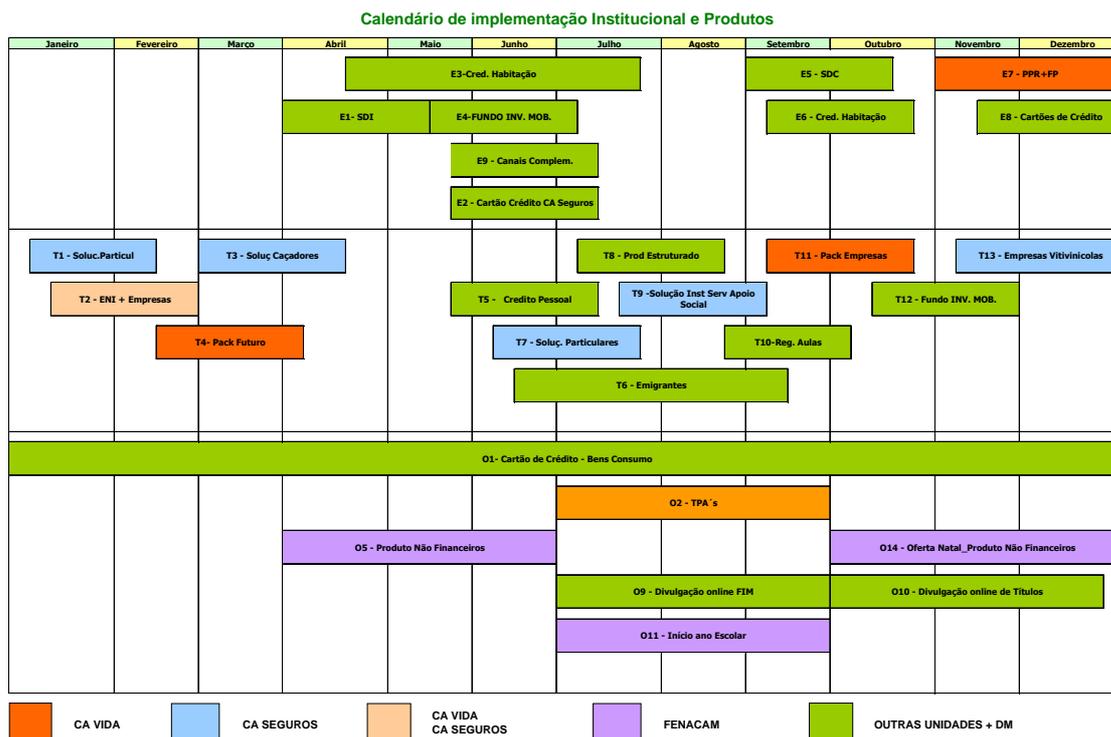
A presença em **feiras** e em eventos que transmitem modernidade e dinamismo à imagem do CA decorreram ao longo do ano por todo o território nacional.



Do mesmo modo, o CA continuou a apostar nos **patrocínios** para reforço da imagem institucional, privilegiando eventos já apoiados em anos anteriores que têm gerado um retorno bastante positivo ao Grupo.



Igualmente no 2º semestre merece destaque a organização do processo de planeamento da actividade de marketing do Grupo e a articulação da oferta de produtos e serviços, envolvendo todas as Unidades de Negócio da Caixa Central e das Empresas do Grupo que resultou no **Plano integrado de Acções de Marketing do Grupo para 2007**, que ocupou parte significativa da actividade em 2006 da Comissão de Marketing, Política Comercial e *Cross-Selling*.



## 1.2.2. Canais de Distribuição

No âmbito do Plano de Modernização Tecnológica e Organizacional em curso têm vindo a ser desenvolvidos serviços complementares de contacto que permitem aos Clientes do Crédito Agrícola realizar um vasto leque de operações bancárias fora da Rede de Balcões. A criação de uma área própria de Canais Complementares visa, essencialmente, o desenvolvimento estratégico dos mesmos, de forma a dotar o Grupo de um **Modelo "MultiCanal"**, inovador e competitivo, de relacionamento com os Clientes do Grupo Crédito Agrícola.

Durante o ano de 2006, decorreram vários projectos estratégicos para implementação de novos serviços, para lançamento no 1º trimestre de 2007. Foram efectuados desenvolvimentos significativos nos serviços disponíveis – CA On-Line, Linha Directa e Balcão 24 – tendo em vista a melhoria dos serviços oferecidos, de forma a permitir a libertação de recursos dos balcões para as actividades comerciais e a redução dos custos operacionais, e também para aumentar a carteira de Clientes aderentes aos Canais Complementares, reforçando o seu grau de fidelização.

### A) Evolução do Serviço de Internet Banking – CA On-Line

O **Serviço CA On-Line** disponibilizou aos seus utilizadores novas funcionalidades, nomeadamente a Consulta e Realização de Operações Financeiras na vertente de Cartões (Crédito e Débito); desenvolveu um novo processo de adesão, visando reforçar a segurança dos Utilizadores no acesso aos serviços MultiCanal; realizou melhorias nas funcionalidades disponibilizadas de Gestão do Serviço e de navegação e lançou uma nova imagem, na sequência da mudança de imagem corporativa do Grupo Crédito Agrícola.

No período de Setembro a Novembro ocorreu uma Campanha de Canais, com o objectivo de alargar a base de Clientes aderentes ao Sistema MultiCanal.

Nos quadros seguintes são apresentados os principais indicadores do serviço CA On-Line ao longo de 2006:



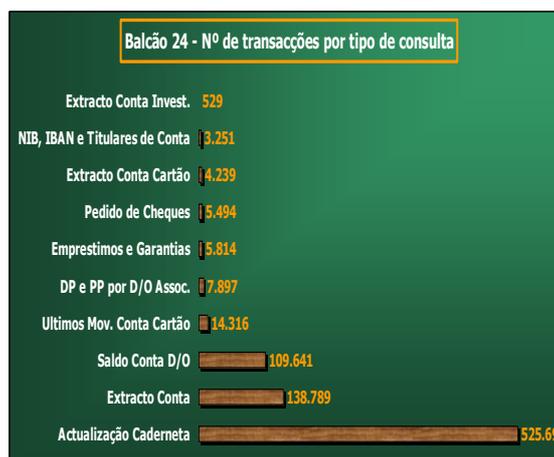
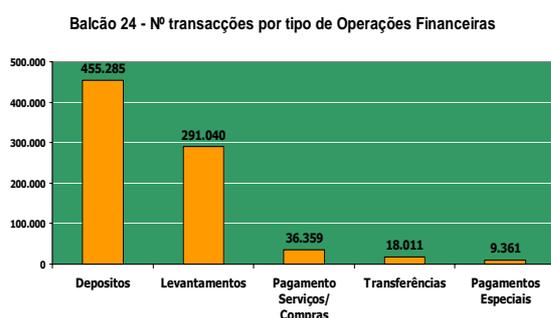
Reflexo das inovações introduzidas e das campanhas efectuadas verificou-se, do 1º para o 4º trimestre de 2006, um crescimento do número de transacções financeiras de 42,94% e do nº de consultas de 51,55%, atingindo as 229 mil operações e 1,8 milhões de consultas, respectivamente.

Durante o ano 2006 decorreu o **Projecto Internet Banking Empresas**, que será lançado no 1º trimestre de 2007.

### B) Evolução do Serviço Balcão 24

O Serviço **Balcão 24** foi lançado em finais de 2004, contando no final de 2006 com uma rede de 97 equipamentos instalados, representando um crescimento de 100% face ao ano de 2005, reflexo da adesão de mais 9 CCAM (44 CCAM aderentes no final de 2006). Ao longo do ano de 2006, o crescimento mensal do número de transacções foi quase sempre superior a 10%.

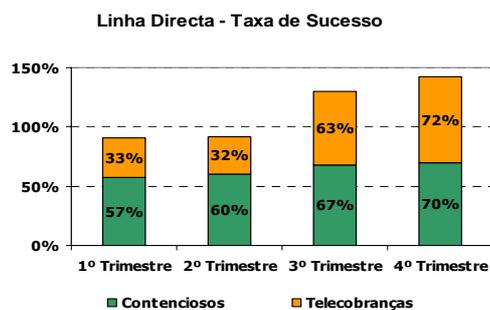
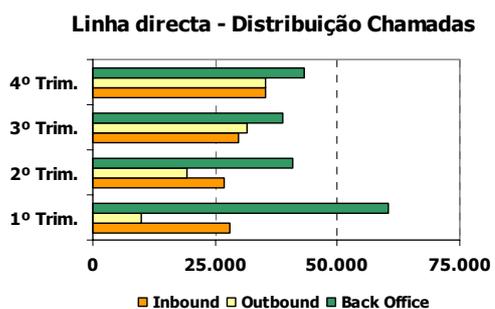
De seguida, apresentam-se os principais indicadores de actividade do Serviço Balcão 24 durante o ano de 2006:



### C) Serviço Linha Directa

O Serviço **Linha Directa** registou durante 2006 um crescimento acima dos 25% nas acções de *Inbound* (atendimento a Clientes) e de 254% nas acções de *Outbound*

(telemarketing e telecobranças). Ao longo do ano decorreu o desenvolvimento do projecto Linha Directa 2 (LD2), para lançamento na primeira metade de 2007, que consiste em oferecer aos Clientes a possibilidade de realizar operações financeiras nas suas contas do Crédito Agrícola, 24 horas por dia, todos os dias do ano, através de atendimento automático (IVR) ou personalizado.



### 1.3. Actividade da Área Financeira

No decurso de 2006, a actividade financeira desenvolveu-se de acordo com as seguintes linhas, no aprofundamento de um Programa de Transformação da Função Financeira e de Gestão da Tesouraria iniciado no ano anterior:

- Diversificação da intervenção da Tesouraria em mercados e instrumentos, visando otimizar a rentabilidade da aplicação dos recursos do SICAM e mantendo adequados padrões de controle de risco de crédito, de mercado e operacional;
- Promoção e venda de produtos e serviços de Tesouraria, direccionados nomeadamente para a cobertura dos riscos da actividade dos Clientes do SICAM;
- Apoio ao desenvolvimento da função financeira no âmbito do Grupo Crédito Agrícola, designadamente na perspectiva da gestão e controlo dos riscos financeiros da actividade e do planeamento do seu financiamento;
- Manutenção e aperfeiçoamento de padrões de controle de risco de crédito, de mercado e operacional consentâneos com a intensificação e diversificação das actividades referidas.

#### **Tesouraria**

Através da Tesouraria, a Caixa Central centraliza a aplicação dos excedentes em recursos do SICAM visando otimizar a sua rentabilidade sustentada e mantendo adequados níveis de liquidez. Ao longo de 2006, procurou-se assim:

- Tirar partido do agravamento da taxa directora do BCE, iniciado em 2005, e que em 2006 subiu de 2,25 para 3,5%;
- Gerir a cobertura de activos sensíveis ao agravamento das taxas de juro, nomeadamente das carteiras de obrigações a taxa de juro fixa resultantes da aplicação de recursos do SICAM, com recurso a instrumentos financeiros derivados, particularmente os contratos de futuros sobre dívida pública alemã. Considerando

estas actividades de cobertura, a negociação de conta própria e o aproveitamento de oportunidades de *spread* de curva de rendimentos, o valor de futuros transaccionado ascendeu a 8,47 biliões de euros (valor nocional) em 2006;

- Diversificar as aplicações de carteira através de produtos com rendimento superior, elevada qualidade creditícia e baixo consumo de fundos próprios, concorrendo para o aumento da rentabilidade do activo, mas salvaguardando a preservação de adequados níveis de liquidez deste último;
- Intensificar a actividade no mercado de reportes, acompanhando a crescente importância deste último como instrumento de gestão e de financiamento eficiente da tesouraria. Em 2006, a Caixa Central aderiu ainda à plataforma de negociação de operações de reporte gerida pelo MTS, Entidade Gestora do Mercado Organizado de Dívida Pública, alargando assim as opções de negociação nesta área;
- Alargar a rede de contactos da Tesouraria e as alternativas de aplicação dos excedentes em recursos do SICAM, com benefício para a sua rentabilização.

Como resultado do desenvolvimento articulado destas acções, a Caixa Central pôde ainda intensificar a sua presença e aumentar a sua visibilidade nos mercados monetário, cambial e de capitais ao longo de 2006.

### **Caixas Associadas e *Corporate Desk***

Em parceria com as Caixas Associadas, em 2006 o Departamento Financeiro orientou neste domínio a sua actividade para:

- A identificação e acompanhamento das oportunidades de gestão e cobertura dos riscos financeiros que sujeitam a actividade comercial de Empresas Clientes, sugeridas pelas perspectivas de evolução dos mercados;
- A análise e definição de estratégias de gestão e cobertura desses riscos;
- A realização de operações que corporizavam essas estratégias, designadamente, nos mercados de câmbio e de taxas de juro e seus derivados, ou ainda com o concurso de estruturas de maior complexidade.

Em 2006 iniciou-se um programa de visitas às Caixas Associadas visando a apresentação do *Serviço Caixas Associadas e Corporate Desk* e a inventariação e desenvolvimento de oportunidades de cooperação conjunta neste domínio. Tais visitas foram ainda complementadas por sessões de formação extensivas a todo o SICAM direccionadas para o campo de aplicação comercial.

No segmento de Clientes Particulares, por sua vez, procurou-se endereçar solicitações que pudessem requerer estruturas de remuneração de maior sofisticação e que envolvessem instrumentos, designadamente depósitos, cuja domiciliação permanecesse nas Caixas Associadas.

## **Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola**

Procurando ir ao encontro do reforço do exercício da função financeira de modo integrado em todas as Caixas Associadas do Crédito Agrícola, procedeu-se em 2006 à instalação da ferramenta especializada na gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro que irá suportar, nomeadamente, o desenvolvimento das actividades do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

Com a implementação desta nova solução técnica estão a ser criadas novas bases para o aprofundamento da gestão dos riscos de balanço associados a cada unidade do SICAM e ao Grupo Crédito Agrícola como um todo, de forma integrada e consistente, e para a articulação das diferentes vertentes funcionais relevantes para a actividade, nomeadamente, financeira, de risco e comercial.

## **Controle de Risco**

A intensificação e a diversificação da intervenção da Tesouraria em mercados e instrumentos, e a dinamização da promoção e venda de produtos e serviços de Tesouraria a que se aludiu, tenderão inevitavelmente a colocar um conjunto renovado de exigências no controlo dos riscos associados à actividade do Departamento Financeiro.

Antecipando a necessidade de gestão e controlo, e consequente minimização destes riscos, concluiu-se em 2006 a selecção da nova solução informática de suporte integrado *ao front-office, back-office e middle-office* das actividades do Departamento, a implementar logo no início de 2007. A implementação desta nova solução, a par da revisão dos processos

internos de funcionamento, permitirá adequar a gestão dos riscos operacional, de mercado e de contraparte às mais elevadas exigências da sua gestão e controle.

### Evolução dos Activos Geridos pelo Departamento Financeiro

Valores em milhares de €

	2005	2006	Variação		% do Total	
			Absoluta	Relativa	2005	2006
<b>Mercado Monetário</b>	657.155	948.569	291.414	44,3%	33,7%	39,9%
<b>Papel Comercial</b>	384.776	451.143	66.366	17,2%	19,7%	19,0%
<b>Dívida Pública - taxa fixa</b>	704.546	723.089	18.543	2,6%	36,1%	30,4%
<b>Obrig. Diversas</b>	68.314	61.345	-6.970	-10,2%	3,5%	2,6%
<b>Depósitos no B.P.</b>	135.333	192.560	57.226	42,3%	6,9%	8,1%
<b>Total</b>	<b>1.950.125</b>	<b>2.376.705</b>	<b>426.580</b>	<b>21,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

No decurso de 2006, os activos sob gestão do Departamento Financeiro aumentaram cerca de 426,6 milhões de Euro, atingindo 2,4 biliões de Euro no final daquele ano.

Reflectindo a perspectiva continuada de subida das taxas de juro de curto prazo, o maior crescimento foi registado nas aplicações neste segmento da curva de rendimentos.

## 1.4. Área Internacional, Emigração e Representações no Exterior

### 1.4.1. Área Internacional

No período em apreço, a Área de Promoção do Negócio efectuou visitas a clientes do Grupo Crédito Agrícola, no sentido de apoiar o esforço comercial das Caixas Associadas.

A actividade de *Correspondent Banking* concentrou-se na análise de oportunidades de redução de custos pela via da renegociação de condições com os bancos correspondentes. No sentido de apoiar a actividade de Tesouraria do Grupo, procurou negociar limites de crédito de OICs estrangeiras para a Caixa Central, tendo-se conseguido, em conjunto com a própria Tesouraria, incrementar tal disponibilidade em 2006 para cerca do dobro.

Na área de transferências internacionais, o acordo firmado em finais de 2004 com o PrivatBank, maior banco da Ucrânia, resultou em 2006 num fluxo de remessas de imigrantes para aquele país que somou mais de 5,4 milhões euros. O decréscimo de 18,6% em relação ao ano anterior é fruto da crescente concorrência de instituições bancárias e, especialmente, não-bancárias especializadas nesta actividade.

No respeitante a operações com o estrangeiro, o volume intermediado pelo Crédito Agrícola aumentou 2,2%. No entanto, a nossa quota de mercado manteve-se praticamente inalterada dado que o comércio externo português (importação e exportação de mercadorias) cresceu no período 9,7%.

#### Comércio Internacional - Quota do SICAM

Valores em milhares €

	Totais Importação + Exportação		
	Nacional	SICAM	Q.M.
2005	79.848.800	820.663	1,03%
2006	87.560.200	838.340	0,96%
Δ % 05/06	9,7%	2,2%	-6,8%

Apesar de o número total de operações de estrangeiro intermediado pelo Grupo CA ter registado uma diminuição de 6,6%, observou-se um aumento de 4,3% no volume de negócios correspondente.

<b>Oper. Estrang. intermediadas pelo C.A.</b>		
Valores em milhares €		
	<b>Nº Ops</b>	<b>Volume</b>
<b>2005</b>	125.329	1.073.839
<b>2006</b>	117.022	1.119.864
<b>Δ % 05/06</b>	-6,6%	4,3%

### **1.4.2. Emigração e Representações no Exterior**

Em finais de 2005, a responsabilidade pela actividade de Emigração transitou para uma nova estrutura, a AERE – Área da Emigração e Representações Exteriores, que tem como objectivo primordial o acompanhamento e desenvolvimento do negócio relacionado com o segmento específico dos não residentes em Portugal.

Esta área deverá constituir uma antena de captação e detecção de oportunidades de negócio para todo o Grupo CA, potenciando o valor da clientela-alvo, quer através da exploração de nichos de mercado ao nível de produtos e serviços especializados dedicados a emigrantes, empresas não residentes e mercados externos, quer pela colocação de maior dinamismo nas acções comerciais das representações exteriores, com enfoque nos clientes do Grupo e no alargamento da base de clientes e segmentos.

Actualmente o Grupo CA está já presente nos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Cabo Verde, França, Luxemburgo e Suíça.

No âmbito da abrangente reorganização das estruturas presentes no exterior, foi decidido o encerramento, com efeito a 31 de Dezembro de 2006, da Sucursal Financeira Exterior situada na Zona Franca de Santa Maria, nos Açores, sendo que a actividade nela desenvolvida se centra agora nas Sucursais Financeira Exterior da Madeira e na de Cabo Verde.

Das acções desenvolvidas destacam-se, pelo seu peso estratégico:

- Entrada em pleno funcionamento da Sucursal Financeira Exterior de Cabo Verde;
- Obtenção de autorização, das autoridades oficiais competentes, para a constituição de uma Instituição Financeira Internacional (na modalidade de sociedade controlada), com o objecto de sociedade gestora de activos e a operar também em Cabo Verde;
- Estudos destinados a analisarem a viabilidade de ampliar o âmbito geográfico de implantação do Grupo CA em novos mercados exteriores;
- Dinamização comercial das diversas representações exteriores;
- Aumento da gama e diversidade de produtos disponibilizados aos clientes dos segmentos – alvo.

## Emigração

Este segmento específico constitui a base de clientes da AERE e aquele a que é dedicada um maior dinamismo e inovação nas acções comerciais e nas estruturas presentes no exterior.

As quotas de mercado do Grupo CA, quer no que diz respeito às remessas de emigração quer aos depósitos provenientes da diáspora, registaram um crescimento acima do mercado nacional. Pode-se assim constatar que as remessas cresceram em volume cerca de 12,5% e os depósitos aumentaram 3,5%, o que se traduz num efectivo aumento da quota de mercado em 5,6% e 10,9%, respectivamente, evolução que se reputa de muito positiva.

### REMESSAS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

	N.º OPS	VOLUME	Q.M.
<b>2005</b>	330.203	250.194	11,0%
<b>2006</b>	369.788	281.524	11,6%
<b>Δ% 05/06</b>	<b>12,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>5,6%</b>

### DEPÓSITOS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

	NACIONAL	GRUPO CA	Q.M.
<b>2005</b>	7.792.000	244.085	3,1%
<b>2006</b>	7.276.000	252.737	3,5%
<b>Δ% 05/06</b>	<b>-6,6%</b>	<b>3,5%</b>	<b>10,9%</b>

## **Sucursais Financeiras Exteriores**

Afirmando-se como uma ferramenta de complementaridade e simultaneamente de aposta no desenvolvimento do negócio, a actividade das três sucursais exteriores do Crédito Agrícola caracterizou-se pelo crescimento sustentado na competitividade e sem deterioração da margem financeira, o que foi conseguido mercê da atenção especial atribuída a uma dedicada gestão de activos e passivos.

No final de 2006, as sucursais detinham sob sua gestão cerca de 39 milhões de euros em activos e os seus resultados consolidados, apesar do esforço financeiro despendido na instalação da nova Sucursal de Cabo Verde, situaram-se nos 320 mil euros.

## 1.5. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria

### 1.5.1. Gestão de Recursos Humanos

Nas diversas áreas destacam-se as seguintes actividades:

#### Relações Laborais

- Criação de uma biblioteca jurídico-laboral com documentos de apoio à Gestão das CCAM e Empresas do Grupo e para os respectivos profissionais de recursos humanos, na sua vertente jurídico-laboral e de crédito à habitação a empregados;
- Integração da Rural Informática, SICAMSERV e ACE no ACT do Crédito Agrícola;
- Fundo de Pensões: foram desenvolvidos os contactos e definidas as metodologias tendentes a que em 2007 a Entidade Gestora do Fundo de Pensões passe a ser a CA Vida;

#### Actividades de Recrutamento, Selecção e Mobilidade de Pessoal

- Foram desenvolvidos 89 processos de selecção de pessoal para o SICAM e Empresas do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido aplicados testes a 1.753 candidatos e realizadas 375 entrevistas socio-profissionais;
- Procedeu-se ao acompanhamento e avaliação dos processos de estágios profissionalizantes e de ingresso e foi efectuada a gestão das solicitações de mobilidade interna e dos contratos de trabalho temporário na Caixa Central e restantes entidades do Grupo;
- Concluiu-se a revisão do Regulamento de Admissões e Mobilidade Interna do SICAM (RAMIS), no sentido de o adaptar às crescentes exigências qualitativas em matéria de recrutamento no Crédito Agrícola.

## **Tecnologias e Informação para Gestão de Recursos Humanos no Grupo CA**

- Lançamento do Portal de Recursos Humanos – CAMRH, para todos os empregados do Grupo Crédito Agrícola;
- Lançamento da segunda versão do módulo – Gestão de Cadastro e Processamento de Salários;
- Desenvolvimento e Implementação da aplicação SAGE – Avaliação e Gestão de Desempenho;
- Implementação dos Impressos Electrónicos de Marcação/Alteração de Férias para o Grupo Crédito Agrícola;
- Realização dos II e III Encontros de Utilizadores do CAMRH;
- Desenvolvimento da Plataforma CAMRH para suportar o Processamento de Salários de Empresas do Grupo: CA Vida, CA Seguros, Rural Informática e SICAMSERV.

## **Formação Profissional**

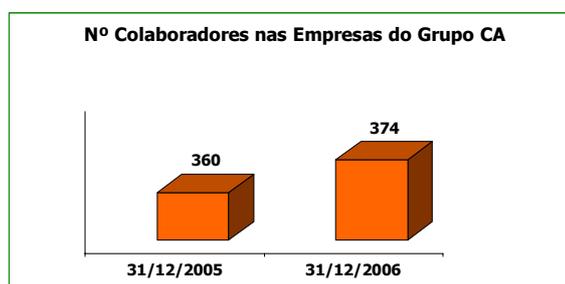
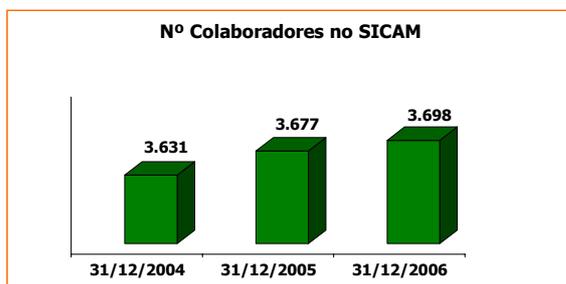
Participaram nas diversas iniciativas levadas a cabo 5.493 formandos ( $\Delta$  negativa de 10%), representando um total de 52.268 horas formativas ( $\Delta$  5%), com um investimento global de 574 mil euros ( $\Delta$  -9%) de custos directos e 1.271 mil euros de custos indirectos (correspondentes ao valor dos dias de trabalho e encargos com deslocações para formação) num total global de 1.845 mil euros.

## **Desenvolvimento de Competências**

- Realização de estudos funcionais e de perfis individuais para as CCAM;
- Produção das tabelas de famílias de Funções, competências e respectivos descritivos no âmbito da actividade bancária do Grupo.

A actividade na área de recursos humanos e formação foi acompanhada ao longo do ano pela Comissão de Recursos Humanos e Formação, na qual, em especial, foram debatidas as novas iniciativas e acções mais estruturantes.

## Efectivo



### 1.5.2. Meios Materiais e Logística

Em colaboração com a CA Seguros, realizou-se um Seminário sobre Segurança, dirigido às Direcções das Caixas Associadas, onde foram veiculadas diversas medidas de sensibilização de autoprotecção incidindo nas temáticas relacionadas com os assaltos a bancos, fraudes, cartões e branqueamento de capitais, cuja monitorização foi realizada por especialistas do Banco de Portugal, Polícia Judiciária e da Companhia de Seguros Caser (do Grupo das Cajas de Ahorros Espanholas).

Foi instalado o Centro de Custódia e Classificação Documental da Caixa Central, em Castanheira do Ribatejo que, além da libertação de espaço no edifício Castilho, potencia a prestação de um melhor e mais rápido serviço da Caixa Central às associadas e empresas do Grupo.

Por outro lado, deu-se continuidade à gestão dos imóveis provenientes das **dações** por incumprimento de créditos e à organização de consultas de mercado para a sua venda, em articulação com o Fundo de Investimento Imobiliário (FII).

Destaque ainda para as seguintes actividades:

- o apoio no processo de transição do "outsourcing" de prestação de serviços de produção e envelopagem de toda a documentação do SICAM, que passou a ser efectuada pelo Centro Documental da Fenacam - projecto FENDOC;
- a sensibilização dos colaboradores para a importância do seu comportamento na minimização dos efeitos da criminalidade;

- a alteração do estacionamento e imagem exterior do SICAM, no decurso da mudança de imagem do Grupo;
- a obra de ampliação do Balcão Miguel Bombarda, que foi completamente remodelado no âmbito da nova imagem com o intuito de servir de referência às CCAM Associadas;
- acompanhamento do projecto relativo à futura loja comercial da Damaia.

Foi desenvolvido um projecto piloto com uma CCAM visando o tratamento digitalizado do Arquivo.

### 1.5.3. Auditoria Interna

Em Janeiro de 2006 iniciou-se o projecto de reorganização funcional desta área com o objectivo de dotá-la de um modelo de estrutura que lhe permita actuar adequadamente, no âmbito das actividades de sua responsabilidade, bem como assessorar proactivamente as CCAM na implementação da função de auditoria interna.

O Desenvolvimento de Metodologias para a função Auditoria do SICAM, a intervenção em processos de Investigação e Fraude, bem como a Gestão de Reclamações, são actividades exercidas de forma corrente e transversal ao SICAM.

#### 1.5.3.1. Modelo de Auditoria Interna para o SICAM

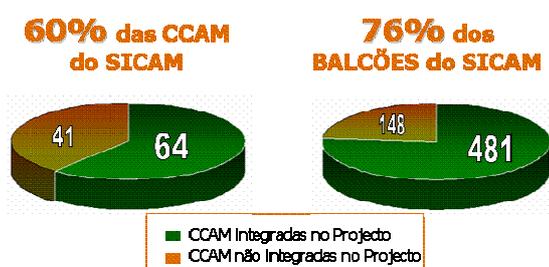
No ano de 2006 procedeu-se à consolidação dos instrumentos e ferramentas de trabalho disponibilizadas no âmbito deste projecto (iniciado em 2005), quer através da introdução de melhorias, quer através da disponibilização de outros meios de trabalho para o exercício da função Auditoria.



O processo de implementação efectiva da função Auditoria nas CCAM conheceu também uma acentuada aderência, para o que foi determinante a divulgação efectuada e a metodologia de treino aos auditores, ministrada pelo IFB e pelo Gabinete de Auditoria.

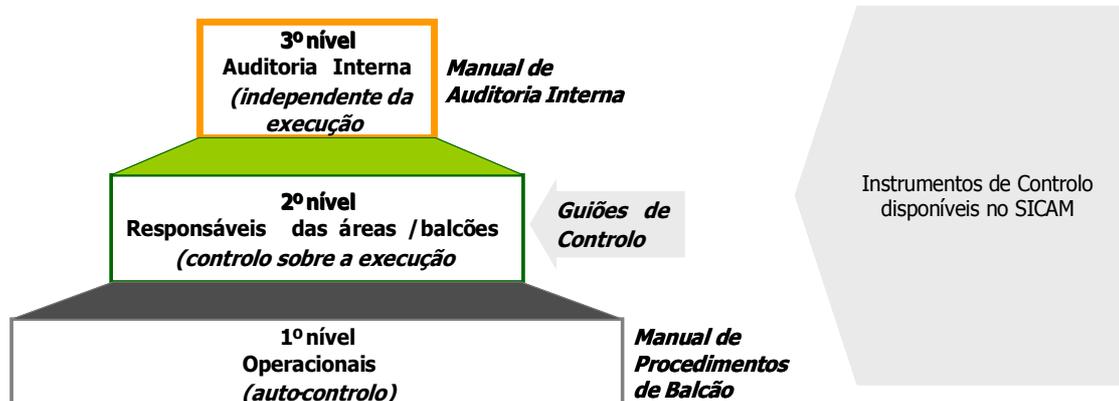


Ao nível da cobertura, as CCAM que aderiram ao Modelo de Auditoria representam cerca de 77% do Activo Líquido, sendo que se encontra em curso um processo piloto para implementação da função de auditoria em CCAM de pequena dimensão:



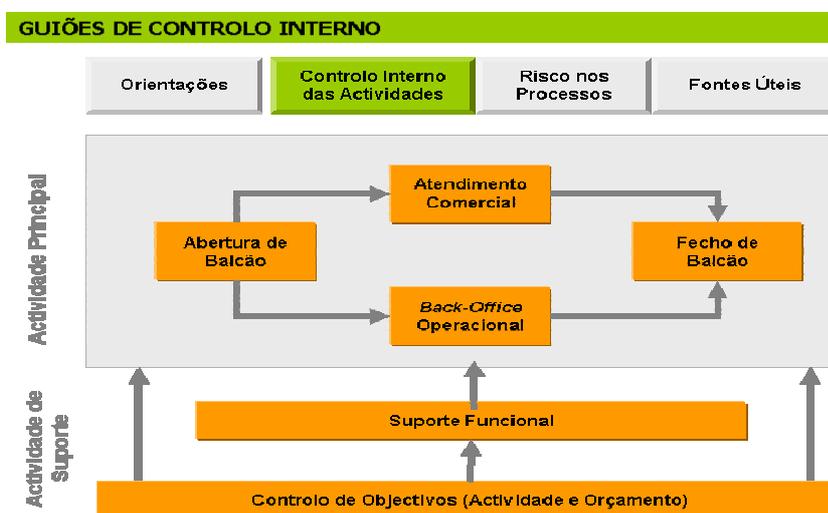
### 1.5.3.2. Sistema de Controlo Interno do SICAM

Com o objectivo de reforço do Sistema de Controlo Interno no SICAM, para o qual muitos dos projectos em curso têm vindo a contribuir, têm vindo a ser disponibilizados instrumentos base de apoio aos procedimentos de controlo para os diversos níveis de intervenção.



Os Guiões de Controlo foram desenvolvidos para possibilitar uma abordagem comum ao controlo interno no SICAM, contribuindo para a redução do risco operacional na medida em que dão orientações sobre os controlos que devem ser assegurados para as várias actividades produtivas e de suporte por quem tem responsabilidades de supervisão, e alertam para os riscos associados aos diferentes grupos de produtos.

Os Guiões foram disponibilizados via Intranet, através de um Manual, e estão organizados em função das várias actividades da CCAM, podendo existir vários guiões por actividade.



## 1.6. BancaSeguros

### 1.6.1. Seguros – Ramos Reais

A CA Seguros registou, em 2006, prémios brutos emitidos no montante de 65,4 milhões de euros, um crescimento de 5,8% face ao ano anterior, não obstante o travão resultante de uma continuada redução do peso do Seguro de Colheitas, cujos prémios se reduziram 20,2% em 2006. Excluindo o Seguro de Colheitas, que representa agora apenas 10,4% na nossa carteira de seguros, os prémios dos restantes Produtos aumentaram 10,0%, uma performance claramente acima da média do mercado, que praticamente não cresceu em 2006.

Reflectindo uma maior consolidação do modelo de distribuição comercial, onde se registou uma maior participação dos Colaboradores do Grupo CA, o número de apólices novas em 2006 aumentou 27,5% comparativamente ao ano de 2005. Os respectivos prémios cresceram 23,9% relativamente ao ano anterior, com especial destaque para os produtos CA Automóvel (+41,7%), CA Acidentes Pessoais (+28,4%) e CA Acidentes de Trabalho (+15,2%).

A aceleração nas vendas teve um impacto positivo sobre a dimensão da carteira de seguros, que atingiu 250 mil apólices em vigor a 31 de Dezembro de 2006, um aumento de 15,5% em relação ao final de 2005. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 13,3%, de 128 mil para 145 mil, tendo-se verificado um aumento do número médio de apólices por Cliente.

No ano 2006 confirmou-se o aumento da notoriedade da CA Seguros junto dos Clientes do Crédito Agrícola. A estratégia iniciada em 2005, de envolvimento de todos os Colaboradores e Balcões do Crédito Agrícola na venda de Seguros de Ramos Não Vida, foi em 2006 consolidada. O aumento significativo do número de Balcões e Colaboradores com produção efectiva teve como resultado final o aumento da produção nova em 27,5%.

A cada vez maior adesão das CCAM e dos respectivos Colaboradores à comercialização de Seguros Não Vida transparece claramente no aumento do número de apólices em vigor dos

produtos de venda simples, nomeadamente, Acidentes Pessoais (+76,6%) e Responsabilidade Civil (+55,0%).

No ano de 2006, efectuou-se o lançamento de novos produtos, em especial o CA Saúde que, apesar do pouco tempo decorrido, se pode afirmar ser já um sucesso.

O ano de 2006 marcou uma evolução muito positiva ao nível da sinistralidade do Ramo Automóvel, por força das novas políticas de subscrição e gestão de sinistros, o que permitiu um provisionamento mais conservador nos últimos anos, com efeitos visíveis nos resultados. Manteve-se a política de análise, cálculo e rigorosa orçamentação e provisionamento de todos os sinistros o que permitiu pelo quarto ano consecutivo, confirmar a melhoria deste indicador assegurando com maior grau de fiabilidade o adequado provisionamento dos sinistros em curso.

Em 2006, a taxa de sinistralidade global aumentou de 56,6% para 59,5%, o que ficou a dever-se exclusivamente à ocorrência de um grande sinistro, o qual foi repercutido sobre as resseguradoras, reduzindo-se o rácio saldo de resseguro/prémios adquiridos em 4,7 pontos percentuais.

A Margem Técnica, calculada antes dos Custos por Natureza a Imputar e antes dos Rendimentos dos Investimentos Financeiros, registou um crescimento de 10,7%, reflectindo a melhoria global na Margem Após Sinistros, e nos Custos Comerciais. A Margem Técnica aumentou em 2006, representando agora 25,7% dos Prémios Adquiridos, enquanto em 2005 representava apenas 24,5%.

O aumento dos custos comerciais em 2006 reflecte o aumento das comissões pagas à CCAM (+11,0%), mas é essencialmente determinada pelo aumento da Provisão para Recibos por Cobrar (+722 mil euros), o qual reflectiu o impacto da alteração do normativo legal pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Os Resultados dos Investimentos Financeiros aumentaram 4,0% em 2006, incluindo um forte aumento dos rendimentos de juros das Obrigações do Tesouro (+53,8%) e uma redução das mais-valias realizadas líquidas (-43,0%), reflectindo esta última rubrica uma

performance menos favorável das unidades de participação de Fundos, comparativamente a 2005.

Os Resultados Antes de Impostos situaram-se em 5,1 milhões euros, o que representa um crescimento de 17,7% relativamente ao ano anterior e constituiu o melhor resultado de sempre da CA Seguros.

O Resultado Líquido apurado em 2006 é de 3,7 milhões de euros, valor que excede o resultado do ano anterior em 13,6%.

Valores em milhares de euros

<b>CA SEGUROS</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Prémios Brutos Emitidos	64,784	61,856	65442
Activo Líquido	95,187	107,103	124,920
Situação Líquida	12,276	15,993	19,144
Resultado Líquido	1,302	3,313	3,763
Nº Colaboradores efectivos	105	106	112

## **1.6.2. Seguros – Ramo Vida**

A produção realizada em 2006 permitiu à CA Vida manter o 9º lugar do ranking nacional de Companhias de Seguros de Vida, consolidando, assim, a sua posição no Top Ten das Seguradoras do Ramo Vida. O crescimento registado acima da média do sector, permitiu à Companhia reforçar a sua quota de mercado que passou de 1,44% em 2005 para 1,68% em 2006. Considerando apenas a quota em produtos tradicionais esta cresceu de 2,43% em 2005 para 3,13% em 2006.

Esta seguradora obteve o 1º lugar no ranking de “As melhores Seguradoras do Ramo Vida” do ano de 2005, distinção atribuída pela Revista Exame em 2006, subindo duas posições face ao ano anterior. Esta classificação foi elaborada com base na avaliação de um conjunto de critérios de rentabilidade, equilíbrio financeiro e dinamismo.

No esforço de desenvolvimento da estratégia de Bancasseguros no Grupo Crédito Agrícola, a CA Vida tem vindo a participar activamente nas Comissões de Formação e Recursos Humanos, de Organização, Meios e Sistemas de Informação e de Marketing e Venda Cruzada.

No último trimestre de 2006 iniciou-se a comercialização de Fundos de Pensões com o lançamento de dois Fundos de Pensões abertos – CA Reforma Tranquila e CA Reforma Mais – visando adaptar ao perfil dos Clientes o tipo de carteira de investimentos, tendo sempre como objectivo a melhoria das condições de vida após a reforma.

Em 2006 procedeu-se a um aumento do capital social da Companhia em 3 milhões de € passando este a ser de 10,5 milhões de € com o objectivo de aumentar as garantias financeiras da CA Vida e cumprir com os requisitos de solvência da actividade.

Acompanhando a evolução do Grupo Crédito Agrícola em termos de posicionamento e de imagem, a CA Vida renovou a sua imagem institucional. A passagem de denominação de Crédito Agrícola Vida para CA Vida torna a Seguradora Vida mais próxima do Grupo, mais inovadora, mais global, passando a apostar claramente no desenvolvimento da “marca CA”, enfrentando os desafios do futuro com a sua imagem renovada.

A comunicação directa com o canal bancário continua a revelar-se um meio por excelência de proximidade com os Colaboradores das Caixas Agrícolas e, em simultâneo, com os seus Clientes. Com a nova identidade, continuou-se a apostar numa informação regular, precisa e clara, realçando ainda mais os objectivos de globalidade e de modernidade através da expressividade dos meios de comunicação.

As várias campanhas implementadas, realizadas em conjunto com a Caixa Central e outras Empresas do Grupo Crédito Agrícola evidenciaram de forma explícita, a sua utilidade para apoiar as Caixas Agrícolas a incrementar a sua eficácia comercial e o sucesso na venda cruzada.

Do conjunto de acções concebidas e implementadas em 2006, destacam-se: *Pack Geração, Super Depósito Investimento 2006, Solução Especial Emigrante, Solução Habitação, Regresso às Aulas e Plano Reforma Segura.*

Para além das diversas campanhas lançadas a nível nacional, continuou a ser prestado um apoio personalizado às Caixas Agrícolas, com o intuito de promover o crescimento sustentado da carteira Vida, fidelizando o Cliente através da satisfação global das suas necessidades, tendo sido realizadas várias Acções de Marketing Local, Encontros de Bancasseguros Vida, Reuniões Regionais e Acções de Formação.

O empenho da CA Vida em estar próxima do Grupo Crédito Agrícola e dos seus Colaboradores, e a excelente opinião atribuída pelos intervenientes nas diversas iniciativas, constituem um incentivo para que a Companhia continue a apostar neste tipo de iniciativas como meio de fortalecer o relacionamento, contribuindo assim para aumentar o espírito de Grupo.

Dando continuidade ao plano de incentivos implementado, a CA Vida procurou desenvolver um Sistema de Incentivos mais dinâmico, funcional, interactivo e cada vez mais próximo de todos os Colaboradores. Usufruíram do Sistema de Incentivos Vida Viva! cerca de 2.600 Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola.

Tendo em vista uma clara melhoria da qualidade do serviço prestado, autonomizou-se a gestão de processos de sinistros permitindo um aumento da celeridade da regularização dos mesmos assim como uma minimização do risco operacional.

Na área de Subscrição Médica a CA Vida conta com um novo circuito de análise de informação médica que passou a permitir uma análise mais regular e rápida dos processos em fase de aceitação, com benefícios importantes para todos os intervenientes. Foi renegociado o acordo de prestação de serviços existente entre a CA Vida e um dos principais prestadores de serviços médicos, no que respeita aos exames médicos realizados no âmbito dos processos de subscrição de seguros de Vida risco, o que permitiu à Companhia uma melhoria da qualidade de serviço.

É de referir o esforço sistemático de actualização tecnológica que a CA Vida tem efectuado com o intuito de manter os elevados níveis de qualidade e inovação em matéria do foro tecnológico.

No ano de 2006, a CA Vida apresentou um crescimento acima do Mercado, com um volume de negócios de 146,8 milhões de Euros. O crescimento registado foi de 11,3% quando comparado com o ano anterior, enquanto que o Mercado Vida sofreu uma retracção de 4,1%.

Valores em milhares de €, excepto %

<b>Prémios Brutos Emitidos</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Δ% 05/06</b>
<b>Prémios Totais</b>	<b>131.920</b>	<b>146.807</b>	<b>11,3%</b>
Prémios Risco	14.550	15.937	9,5%
Prémios de Capitalização	117.371	130.870	11,5%

O crescimento alcançado no montante total de prémios, verificou-se tanto nos Produtos de Risco como de Capitalização, embora com maior ênfase nestes últimos.

Os custos com sinistros aumentaram na sua globalidade, com maior impacto nos Produtos de Poupança, mantendo-se ainda assim, em valores abaixo da média do mercado. Trata-se de um desenvolvimento normal dado o crescimento da carteira, a antiguidade média dos contratos e os vencimentos de apólices de Capitalização.

De realçar a diminuição da Variação da Provisão para Sinistros, em resultado de uma maior eficiência na gestão dos respectivos processos.

Valores em milhares de €, excepto %

<b>Custos com sinistros</b>		<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Δ% 05/06</b>
<b>Risco</b>	Montantes Pagos	4.530	4.889	7,9%
	Provisão para Sinistros (Variação)	413	56	-86,5%
	<b>Total</b>	<b>4.943</b>	<b>4.945</b>	<b>0,04%</b>
<b>Capitaliz.</b>	Montantes Pagos	15.844	21.909	38,3%
	Provisão para Sinistros (Variação)	-	321	-
	<b>Total</b>	<b>15.844</b>	<b>22.230</b>	<b>40,31%</b>

**Nota: Os valores não incluem custos de gestão imputados.**

Também os Resultados Líquidos da Companhia tiveram uma subida assinalável, cifrando-se em 6,3 milhões de Euros, apesar do reforço de € 764.335 na provisão específica para fazer face ao envelhecimento de parte da carteira de Clientes.

<b>CA VIDA</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Activo Líquido	250.412	389.949	522.383
Situação Líquida	14.110	19.057	27.736
Resultado Líquido	3.417	5.093	6.313
Nº Colaboradores efectivos	24	27	32

## 1.7. Banca de Investimento

### 1.7.1. CA Dealer

As principais actividades desenvolvidas pela Crédito Agrícola Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. (CA Dealer) são as seguintes:

- recepção e transmissão de ordens de bolsa por conta de outrem;
- execução de ordens por conta de outrem;
- registo e depósito de valores mobiliários;
- concessão de crédito para realização de operações sobre valores mobiliários.

Os instrumentos transaccionados incluem acções, obrigações, índices e derivados em diversos mercados, designadamente os mercados Euronext de Lisboa, Paris, Amsterdão e Bruxelas, de que a CA Dealer é membro.

Para além da recepção directa de ordens, por escrito ou por telefone, a CA Dealer está presente no canal *internet* através de dois sites para negociação *on line*: o **Netinvest**, para o mercado à vista de acções e *warrants* e o **CA Futuros**, para contratos de futuros. Em conjunto com a Caixa Central, é disponibilizada ao universo do Crédito Agrícola uma aplicação de recolha de ordens na *intranet* do Grupo – o **Central Online**.

Do universo de clientes da CA Dealer, cerca de 82% são clientes do SICAM, 3% clientes institucionais e 15% outros clientes directos. A maior parte do volume de negócio de corretagem é efectuada com Clientes Institucionais nacionais e internacionais, gerando 59% das comissões. Na vertente de custódia são as entidades do Grupo que originam a maior parte das comissões (79%).

O capital social da CA Dealer, no montante de 3,5 milhões de euros, é totalmente detido pela Caixa Central através da Crédito Agrícola SGPS.

No primeiro trimestre de 2006 a Bolsa nacional foi decisivamente influenciada pelo lançamento de Ofertas Públicas de Aquisição que estimularam a actividade no **segmento**

**accionista.** Também a evolução favorável da economia mundial contribuiu para o bom comportamento das bolsas em geral.

A valorização do principal índice de acções nacionais (PSI-20), em 2006, foi de 29,9%, consideravelmente acima dos 13,4% verificados no ano anterior.

O volume de transacções do segmento accionista, em sessões normais de Bolsa, cresceu 66,6% relativamente a 2005, tendo a capitalização bolsista das acções subido 51,1%. O volume de transacções de títulos em geral manteve-se estável em relação a 2005, com o segmento de acções a compensar a redução no segmento da Dívida Pública.

Em 2006, manteve-se a tendência de utilização crescente da *internet* para **transmissão de ordens**, designadamente sobre acções, tendo o volume de ordens recebidas pela *internet* sido superior em 87% face ao ano anterior e representado 38,3% do total das ordens recebidas pelos intermediários financeiros.

O referido comportamento dos mercados de capitais internacionais e nacional, a par das medidas de saneamento e optimização adoptadas, contribuíram para uma melhoria significativa da **performance financeira** da CA Dealer.

Assim, em 2006, verificou-se o retorno a Resultados Líquidos positivos, no montante de 303 mil euros, fruto de um elevado crescimento nas Comissões Líquidas (28%), de uma redução significativa nos custos de estrutura da CA Dealer (-14%), e da contribuição positiva de resultados de natureza extraordinária.

O crescimento do volume de comissões brutas de corretagem evidenciou um aumento global de 79% face a 2005, correspondente a 913 mil euros. Aquela tendência fez-se sentir sobretudo nos segmentos de intermediação de acções (63%) e derivados (260%). Em contrapartida, no segmento de obrigações verificou-se uma ligeira redução.

Apesar de terem um peso ainda pouco relevante (3%) no total das comissões do mercado a contado, também as comissões provenientes de transacções ordenadas por clientes das Caixas de Crédito Agrícola cresceram significativamente (79%) neste exercício.

Valores em milhares de €

	Comissões		Variação	
	2005	2006	Abs.	%
<b>Proveitos Comissões</b>	<b>2.604</b>	<b>3.291</b>	<b>687</b>	<b>26,4%</b>
Comissões de Custódia	1.417	1.199	-218	-15,4%
Comissões de Bolsa (Acções)	842	1.372	530	62,9%
Comissões Dívida Pública	162	155	-7	-4,3%
Comissões de Derivados	150	540	390	260,1%
Outras Comissões	34	26	-8	-23,1%
<b>Custos Comissões</b>	<b>912</b>	<b>1.126</b>	<b>214</b>	<b>23,5%</b>
<b>COMISSÕES LÍQUIDAS</b>	<b>1.692</b>	<b>2.165</b>	<b>473</b>	<b>28,0%</b>

Como factores decisivos deste crescimento apontam-se: i) o aumento de negócio proveniente dos acordos de "routamento" de ordens estabelecidos com Corretores estrangeiros; ii) o crescimento geral do volume de negócios da Euronext Lisbon; iii) a dinamização do negócio de futuros com clientes particulares.

O volume de transacções da CA Dealer, em 2006, na componente de acções foi da ordem de 2,25 mil milhões de euros, representando um aumento de 77% em relação a 2005. Na componente de Dívida Pública, o volume intermediado foi da ordem de 7,21 mil milhões de euros, traduzindo também um crescimento face a 2005 (7,6%). Finalmente, verificou-se um crescimento muito acentuado (234%) do número de contratos de futuros negociados, dado o nível reduzido ocorrido em 2005.

Por seu lado, os proveitos de comissões da actividade de custódia registaram uma diminuição relativamente ao ano anterior (-15%), fruto de uma quebra nas comissões cobradas à Caixa Central, associada à redução da respectiva carteira de títulos depositada junto da CA Dealer. Este factor foi insuficientemente compensado por um crescimento das comissões por serviços de custódia cobradas a outros clientes.

O Plano de Saneamento e Optimização definido no final de 2005 para fazer face às condições de exploração deficitárias da CA Dealer contemplava a adopção de medidas para minimizar os respectivos custos de estrutura. No cumprimento do mesmo, em 2006 operou-se uma redução de quase 14% nestes custos, correspondentes a 465 mil Euros. Nos custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros realça-se a diminuição de custos com Circuitos e Comunicações e Serviços de Informática. O quadro de pessoal continuou a diminuir, para

um total de 19 pessoas em 31/12/2006, em consequência da transferência de colaboradores para outras entidades do Grupo e, num caso, de rescisão por iniciativa do empregado, e, noutro, de rescisão por mútuo acordo.

Os proveitos de natureza extraordinária resultaram da realização de mais-valias em participações e da redução de provisões decorrentes de dívidas de clientes recuperadas no decorrer do exercício de 2006. Estes dois factores somam aproximadamente 449 mil Euros.

A Situação Líquida da CA Dealer, no final de 2006, mantém um valor relativamente elevado de cerca de 14 milhões de euros, aumentando ligeiramente em consequência do resultado positivo registado de 303 mil euros.

Valores em milhares de €

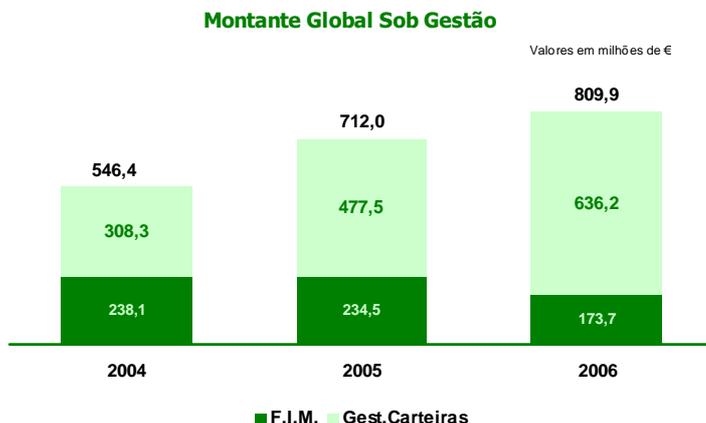
<b>CA Dealer</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Activo Líquido	50.566	42.715
Situação Líquida	13.684	13.988
Resultado Líquido	-605	303
Nº Colaboradores efectivos	23	19

No contexto do reequacionamento do negócio de corretagem no Grupo Crédito Agrícola tem vindo a ser perspectivado o estabelecimento de uma parceria com uma entidade estrangeira especializada naquele tipo de serviços, que poderá envolver:

- a transferência da actividade de custódia da CA Dealer para a Caixa Central, centralizando a relação com clientes nesta última;
- a alienação da CA Dealer, com geração de uma pequena mais-valia;
- a aquisição de uma participação na referida entidade;
- a celebração com aquela de um contrato de prestação de serviços de corretagem institucional e de sub-custódia internacional e
- a colaboração na área de consultadoria financeira especializada.

## 1.7.2. CA Gest

O montante global sob gestão da CA Gest ascendia a 809,9 milhões de Euros, em final de Dezembro de 2006, o que corresponde a um aumento de 13,8% relativamente ao final do ano anterior.



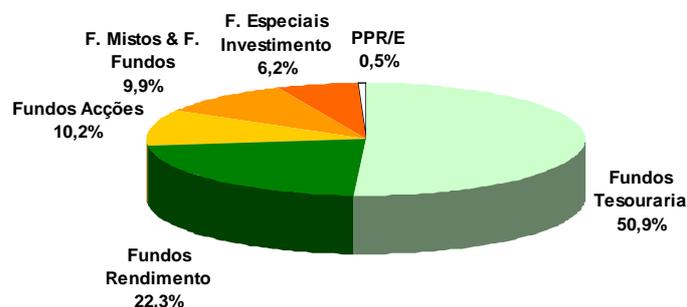
### Fundos de Investimento Mobiliário

Os fundos de investimento mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo Grupo Crédito Agrícola registaram em 2006 uma diminuição de 25,9% apresentando um valor global líquido de 173,7 milhões de euros.

Para esta acentuada redução contribuíram decisivamente as diminuições dos montantes sob gestão relativos aos fundos Raiz Tesouraria e Raiz Rendimento, cujos valores globais líquidos diminuíram 29,9% e 28,5%, respectivamente. Os restantes fundos registaram um crescimento de 14%.

A evolução favorável dos mercados accionistas contribuiu para um acréscimo de 10,6% nos fundos de acções e para o crescimento dos fundos mistos, cujo montante sob gestão aumentou 18,9%.

### Activos sob Gestão Por Tipo de Fundo



O fundo Raiz Poupança Reforma-Educação continuou a registar a transferência de PPR/E para a Crédito Agrícola Vida, à semelhança do que já se havia verificado nos anos anteriores, em resultado da preferência dos participantes pelos produtos de Poupança Reforma e Poupança Educação daquela seguradora.

### Gestão de Carteiras e Diversificação da Oferta

Os activos integrantes das carteiras de clientes sob gestão atingiram 636,2 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de 33,2%.

O montante sob gestão das carteiras de clientes institucionais aumentou 32,9% enquanto as carteiras de clientes particulares registou um acréscimo de 37,3%.

Na sequência do lançamento em 2005 do Serviço Personalizado de Gestão de Patrimónios, orientado para clientes de elevado património, a CA Gest desenvolveu em 2006 um novo serviço de valor acrescentado de Gestão de Carteiras para o segmento de afluentes.

Neste quadro foram criadas as Contas Dinâmicas de Investimento, baseadas em Fundos de Investimento, nas quais se incorporam serviços de aconselhamento financeiro e de gestão de carteiras, de acordo com três perfis de investimento do cliente.

Ainda no plano do aprofundamento da oferta de serviços de Gestão de carteiras dirigidos a clientes particulares, foi igualmente desenvolvido um serviço de gestão patrimonial, designado Valorização +, destinado a combinar uma estratégia de retorno absoluto, com uma participação na valorização dos mercados accionistas europeus.

## Principais Indicadores Financeiros

CA Gest	Valores em milhares de €		
	2004	2005	2006
Activo Líquido	2.557	2.854	3.197
Situação Líquida	2.177	2.332	2.756
Resultado Líquido	414	154	424
Nº Colaboradores efectivos	7	9	11

A margem financeira, resultante integralmente da remuneração das aplicações financeiras da sociedade, evoluiu favoravelmente reflectindo, quer o aumento do montante médio aplicado, quer a variação positiva das taxas de juro.

O crescimento dos montantes das carteiras de clientes foi o principal responsável pelo aumento das comissões cobradas de 11,9% registado no exercício de 2006.

Por sua vez a evolução negativa na comercialização dos Fundos de investimento Mobiliário traduziu-se numa diminuição de 3,5% das comissões de comercialização pagas à Caixa Central e às CCAM que, ainda assim, atingiram os 844,7 mil euros. Neste quadro, as comissões líquidas registaram um aumento de 20,8%.

A conclusão do plano de reestruturação e *up-grade* dos sistemas de informação permitiu uma redução muito significativa dos custos, tendo sido o principal responsável pela diminuição de cerca de 11% dos encargos com Serviços de Terceiros.

Esta diminuição compensou o acréscimo dos Custos com Pessoal, decorrentes do reforço da equipa de colaboradores, pelo que os custos de funcionamento se mantiveram praticamente inalterados relativamente ao ano anterior.

Os resultados correntes registados em 2006, no valor de 631,2 mil euros, mais do que duplicaram relativamente ao ano anterior.

A CA Gest encerrou o exercício com resultados líquidos de 424,3 mil Euros. Ressalve-se que uma deficiente estimativa do IRC relativo ao exercício de 2004 esteve na origem de um resultado extraordinário negativo no valor de 87,6 mil Euros, contabilizado em 2005.

A situação patrimonial reforçou-se, tendo os activos totais aumentado 12% e os capitais próprios ultrapassado os 2,7 milhões de euros, constituindo suporte adequado ao desenvolvimento previsto para a actividade da sociedade e para o crescimento dos montantes sob gestão.

### 1.7.3. CA Consult

O exercício de 2006 foi o segundo ano completo de actividade da sociedade no quadro da nova missão e objectivo estratégico que presidiram à sua refundação em Dezembro de 2004 e que já tinham sido linhas orientadoras no ano de 2005. Estas directrizes baseiam-se em dotar o Grupo Crédito Agrícola de uma unidade de banca de negócios, prosseguindo o objectivo estratégico de contribuir para a oferta de um serviço global e integrado aos clientes do Grupo Crédito Agrícola complementando, e potenciando, os negócios de banca, seguros e intermediação financeira não bancária.

Em Janeiro de 2006 iniciou-se uma nova fase de implementação do modelo de negócio da CA Consult, com vista a consubstanciar a missão definida de Unidade de "Banca de Negócios", dando um maior enfoque nos sectores que constituem o *Agribusiness* – entendido como toda a cadeia de valor do sectores alimentar, florestal, energias renováveis e que constituem o "mercado natural" do grupo.

Tendo por base as unidades de negócio onde se insere, a CA Consult desenvolveu durante o ano de 2006 actividades nas seguintes áreas *core* – capital de risco, assessoria financeira e de gestão interna ao Grupo Crédito Agrícola, e assessoria financeira e de gestão ao mercado – e prosseguiu com o apoio administrativo, gestão de pessoal e prestação de serviços de contabilidade a empresas participadas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

Em 2006 merecem particular relevo as seguintes actividades:

- apesar da conjuntura desfavorável no sector de Capital de risco, a CA Consult verificou um assinalável crescimento da actividade nesta área que se traduziu na apreciação de 21 intenções de investimento, em sectores que constituem o *Agribusiness*;
- tomada de participações em 3 empresas tendo o investimento realizado atingido 7,8 milhões de € dos quais 2,4 milhões de € suportados por fundos geridos pelo Crédito Agrícola e o restante por co-investidores;
- reforço da presença do Grupo na área de capital de risco em segmentos inovadores, *start ups* de base universitária como é o caso do FIQ Universitas (cuja

constituição se prevê para o corrente ano) dando sequência à política governamental de criação de novos instrumentos financeiros, nomeadamente Fundos de desenvolvimento regional focados no sector Agro-industrial, turismo rural e energias renováveis;

- constituição de uma Instituição Financeira Internacional sob a forma de sociedade de gestão financeira em Cabo Verde;
- assessoria e acompanhamento do processo de constituição de uma sociedade gestora de fundos de investimento imobiliários e de um fundo de investimento imobiliário florestal, em co-investimento com o IFADAP e 4 Grupos Financeiros Nacionais;
- apoio em actividades de pré-venda e venda de serviços financeiros para clientes potenciais em Portugal e Cabo Verde;
- fortalecimento de relacionamentos e desenvolvimento de iniciativas de colaboração com parceiros do sector, nomeadamente, a Confagri, o MADRP (Central e Direcções Regionais), o Programa Agro e Câmaras Municipais;
- acompanhamento de trabalhos relacionados com estudo de oportunidades para promover a Titularização de Créditos.

Os proveitos da CA Consult atingiram 1,5 milhões de euros, representando uma evolução positiva de 72,4% face ao ano anterior, decorrente do elevado esforço comercial e do aumento da assessoria para o GCA.

A rentabilidade dos capitais próprios foi bastante positiva (40%), inferior a 2005, dada a inexistência de prejuízos fiscais reportáveis e o aumento de fundos próprios provenientes da retenção de resultados do exercício de 2005.

O resultado líquido alcançado em 2006 ascendeu a 93,1 mil euros representando o dobro do capital social e 40% dos capitais próprios.

Valores em milhares de €

CA Consult	2004	2005	2006
Activo Líquido	245	425	664
Situação Líquida	134	233	327
Resultado Líquido	33	99	93
Nº Colaboradores efectivos	8	8	12

## 1.8. Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais

O exercício de 2006 correspondeu ao terceiro ano de execução do Programa de Modernização dos Sistemas e Tecnologias de Informação, designado internamente de Programa RURIS+.

Nesta perspectiva, foram equacionados os seguintes desafios, pressupostos e vectores essenciais:

Principais desafios	Pressupostos fundamentais	Vectores essenciais
Intensificar a capacidade de penetração comercial	Privilegiar as iniciativas com impacto na criação de valor e visibilidade para as Caixas Associadas	Gestão do Programa RURIS+ e da Mudança
	Cumprir todas as obrigações decorrentes da legislação e quadro regulamentar aplicáveis ao sector	Consolidar a rendibilização das infra-estruturas e meios já disponibilizados
Risco e Eficiência		
Aperfeiçoar a gestão de risco e do controlo interno	Manter os níveis actuais de pricing da RI às Caixas Associadas	Informação de Gestão
Melhorar a informação de gestão		Canais
		Requisitos Regulamentares

Deste modo, a actividade em 2006 centrou-se no desenvolvimento e melhoria de novas funcionalidades numa panóplia bastante vasta e diversificada de projectos, alguns dos quais internos, tendo em vista dotar a Organização de processos mais eficazes e eficientes de levantamento de requisitos de aplicações de software.

Atendendo ao impacto que lhe está associado, não só em termos de imagem e credibilidade para o Grupo, como, igualmente, devido à sua importância na gestão do risco operacional, sobressaiu ao longo de 2006 a implementação da 1ª fase do **Plano de Continuidade do Negócio**. Traduziu-se, esta fase, essencialmente, na instalação de um Centro de Dados Alternativo – devidamente equipado e já testado –, que nos permite uma boa capacidade de resposta, face a uma situação de emergência grave, em linha com os requisitos mais exigentes definidos pelas instâncias de regulação da actividade bancária ao nível europeu. Todavia, este Plano – que, na fase actualmente concretizada já oferece um elevado nível de segurança nos sistemas e dados de negócio do Grupo – só estará plenamente concluído depois da implementação da 2ª fase relacionada com os restantes sistemas e os correspondentes processos operacionais e de negócio.

O Programa Ruris+ tem como unidade de suporte às componentes de gestão e execução, uma estrutura designada de "Gestão Global" de forma a permitir, face à multiplicidade e complexidade dos diversos projectos e entidades envolvidas e a envolver, um acompanhamento, articulação, eficiência e avaliação contínua, permanentemente escaláveis e otimizados. Em termos de concretização (produtos acabados ou em fase de piloto) os projectos e actividades do Programa Ruris + mais relevantes em 2006 estão referidos no Capítulo 3 deste Relatório (Execução do Programa de Modernização).

Constituíram, para além disso, actividades particularmente relevantes em 2006, as seguintes:

- Adaptação obrigatória à versão 5 do **Modelo Global da SIBS**, projecto de grande dimensão e complexidade;
- Modelo de **preçário do SICAMSERV**: este projecto envolveu uma equipa externa de avaliação que concluiu, genericamente, pela razoabilidade e adequação dos principais "drivers" – contas, transacções e registos – utilizados para apuramento dos serviços prestados pelo SICAMSERV;
- Projecto de implementação de processos associados ao **ciclo de vida de desenvolvimento de software** no quadro da metodologia CMMI ("Capability Maturity Model Integration"), de grande importância para a organização interna, não só para a melhoria dos processos de trabalho mas, também, para a obtenção de dados de avaliação susceptíveis de registo e medição das actividades desenvolvidas.

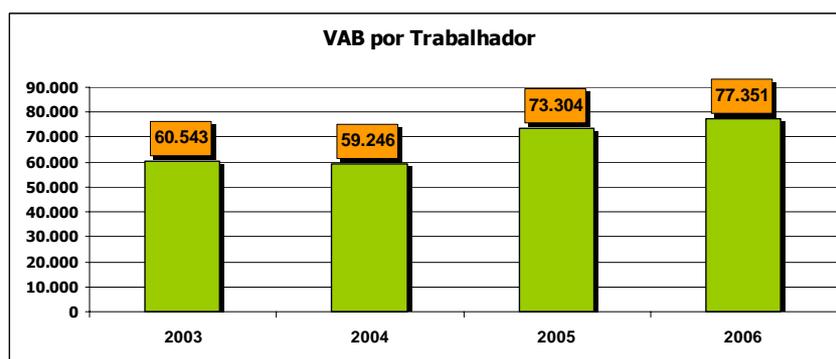
Foi conferida especial ênfase ao aumento de capacidade dos circuitos de comunicações, de novos equipamentos de encaminhamento de voz e dados, de melhoria das infra-estruturas de redes dos balcões e dos edifícios centrais e, finalmente, de novos equipamentos para os postos de trabalho, servidores e unidades de alimentação dos 613 balcões e edifícios centrais do Grupo.

Com especial relevância para o processo comunicacional e de conhecimento não podemos deixar de referenciar a actividade desenvolvida pelo novo Gabinete de Apoio às Caixas (GAC) que atingiu em 2006 o objectivo de visitar todas as Caixas Associadas, contribuindo decisivamente para a melhoria contínua do processo de comunicação do SICAMSERV com

aquelas entidades, bem como numa mais correcta percepção pelos decisores e principais utilizadores, dos actuais e programados níveis de desempenho dos sistemas de informação face às necessidades do negócio.

No decorrer desta actividade do GAC, foram estabelecidos contactos directos e locais com todas Caixas Associadas, analisadas as diferentes situações relatadas e dado o devido seguimento interno, sempre que tal se mostrou necessário. Esta actividade é objecto de relatórios circunstanciados para conhecimento das partes envolvidas numa perspectiva de introdução gradual de práticas de melhoria contínua dos nossos serviços, bem como da sua correcta percepção por parte dos utilizadores finais.

No que se refere à produtividade, considerando os dados consolidados entre a Rural Informática, S.A e o SICAMSERV, verificou-se um acréscimo de 6% deste indicador, medido em termos de valor acrescentado bruto por colaborador.



A evolução do efectivo médio encontra-se associada, naturalmente, ao aumento das actividades de serviços com carácter permanente e, por natureza, não susceptíveis de serem desenvolvidos por recursos externos e teve como objectivo principal reforçar as competências internas na área dos mercados financeiros.

Deve ainda ter-se em conta que as admissões se encontram alinhadas com as necessidades de satisfação dos serviços associados aos projectos RURIS+ e à progressiva transferência de conhecimento para o interior do Grupo.

Os custos com o pessoal aumentaram 10,6% relativamente ao exercício anterior, tendo superado em 6,6% o valor orçamentado. Todavia, deve ter-se em conta que estas variações incorporam os aumentos dos quadros, do ACTV e de situações extraordinárias e

não recorrentes verificadas neste exercício. Excluindo estas situações não recorrentes, as variações homólogas e relativamente ao orçamentado foram de, respectivamente, 8,6% e 4,1%.

O exercício de 2006 foi um ano de consolidação dos novos serviços de gestão integrada de activos associados aos sistemas e tecnologias de informação e comunicação do Grupo (SI/TI) que decorrem da necessidade de se identificar e monitorizar de forma clara, transparente e objectiva os custos dos sistemas e equipamentos informáticos e de comunicação, anomalias, níveis de serviço, planeamento e gestão de compras, num contexto de renovação massiva destas infra-estruturas no seio do Grupo Crédito Agrícola.

Por outro lado, os serviços RIMO proporcionaram às diferentes entidades e empresas do Grupo Crédito Agrícola a disponibilidade de bens SI/TI perfeitamente alinhados com as suas necessidades de negócio e dos desenvolvimentos requeridos pelos seus sistemas de informação de suporte. Adicionalmente potenciam o usufruto de outras vantagens, nomeadamente, as economias de escala, o controlo e cobertura do risco de obsolescência, a mobilidade com a optimização da respectiva vida útil e a monitorização da assistência técnica e dos níveis de serviço.

Refira-se o especial esforço financeiro e de organização a que tem sido sujeita a empresa, nomeadamente no processo de renovação e gestão do parque informático e de comunicações do Grupo.

Valores em milhares de €

<b>Rural Informática</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Activo Líquido	20.700	40.904	45.207
Situação Líquida	4.879	4.929	4.947
Resultado Líquido	145	50	17
Nº Colaboradores efectivos	167	174	180

No SICAMSERV, dada a natureza do Agrupamento, o resultado do exercício é nulo. Todavia, considerando que são utilizados preçários de referência que têm por base estimativas orçamentais para os diferentes serviços que o ACE presta, baseados em "drivers" de distribuição associados às actividades desenvolvidas pelos membros, verificou-se um excedente residual de pouco mais de 160 mil euros. Este valor foi creditado aos membros, conforme se encontra previsto estatutariamente, de forma proporcional aos serviços prestados antes de encerradas as contas do exercício.

Valores em milhares de €

<b>SICAMSERV</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Activo Líquido	24.107	27.484	32.516
Total de Custos	23.963	28.015	30.152

Refira-se que, nos últimos exercícios, tem sido efectuado um significativo esforço de investimento nos sistemas e tecnologias de informação, com natural relevância no acréscimo de custos incorridos.

## 1.9. FENACAM

A FENACAM encerrou o exercício de 2006 com um Resultado Líquido negativo de 10,7 milhares de euros, o que representa uma descida de 105% face ao ano anterior. Aquando da elaboração do Orçamento de 2006, a Direcção assumiu uma redução de 20% da quotização variável a cobrar às associadas, antecipando o benefício a obter com a implementação do projecto de produção Documental e Correio Central do CA.

Unidade: milhares de euros

FENACAM	2004	2005	2006
Activo Líquido	6.136	5.574	5.764
Situação Líquida	2.982	3.180	3.169
Resultado Líquido	555	198	-11
Nº Colaboradores efectivos	50	50	50

### Serviço de Apoio Técnico Agrário (SATA)

Em 2006 a actividade do SATA centrou-se essencialmente nas Avaliações Imobiliárias, que representam actualmente cerca de 90% dos proveitos totais, os quais ascenderam a 612 mil euros. Assistiu-se a uma retoma do crescimento desta actividade, tendo o número de processos avaliados ultrapassado o máximo anterior. Relativamente ao Apoio Técnico e à elaboração de Projectos de Investimento, a actividade seguiu a tendência de decréscimo dos últimos anos.

Foram estabelecidas parcerias com quatro CCAM no âmbito das avaliações imobiliárias, permitindo a técnicos destas efectuar os relatórios de avaliação utilizando directamente a aplicação informática Sistema de Gestão de Avaliações (SGA) e às CCAM deter uma base de dados das avaliações.

Ainda no âmbito do SGA, foi disponibilizada uma nova funcionalidade – *Leasing Imobiliário* – resultado da colaboração com o Departamento de Leasing da Caixa Central, o que tornou todo o processo mais célere e permitiu aproveitar as sinergias ao nível de informação das entidades envolvidas.

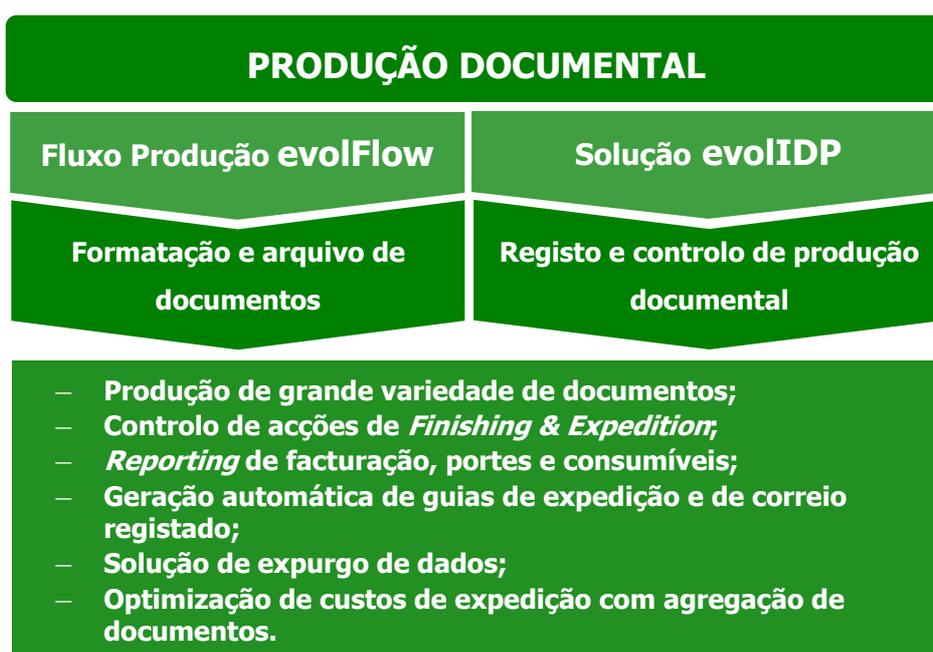
## Serviço de Auditoria

No ano de 2006 foram auditadas 87 CCAM, resultando numa cobertura global, em número, de 83% do universo das CCAM que constituem o SICAM. No que respeita ao crédito concedido e aos depósitos totais o grau de cobertura foi de 82% em ambos os casos, também superior ao ano transacto. Apesar do quadro de pessoal se ter mantido estável, a profundidade e a qualidade das auditorias continuou a ser o objectivo primordial, com atenção acrescida aos activos de risco.

O Serviço continuou a recorrer aos instrumentos operacionais de gestão de informação, no âmbito do processo de modernização tecnológica em curso no SICAM, com vista a obter maior eficácia no cumprimento das funções de auditoria.

## Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento

O ano de 2006 constituiu um ponto de viragem para este Serviço. O ambicioso projecto para o novo Centro de Produção Documental e Gestão da Produção de Cheques foi ultimado com êxito. Uma importante estrutura foi criada, com recurso à tecnologia mais recente do mercado, sendo o primeiro sistema do género (solução integrada evolFlow/evolIDP) a ser aplicado directamente num centro de impressão e envelopagem, com uma produção controlada e otimizada de 800.000 documentos por mês.



Em 2006 os brindes institucionais e a comercialização de impressos continuaram a representar os resultados mais significativos do negócio, totalizando 53% dos proveitos obtidos.

Retomou-se a realização de campanhas não financeiras, com resultados bastantes satisfatórios, que ascenderam aos 26 milhares de euros.

Concretizaram-se os objectivos estabelecidos no Plano de Actividades e no Orçamento, tendo o Serviço alcançado 2,9 milhões de euros de proveitos globais.

## **2. Supervisão, Orientação e Acompanhamento das Caixas Associadas**

As exigências regulamentares ditadas pela adopção das recomendações do Basileia II e das Normas Internacionais de Contabilidade vêm provocar, no seio das CCAM, mudanças na forma de encarar e controlar o negócio, com profundas implicações no âmbito da função exercida pelo DFOA.

As actuais exigências, levam a que as metodologias utilizadas para garantir o correcto e atempado acompanhamento das CCAM tenham que estar suportadas em processos que garantam flexibilidade e coerência, para uma adequada resposta às efectivas necessidades organizativas, prudenciais e de negócio das CCAM.

Procurando o DFOA posicionar-se como um agente da mudança, assume-se este desafio, com uma crescente preocupação na identificação e promoção das condições económico-financeiras e organizativas que possibilitem às CCAM o cumprimento das exigências que se vão colocando ao sector financeiro. Nesse sentido, investiu o DFOA, no exercício de 2006, em procedimentos internos que asseguram:

- Em tempo oportuno, a análise da evolução das condições económico-financeiras das CCAM;
- A evolução e actualidade dos processos internos do DFOA, por via de uma área vocacionada para o desenvolvimento de suportes, estudos e procedimentos;
- O acompanhamento, muito de perto, da actividade das CCAM, mesmo daquelas controladas à distância através de processos informáticos suportados nos sistemas operacionais;
- A definição de planos de actividade para os Técnicos devidamente estruturados que endereçam as principais insuficiências das CCAM.

## 2.1. Políticas de Consolidação Económico-Financeira

Descontinuando a política dos últimos anos, iniciou-se de forma aberta a promoção de fusões de CCAM como veículo de consolidação económico-financeira e reorganização estrutural do SICAM, e não só como forma de ultrapassar situações concretas de desequilíbrios.

Em 2006, o processo de fusões entre CCAM permitiu que o seu número total se reduzisse para 104, verificando-se no final do exercício que apenas uma CCAM apresentava Fundos Próprios negativos.

Dos seis processos de fusão concluídos, foram celebrados Contratos de Assistência Financeira com a CCAM de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo e a CCAM da Beira Baixa (Sul), por forma a viabilizar as fusões por incorporação da CCAM de Montemor-o-Novo na CCAM de Alcácer do Sal e da fusão por incorporação da CCAM de Castelo Branco na CCAM de Idanha-a-Nova.

O ano de 2006 foi também o primeiro ano de vigência dos Rácios e Orientações a adoptar pela gestão das CCAM, emitidos ao abrigo do artigo 75º, do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo. Embora considerado um ano de transição e adaptação para as CCAM, permitiu já provocar melhorias essenciais do ponto de vista do negócio e prudencial no seio do SICAM.

Importa referir, com excepção do rácio de eficiência (1,39% acima do referencial) todos os outros rácios normativos são cumpridos pelo conjunto das CCAM. Destaque-se a retracção muito expressiva do rácio de crédito vencido bruto e a evolução muito positiva das garantias hipotecárias.

Valores em euros, excepto %

<b>SICAM (Não incluindo CCCAM)</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Solvabilidade	14,12%	15,27%*
Crédito Vencido Líquido	2,13%	2,18%
Crédito Vencido Bruto >90 dias	7,00%	4,75%
Eficiência	56,62%	56,39%
Activo líquido por empregado	2.885.716	3.007.744
Produto Bancário por empregado	105.649	114.337
Comissões líquidas	15,37%	16,99%
Garantias	60,77%	65,22%
Transformação	68,31%	65,92%

\* Valor disponível relativo a 30 de Setembro 2006

## 2.2. Acompanhamento das Caixas Associadas

Em 2006, deu-se continuidade à implementação de um conjunto de iniciativas, estruturais e funcionais, com vista a dotar esta área dos meios necessários ao desempenho das suas funções de forma cada vez mais eficaz, utilizando metodologias de trabalho que tiram partido dos sistemas de informação existentes.

Ao nível do acompanhamento, foram implementados objectivos para os Técnicos que visam estruturar o trabalho a desenvolver nas CCAM enquadrando-o com as principais insuficiências detectadas através da definição de programas de trabalho para as CCAM com as medidas necessárias para a correcção dessas insuficiências nas CCAM.

Esta forma de actuação tem vindo a permitir a reorganização e profissionalização de diversas CCAM tendo o DFOA, nestes casos, assumido uma postura de entreajuda e de diálogo entre Estruturas e Direcções. Ainda neste âmbito, destaque-se o esforço desenvolvido na definição de um conjunto de normas (de estrutura, de crédito, entre outras) e mapas de acompanhamento comercial que visam, por um lado, consolidar e homogeneizar estruturas e procedimentos entre CCAM e, por outro, disponibilizar os meios de controlo e acompanhamento da actividade comercial às CCAM com maiores carências.

## 2.3. Sistemas de Informação de Suporte

Concebido para o acompanhamento das Caixas Associadas em conjugação com o SIGA, o **DFOA Online** disponibiliza aos técnicos que acompanham, localmente ou à distância, as CCAM, informação estruturada, bem como um conjunto de facilidades operacionais que permitem dar resposta, em tempo útil, às diferentes solicitações e obrigações do DFOA. Neste âmbito, destacam-se as seguintes funcionalidades:

- Análises de carácter económico-financeiro baseadas em variáveis “chave”, indicadores prudenciais e operacionais;
- Arquivo electrónico da correspondência enviada e recebida, devidamente classificada e estruturada por diferentes níveis de acesso, eliminando, por completo, a necessidade de circulação de papel;
- Repositório local de dados financeiros, operacionais, estatísticos e prudenciais, estruturados para as necessidades operacionais do Departamento;
- Acompanhamento dos relatórios de auditoria no que respeita à implementação pelas CCAM de medidas tendentes a ultrapassar as insuficiências detectadas;
- Realização de estudos e análise da evolução do SICAM suportados em informação estruturada.

Em conjunto com a digitalização documental, destaque ainda para a utilização do e-mail (tarefas) como principal veículo de distribuição, elaboração e controlo dos trabalhos, permitindo desta forma, não só um maior controlo sobre as tarefas em curso como uma maior operacionalidade atendendo à redução significativa dos tempos de elaboração.

A utilização destas ferramentas tem possibilitado ao DFOA crescer em termos de produtividade, reduzir a necessidade de recursos humanos e aumentar a sua eficiência, contributo essencial para a consolidação do SICAM.

### **3. Execução do Programa de Modernização**

O Programa de Modernização do Grupo Crédito Agrícola prosseguiu em 2006 o seu desenvolvimento a um forte ritmo, agrupado, neste ano, em dois Programas autónomos, mas complementares - **Programa de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade e Programa Ruris+**.

A coexistência destes dois programas de actuação tem como principal objectivo garantir a eficiente integração da componente organizacional com a tecnológica, complementada pelo imprescindível desenvolvimento de competências humanas, corporizada no plano de formação.

O ano de 2006 ficou marcado pelo desenvolvimento de iniciativas fortemente relacionadas com o vector de regulamentação, supervisão e controlo, com vista não só a preparar o SICAM para a adaptação às Normas Internacionais de Contabilidade como também a adaptação da sua estrutura aos requisitos decorrentes de Basileia II. Definiu-se assim um Programa de Transformação da Função de Risco, sem perder de vista a intenção de retirar todas os benefícios internos que esses desafios e investimentos originam.

De seguida apresenta-se com maior detalhe as principais iniciativas concluídas em 2006 com maior relevância para as Caixas Associadas e que consubstanciaram o Programa de Modernização nas vertentes organizacional e tecnológica.

### 3.1. Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade

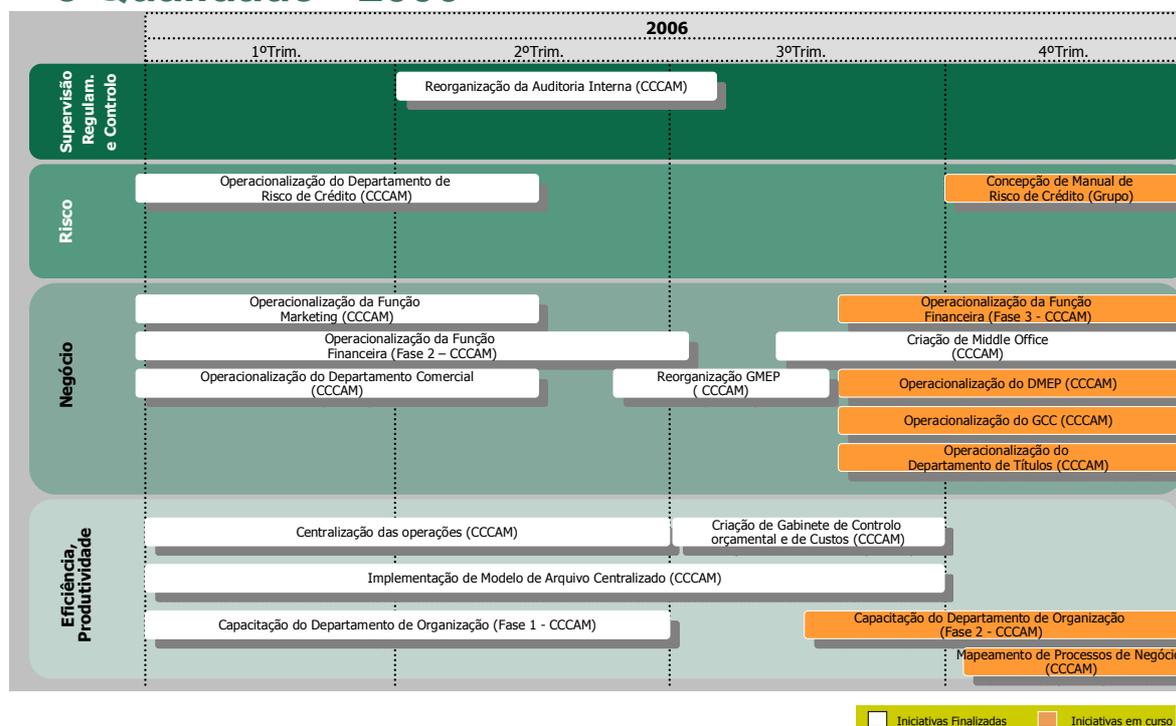
Em 2006, o Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade (PDOQ) foi, tal como no ano anterior, marcado pelo esforço de reorganização da Caixa Central, assumindo, cada vez mais, a qualidade dos serviços prestados aos seus Clientes e às Caixas Associadas como uma prioridade, garantindo a eficiência e a eficácia dos seus diversos serviços, num ambiente de total controlo de custos.

Pretende-se que essa melhoria seja conseguida, respeitando os seguintes vectores de evolução, já seguidos em 2005:

- garantir o foco das Unidades de Negócio na sua missão, centralizando as actividades que não são consideradas prioritárias;
- continuar a melhoria da eficiência e produtividade das operações, melhorando os níveis de serviço prestado às Caixas Associadas e aos nossos Clientes;
- desenvolver a função Organização e Controlo, para permitir a adaptação da actividade às melhores práticas do mercado;
- garantir o controlo dos custos de funcionamento da Caixa Central, dentro de limites adequados ao crescimento de negócio.

No quadro seguinte podemos analisar o Programa Organização de 2006, sendo referidas de forma mais detalhada algumas das iniciativas finalizadas nesse ano.

## Plano de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade - 2006



Em 2006, concretizaram-se os seguintes projectos:

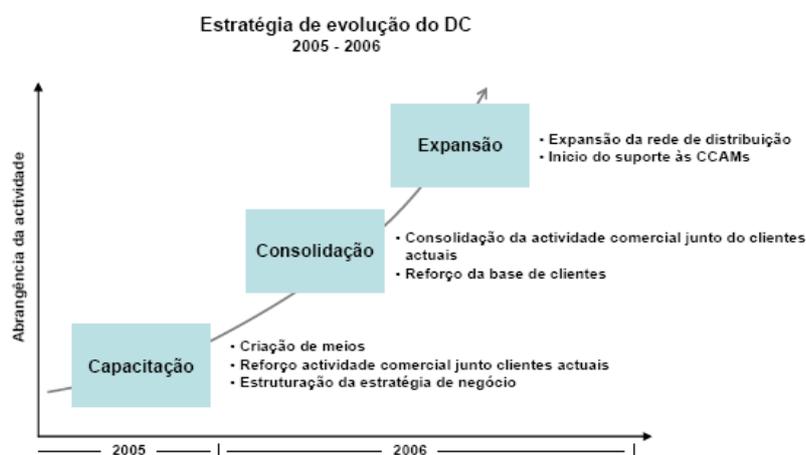
### ➤ Operacionalização da Função de Marketing

Com este projecto a Caixa Central pretendeu fortalecer a sua Função de Marketing, complementando-a com iniciativas tecnológicas em curso, como a infra-estrutura de suporte ao Marketing. Pretende-se assim desenvolver as competências disponíveis atingindo os objectivos já traçados em 2005:

- integração dos objectivos comerciais numa só aplicação e possibilidade de acompanhamento mensal em termos de grau de concretização de objectivos;
- disponibilização de uma matriz de prestação de serviços que apoia as CCAM na dinamização do negócio local;
- acompanhamento de um grupo de Caixas Associadas através da disponibilização de serviços do Marketing para a dinamização da actividade comercial nestas CCAM;
- elaboração de um Plano de Marketing Estratégico e Operacional que será um instrumento de orientação para o Grupo e que permitirá conhecer todas as acções comerciais a realizar por todas as entidades do Grupo;

- reactivação de ferramenta de apoio comercial que permitirá o acompanhamento e controlo da actividade comercial na realização de campanhas de Marketing dirigidas num grupo de Caixas Associadas, promovendo um aumento generalizado da proactividade comercial.

### ➤ Operacionalização do Departamento Comercial



Este projecto é de crucial importância como preparação da expansão nos centros urbanos de Lisboa e Porto, criando as condições funcionais e humanas para responder a esse desafio, em conjunto com a contínua melhoria das condições de funcionamento dos Balcões já existentes (ver projecto *Middle-Office*), reorganizados através de modelos de referência a incorporar na Plataforma Organizacional, com vista a serem reutilizados pelas CCAM, com as necessárias adaptações às realidades locais.

### ➤ Reorganização do Gabinete de Meios Electrónicos de Pagamento

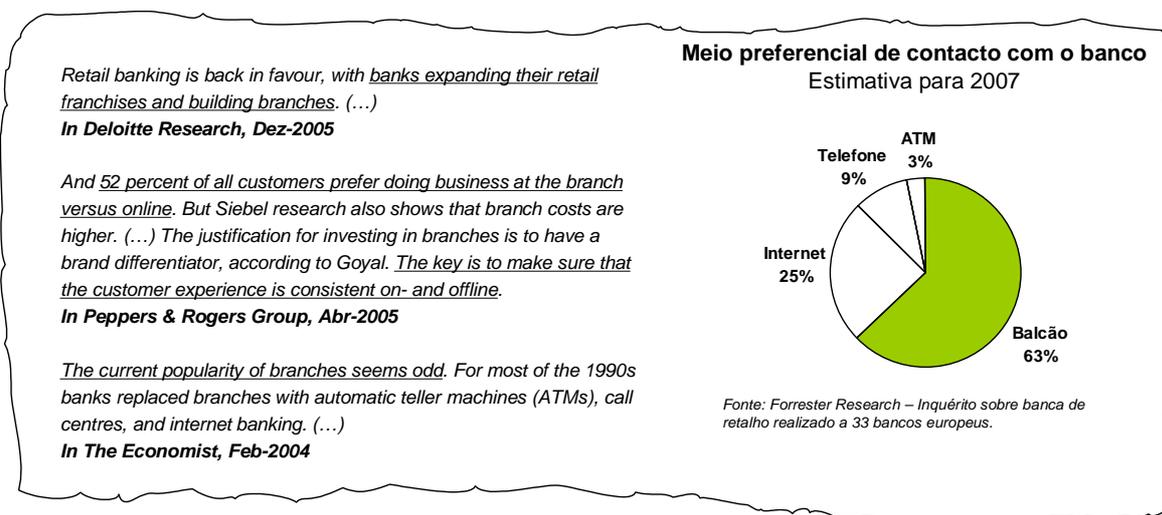
Este projecto teve como principal objectivo criar um plano de desenvolvimento da estrutura da Caixa Central, que permita fazer face às cada vez maiores exigências do mercado nesta área e às necessidades das CCAM, para o desenvolvimento sustentado do seu negócio nesta vertente.

Como resultado do mesmo, importa referir, a decisão estratégica de autonomizar o

Gabinete de Canais Complementares – que revela a grande aposta da caixa Central, em desenvolver os seus canais, como Internet Banking e o *Contact Center* – e a evolução do Gabinete para uma focalização na gestão de Produtos e Serviços associados aos Meios Electrónicos de Pagamento, prestando um serviço de maior qualidade aos nossos clientes e às Caixas Associadas.

### ➤ Criação do *Middle Office*

De acordo com os principais analistas de mercado, os bancos estão a reposicionar o seu modelo de relacionamento com os clientes, focando num novo conceito de balcão que permita dar uma resposta mais abrangente às necessidades dos clientes.



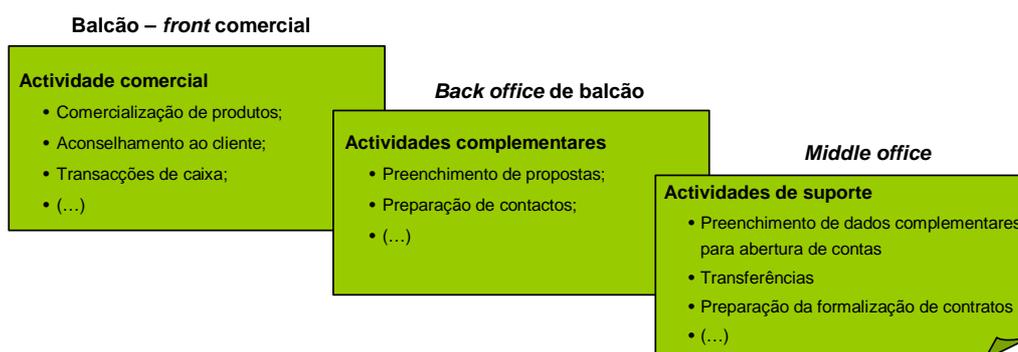
Cada vez mais os bancos assumem o balcão como o elemento nuclear do relacionamento bancário com o cliente, implementando uma estratégia de grande complementaridade com o “*self-service*” financeiro.

Este projecto pretendeu criar, na Caixa Central e, como referência, nas Caixas Associadas, as condições processuais que permitam essa evolução com base num novo paradigma de balcão, libertando-o de cargas administrativas que não tem que ser efectuadas no *Front-Office*, garantindo que os colaboradores passarão a poder dedicar cerca de 80% da sua carga diária à actividade comercial e permitindo a abertura de novos Balcões de menor dimensão.

Este modelo só é possível com a evolução que o Grupo Crédito Agrícola tem efectuado nos Canais Complementares, sendo hoje possível ter meios (como o Balcão 24) que permitem criar zonas totalmente automatizadas, que permitem dar resposta às transacções mais rápidas e correntes (depósitos, levantamentos, etc...).



Foi por isso implementado um modelo operativo de Balcão, com o apoio de um *Middle-Office* centralizado, que suporta a actividade de todos os balcões, e que irá assegurar as tarefas que não têm que ser obrigatoriamente efectuadas no *Front-Office*, mantendo ou melhorando os actuais níveis de serviço.

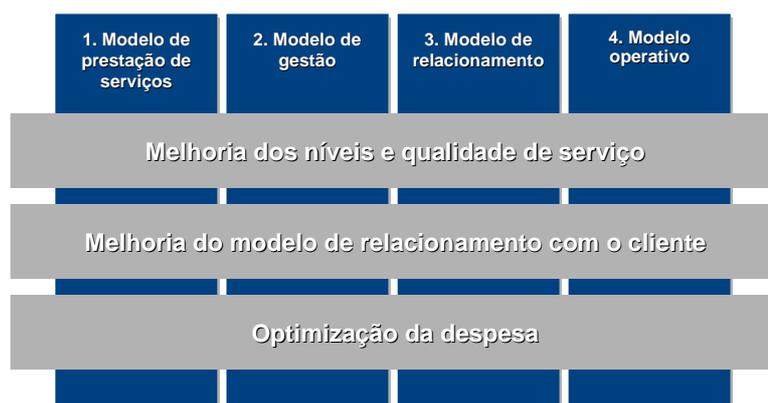


### ➤ **Centralização das Operações**

Este projecto teve como grandes objectivos:

- aumentar a produtividade das operações;
- maximizar a eficiência na execução das operações;
- melhorar a qualidade das operações;
- flexibilizar os processos de tomada de decisão;
- agilizar a disponibilização de documentos/informação em todas as fases dos processos;
- controlar a produtividade das áreas e dos colaboradores;

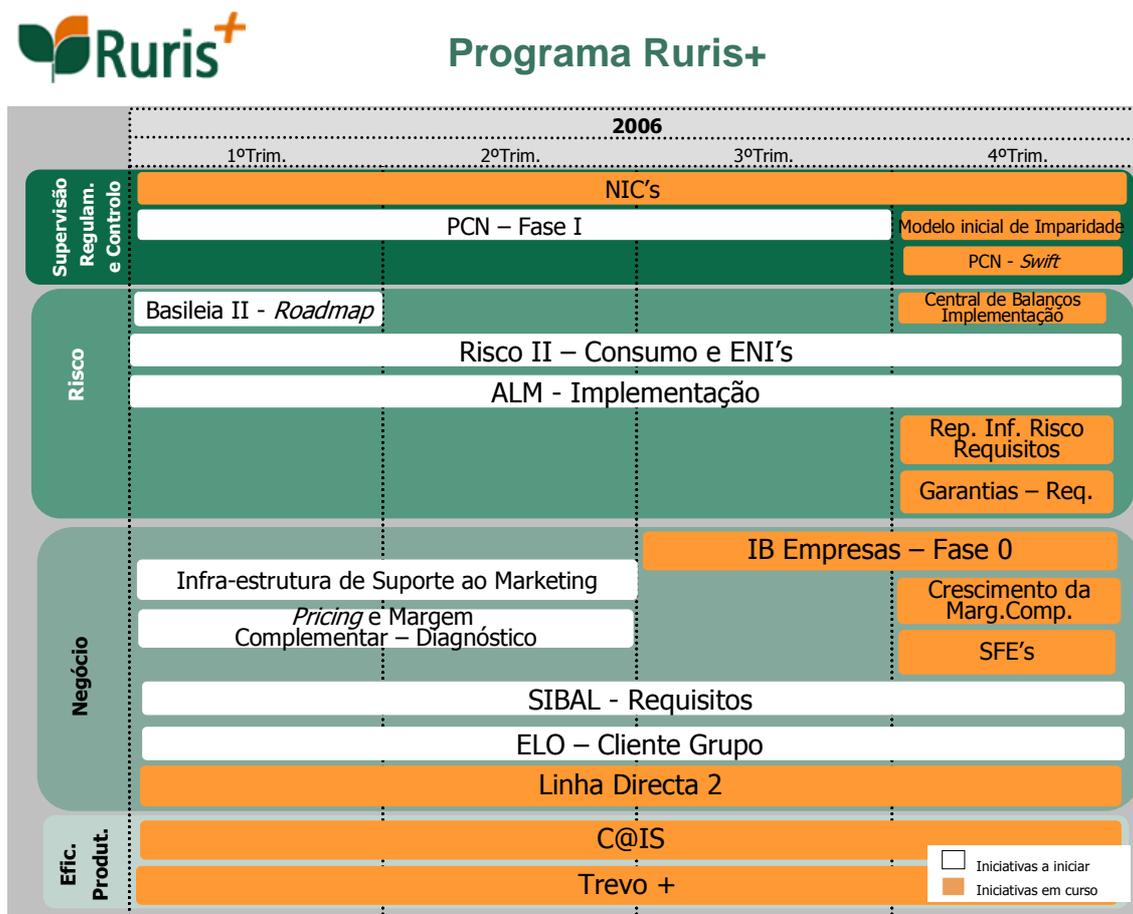
- desenvolver mecanismos de redução de risco;
- implementar um sistema de controlo e transparência de custos do Departamento de Operações;
- focalizar as unidades de negócio no desenvolvimento e promoção da actividade comercial.



Com a obtenção destes objectivos, a Caixa Central, espera ainda conseguir desenvolver o seu modelo de prestação de serviços às Caixas Associadas, melhorando o seu modelo de Gestão e Reporte.

## 3.2. Sistemas de Informação – Programa Ruris+

O Programa Ruris+ prosseguiu em 2006 a implementação das iniciativas estratégicas constantes do plano inicialmente definido, destacando-se a conceptualização do Programa de Transformação da Função Risco com vista a preparar o Grupo para os desafios decorrentes de Basileia II.



Neste contexto, no final do 1º semestre de 2006 procedeu-se à revisão do plano de iniciativas, tendo-se incorporado no Programa de Modernização para 2006 e 2007 os projectos relacionados com Basileia II e que ainda não estavam identificados em detalhe.

Assim, os projectos do Programa Ruris+ concluídos em 2006 foram os seguintes:

### ➤ **Basileia II – Roadmap**

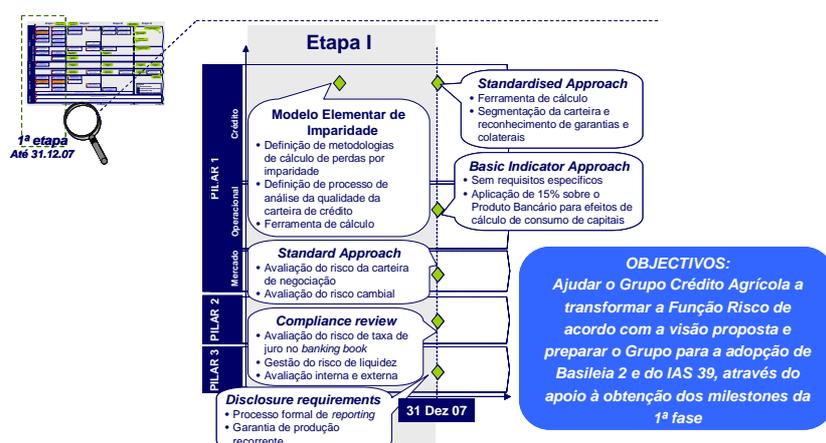
A convergência verificada num vasto e complexo conjunto de factores, onde sobressaem as exigências em matéria de controlo de capital decorrentes de Basileia II,

as várias implicações pela adopção das denominadas Normas Internacionais Contabilísticas e as diversas normas de supervisão e prudenciais que têm vindo a ser implementadas, alterou profundamente a forma de encarar a Função Risco, com especial relevância no contexto governativo do Grupo Crédito Agrícola.

Esta temática assume especial relevância na Caixa Central, dadas as funções nucleares e as responsabilidades que, estatutariamente, assume no Grupo Crédito Agrícola, nomeadamente pelas implicações transversais sobre a organização e funcionamento das Caixas Associadas, suscitadas por uma maior responsabilidade na gestão do crédito e por uma crescente qualidade requerida aos mecanismos de controlo interno.

Visando corresponder a este desafio, definiu-se no 1º trimestre de 2006 o Programa de Transformação da Função de Risco do Grupo Crédito Agrícola que veio a reformular para o futuro, face ao planeado, a composição do Programa de Modernização delineado nos anos anteriores. Este *output* foi também a peça base para a definição do plano de actividades do Gabinete de Riscos, estrutura criada em 2006 na Caixa Central com responsabilidades na implementação e acompanhamento de políticas, sistemas e ferramentas técnicas e operacionais no domínio da Função Risco.

Esta iniciativa, desenvolvida no decorrer do 1º trimestre de 2006, identificou a totalidade dos projectos que compõe os vectores do Programa de Modernização – Supervisão, Regulamentação e Controlo, e Risco.



➤ **Risco II – Propostas e *Scoring* de ENI's, Crédito à Habitação e Cartões de Crédito**

Este projecto complementou no último trimestre de 2006 as funcionalidades

implementadas no Projecto Risco I, que abrangeu o Crédito ao Consumo, com o Crédito a Empresários em Nome Individual. Contempla, ao nível do Sistema Profile, as funcionalidades de registo e gestão de propostas, com impressão automatizada de contrato e integração com o sistema de empréstimos.

Foram igualmente definidos os requisitos funcionais do Crédito à Habitação, cuja implementação se prevê para o 1º semestre de 2007.

Esta iniciativa integra o Programa de Transformação da Função de Risco.

### ➤ **Plano de Continuidade de Negócio – Fase I**

Consistiu na criação de mecanismos que garantam a continuidade do negócio do Grupo Crédito Agrícola na ocorrência de eventos que interfiram na actividade regular da organização.

Esta fase teve como objectivo a implementação de um centro de *disaster recovery* para alguns dos sistemas base, assim como o planeamento das próximas fases do PCN, tendo abrangido os seguintes sistemas: Profile, Eximbills, Opics, Lease e Cogen<sup>1</sup>.

Envolveu-se, também, as áreas da Caixa Central na identificação dos processos de negócio críticos e respectivos tempos de recuperação mínimos perdas de dados admissíveis, em caso de desastre e consequente indisponibilidade de sistemas e/ou comunicações.

### ➤ **Infra-estrutura de Suporte ao Marketing – Requisitos**

Esta iniciativa está enquadrada no processo de capacitação da Função Marketing do Grupo, e em particular, do Departamento de Marketing da Caixa Central. Visou o levantamento dos processos de análise de dados, gestão de campanhas e gestão comercial, definição dos respectivos requisitos funcionais e aferição das infra-estruturas tecnológicas de suporte ao processo de gestão de campanhas de marketing, a implementar no decorrer de 2007.

---

<sup>1</sup> O funcionamento do Sistema GIS do Crédito Agrícola Vida em cenário de contingência, está já garantido no âmbito do plano de continuidade de negócio da empresa fornecedora deste sistema

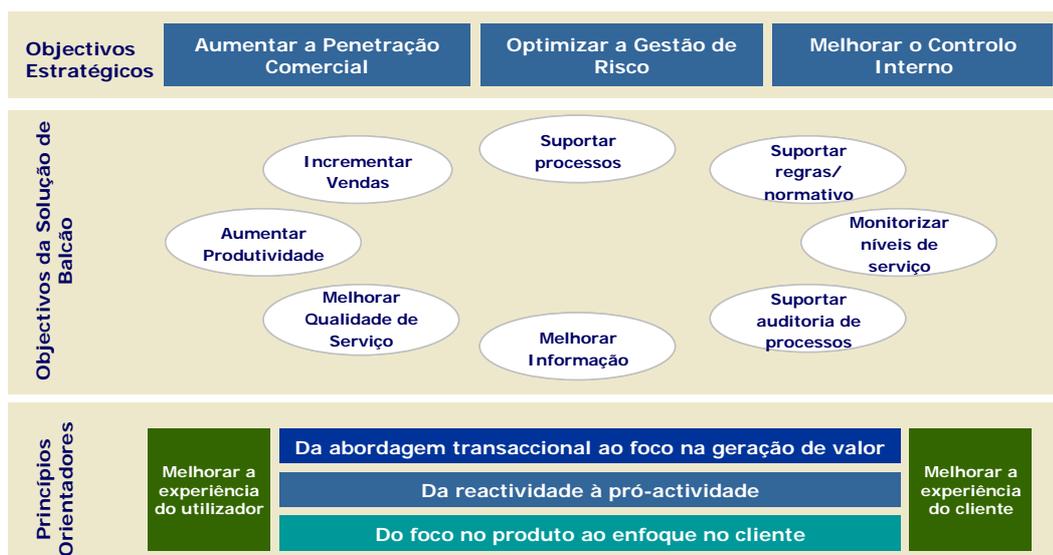
➤ **Pricing e Margem Complementar**

Enquadrado num dos objectivos estratégicos do Grupo em 2006, este projecto teve como objectivo caracterizar a situação actual do SICAM no que diz respeito ao preço aplicado (em matéria de taxa de juro e comissionamento), com vista a estruturar um projecto que vise o aumento do comissionamento por via da revisão do preço dos produtos actuais, da introdução de novos produtos e serviços geradores de comissões e da melhoria da eficácia da cobrança e da capacidade de monitorização e de *reporting*.

➤ **SIBAL – Requisitos**

Consistiu na definição dos requisitos subjacentes à nova solução integrada de balcão a disponibilizar à rede comercial, alinhada não só com a nova infra-estrutura de suporte mas, também, com uma visão renovada do posto funcional face ao seu papel no futuro posicionamento comercial do Grupo Crédito Agrícola.

Trata-se de um dos projectos mais estruturantes do Programa de Modernização, decisivo na disponibilização de uma ferramenta de trabalho de *Front Office* que, sem descurar os aspectos de controlo interno, eficiência e produtividade, seja um verdadeiro indutor de uma actividade comercial proactiva, devidamente integrada com outras infra-estruturas fornecedoras de informação essencial para essa finalidade.



## ➤ **Elo – Cliente Grupo (projecto iniciado em 2005)**

A solução ELO pretende ser a plataforma tecnológica, transversal a todo Grupo, que permite a integração de informação e de aplicações. Disponibiliza ainda a Aplicação Cliente Grupo contendo uma visão agregada do Cliente no contexto do Grupo, integrando, desde já, informação contratual oriunda dos seguintes sistemas: Profile – Retalho (Activo, Passivo e Extra patrimoniais), Eximbills – Operações em moeda estrangeira, Opics – Operações de sala de mercados e produtos de tesouraria, Lease – Operações de Leasing Mobiliário e Imobiliário, Cogen – Seguros Reais e GIS – Seguros Vida.

Esta infra-estrutura entrou em produção, em termos técnicos, no final do 4º trimestre de 2006, prevendo-se a sua disponibilização nas CCAM no decorrer do 1º trimestre de 2007.

Inicio | Administração | Sair da Aplicação | Terça-feira, 30 de Janeiro de 2007

**Cliente Grupo**

PESQUISA CLIENTES | LISTA PESQUISAS | CONSULTA DESCOBERTOS | PREFERÊNCIAS

Página Inicial

**DADOS PESSOAIS**

Nome: João Paulo Pedro  
User/Balcão: E99905967/9990

INFORMAÇÃO DE CLIENTE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA.  
**UM GRUPO AO SEU LADO.**  
Posição integrada do Cliente no Grupo.  
Realização de análises de Clientes.

**PESQUISA RÁPIDA DE CLIENTE**

Área Negócio: Banca (dropdown) | Conta/ Contrato/Apólice \* (input)  
Nº Cliente \* (input) | NIF \* (input)

\* Campos de combinação obrigatória com a Área de Negócio. **Consultar** (button)

**AS MINHAS PESQUISAS**

(Utilizador) Jovens sem ...

© 2006 CRÉDITO AGRÍCOLA - Todos os Direitos Reservados. Optimizado para Internet Explorer 6 e resolução 1024x768. Imprimir (icon) | Topo (up arrow)

## ➤ **Normas Internacionais de Contabilidade**

Esta iniciativa visou a implementação das adequações tecnológicas identificadas na fase de diagnóstico do projecto (Fase I), com vista a que no dia 1 de Janeiro de 2007, o Grupo CA estivesse apto a cumprir os requisitos identificados no âmbito das Normas Internacionais de Contabilidade.

As actividades relacionadas com a preparação de informação para reporte (interno e externo) e a elaboração de um manual contabilístico serão finalizadas no 1º trimestre de 2007.

Os projectos iniciados em 2006 e cuja conclusão se prevê em 2007, são os seguintes:

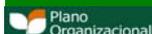
- **ALM – Infra-estrutura de Gestão de Activos e Passivos;**
- **Internet Banking Empresas – Fase 0;**
- **Linha Directa 2;**
- **Modelo Inicial de Imparidade** (integra o Programa de Transformação da Função de Risco);
- **Infra-estrutura de Suporte ao Risco – Requisitos** (integra o Programa de Transformação da Função de Risco);
- **PCN Swift ;**
- **Implementação da Central de Balanços** (integra o Programa de Transformação da Função de Risco);
- **Gestão de Garantias – Requisitos** (integra o Programa de Transformação da Função de Risco);
- **Infra-estrutura de Suporte às Sucursais Financeiras Exteriores;**
- **C@IS – Nova Intranet;**
- **Trevo** + – Utilização da tecnologia VOIP para as comunicações de voz dentro do Grupo utilizando a infra-estrutura já existente (Projecto Trevo), com importantes economias no custo das telecomunicações.

Relativamente à execução orçamental do Programa Ruris+ foram investidos cerca de 8,4 milhões de euros em 2006 (de 7,3 milhões de euros inicialmente previstos), em que a vertente de Supervisão, Regulamentação e Controlo representou cerca de metade (4,4 milhões de euros), conforme se discrimina no quadro abaixo representado.

De referir que o desvio verificado entre o concretizado e o previsto se deve em grande medida à antecipação de investimentos no Plano de Continuidade de Negócio do Grupo Crédito Agrícola, com a criação do Centro de Dados Alternativo, concretizados em 2006 e inicialmente previstos para 2007, 2008 e 2009.

A execução foi sendo referida à Comissão de Organização, Meios e Sistemas de Informação no decorrer do exercício, nas diversas reuniões efectuadas.

## Orçamento Global de Investimentos do Programa de Modernização Rural Informática/SICAMSERV



valores em milhares de euros (sem IVA)

	2006 Previsto	2006 Realizado
<b>Supervisão, Regulamentação e Controlo</b>	<b>1.474</b>	<b>4.378</b>
Plano Continuidade de Negócio (**)	1.000	3.912
Normas Internacionais de Contabilidade - Implementação (**)	474	227
Modelo Inicial de Imparidade (**)		239
<b>Risco</b>	<b>712</b>	<b>709</b>
Basileia II Roadmap	143	
Grupos Económicos (*)	63	
Risco II - ENIs e Modelo CH e CC (**)	46	231
Central de Balanços - Implementação (**)	58	
Recuperação de Crédito (*)	178	
Infra Estrutura de Suporte à Gestão de Activos e Passivos (**)	224	341
Repositório de Informação de Risco - Requisitos (**)		77
Concepção das Políticas de Gestão de Risco (**)		61
<b>Negócio</b>	<b>4.056</b>	<b>1.482</b>
Pricing e Margem complementar (**)	256	316
IB Empresas - Implementação (**)	239	47
Segmentação de Clientes (*)	306	
Rentabilidade (*)	581	
Site Institucional (*)	182	
Linha Directa 2 (**)	180	375
Infra Estrutura de Suporte ao Marketing (**)	400	67
Solução para sala de mercados (**)	313	500
SIBAL (**)	1.599	176
<b>Eficiência e Produtividade</b>	<b>407</b>	<b>1.324</b>
ELO - Cliente Grupo	299	1.217
C@is - Implementação (**)	108	108
<b>Gestão do Programa</b>	<b>600</b>	<b>492</b>
Gestão, Acompanhamento e Comunicação do Programa	600	492
<b>Total</b>	<b>7.249</b>	<b>8.386</b>

(\*) Iniciativas não realizadas

(\*\*) Iniciativas cuja implementação se inicia ou continua em 2007

## **4.Análise Financeira**

## SÍNTESE DE INDICADORES

unidade: milhares de euros excepto percentagens

	2005	2006	Varição absoluta	%
<b>Margem Financeira</b>	<b>312.345</b>	<b>337.953</b>	<b>25.609</b>	<b>8,2%</b>
Comissões recebidas (líq.)	62.641	73.939	11.298	18,0%
Resultados em operações financeiras (líq.)	3.409	3.464	55	1,6%
Outros Proveitos Líquidos	16.459	17.228	769	4,7%
<b>Produto Bancário</b>	<b>394.854</b>	<b>432.584</b>	<b>37.730</b>	<b>9,6%</b>
Custos de estrutura	222.754	247.358	24.604	11,0%
Impostos	493	737	244	49,4%
Provisões	71.347	50.426	-20.921	-29,3%
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>100.260</b>	<b>134.063</b>	<b>33.803</b>	<b>33,7%</b>
Resultado Extraordinário	8.848	-8.960	-17.808	-201,3%
Resultado antes de impostos	109.107	125.103	15.996	14,7%
Impostos s/ lucros	22.308	29.526	7.218	32,4%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>86.799</b>	<b>95.577</b>	<b>8.778</b>	<b>10,1%</b>

## RÁCIOS DE RENTABILIDADE

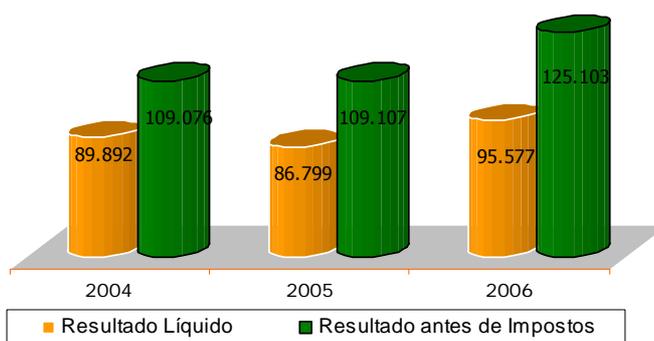
	2005	2006
ROA	0,96%	0,98%
ROE	12,45%	12,20%
Resultado antes de Impostos/Activo Líquido	1,21%	1,29%
Produto bancário/Activo Líquido	4,37%	4,45%
Resultado antes de impostos/Capitais Próprios	15,64%	15,97%

Ráeios calculados considerando os valores médios do Activo Líquido e Capitais Próprios de cada exercício

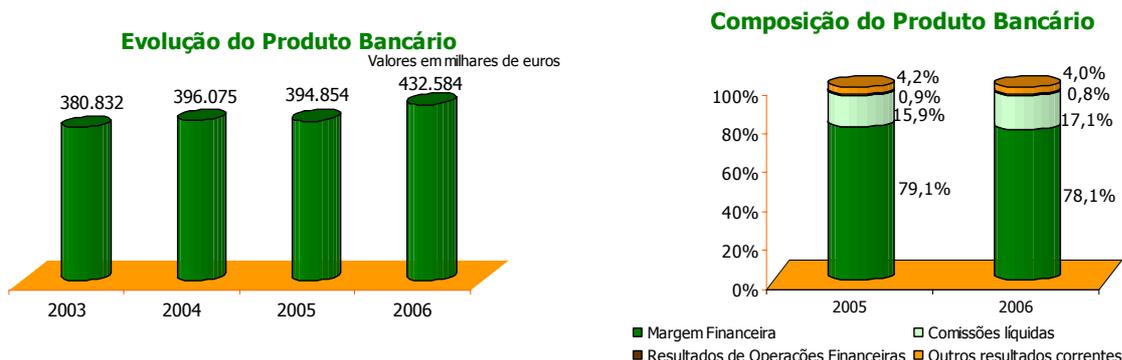
A análise dos principais indicadores de exploração do SICAM referentes ao exercício de 2006 denota um crescimento significativo dos Resultados antes de Impostos (+14,7% do que os de 2005), que atingiram os 125.103 milhares de euros. O Resultado Líquido de Impostos acompanhou esse crescimento ainda que menos do que proporcionalmente, atingindo 95.577 milhares de euros (+10,1% do que o obtido em 2005).

### Evolução dos Resultados

Valores em milhares de euros



A consecução destes resultados tornou-se possível graças à evolução favorável do Produto Bancário, que aumentou de 394.854 milhares de euros em 2005 para 432.584 milhares de euros em 2006 (+9,6%), contrariando assim o ligeiro decréscimo registado no exercício anterior (-1.221 milhares de euros), e que mais do que compensou o efeito do aumento dos custos de estrutura em 24.604 milhares de euros (+11,0%) e dos Resultados Extraordinários negativos de - 8.960 milhares de euros.



Para o crescimento do Produto Bancário contribuiu o comportamento positivo de todas as suas componentes, destacando-se a Margem Financeira com maior acréscimo em termos absolutos (+25.609 milhares de euros) e o saldo de comissões com maior crescimento em termos relativos (+18%, isto é, 11.298 milhares de euros).

O crescimento em 8,2% da Margem Financeira, rubrica com maior peso no Produto Bancário (mais de 78%), decorreu do aumento do volume de juros recebidos (67.276 milhares de euros), que foi superior ao dos juros pagos (41.664 milhares de euros), num contexto de subida generalizada das taxas de juro, mas menos acentuado nas taxas passivas (em média sujeitas a maior inércia).

## MARGEM FINANCEIRA DO SICAM

valores em milhares de euros, excepto %

Juros Recebidos	2005	2006	Variação	
			absoluta	%
Aplicações em instituições de crédito	15.436	33.110	17.674	114,5%
Crédito sobre clientes	396.814	439.947	43.134	10,9%
Aplicações em títulos	41.207	47.675	6.469	15,7%
	<b>453.456</b>	<b>520.732</b>	<b>67.276</b>	<b>14,8%</b>
Juros Pagos	2005	2006	Variação	
			absoluta	%
Débitos para com instituições de crédito	1.091	5.448	4.357	399,4%
Débitos para com clientes	126.602	163.552	36.951	29,2%
Contribuições para o FGCM	13.418	13.775	357	2,7%
	<b>141.111</b>	<b>182.775</b>	<b>41.664</b>	<b>19,6%</b>
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>312.346</b>	<b>337.957</b>	<b>25.612</b>	<b>8,2%</b>

A evolução verificada nos juros recebidos foi fortemente influenciada pelo comportamento dos juros provenientes das operações de crédito a clientes, ressaltando, porém, a importância crescente dos juros provenientes das aplicações em Instituições de Crédito. A evolução dos juros pagos deve-se quase exclusivamente à remuneração associada aos depósitos de clientes, uma vez que o Crédito Agrícola não tem praticamente débitos para com Instituições de Crédito.

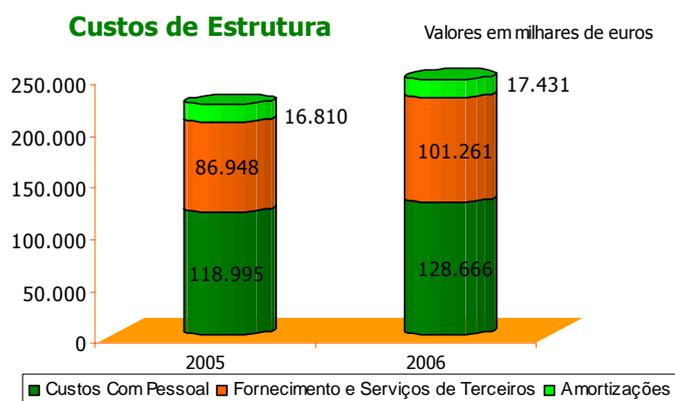
O crescimento verificado no montante de comissões líquidas em 2006, decorrente do aumento das comissões recebidas em 12.585 milhares de euros (+18,4% do que em 2005) face a um crescimento bastante menos expressivo das comissões pagas (1.287 milhares de euros), vai no sentido desejável da diversificação da base de proveitos do SICAM, tradicionalmente assente na Margem Financeira.

COMISSÕES	2005	2006	Variação	
			absoluta	%
por garantias prestadas	5.670	5.720	50	0,9%
por serviços prestados	16.227	19.955	3.728	23,0%
outras comissões	46.456	55.263	8.807	19,0%
<b>Comissões Recebidas</b>	<b>68.353</b>	<b>80.937</b>	<b>12.585</b>	<b>18,4%</b>
por serviços bancários de terceiros	2.144	1.832	-313	-14,6%
outras comissões	3.568	5.167	1.599	44,8%
<b>Comissões Pagas</b>	<b>5.712</b>	<b>6.999</b>	<b>1.287</b>	<b>22,5%</b>
<b>Comissões Líquidas</b>	<b>62.641</b>	<b>73.939</b>	<b>11.298</b>	<b>18,0%</b>

Os custos de estrutura, mantendo a tendência do exercício anterior, registaram um aumento de 11% relativamente a Dezembro de 2005, resultante essencialmente do aumento dos Custos com Pessoal (8,1%) e dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (16,5%).

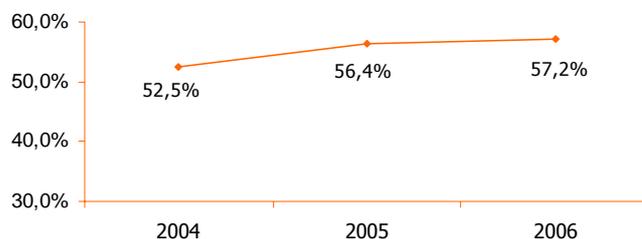
	2005	2006	Variação	
			absoluta	%
Custos Com Pessoal	118.995	128.666	9.670	8,1%
Fornecimento e serviços de Terceiros	86.948	101.261	14.313	16,5%
Amortizações	16.810	17.431	621	3,7%
<b>Custos de estrutura</b>	<b>222.754</b>	<b>247.358</b>	<b>24.604</b>	<b>11,0%</b>

Na origem do acréscimo dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros e também dos Custos c/Pessoal estão os encargos associados ao Programa de Modernização em curso no Crédito Agrícola, que tenderão a esbater-se com a conclusão dos projectos que o referido Programa contempla.



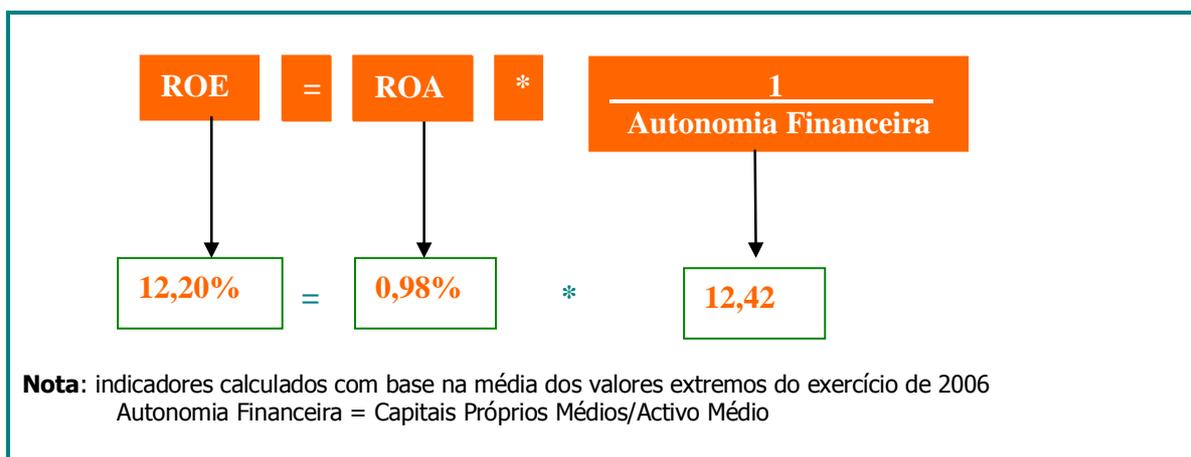
Estes custos têm penalizado o SICAM em termos do rácio de eficiência, o qual, contudo, apesar desse crescimento dos custos de estrutura, apenas sofreu um ligeiro acréscimo (de 56,4% para 57,2%), continuando a posicionar-se entre os melhores do sistema financeiro português.

### Rácio de Eficiência



Os resultados do exercício do SICAM em 2006 foram também significativamente influenciados pela redução verificada na dotação de provisões (20.921 milhares de euros).

A rentabilidade da exploração ao nível global do SICAM mantém-se favorável, sendo o rácio de rentabilidade do activo (ROA) de cerca de 1% – que se compara favoravelmente com o da restante banca. O nível de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), por sua vez, é da ordem de 12,2%, reflectindo a elevada autonomia financeira do SICAM, que não recorre a outras Instituições de Crédito nem ao mercado de capitais (dívida) para o financiamento das suas operações.



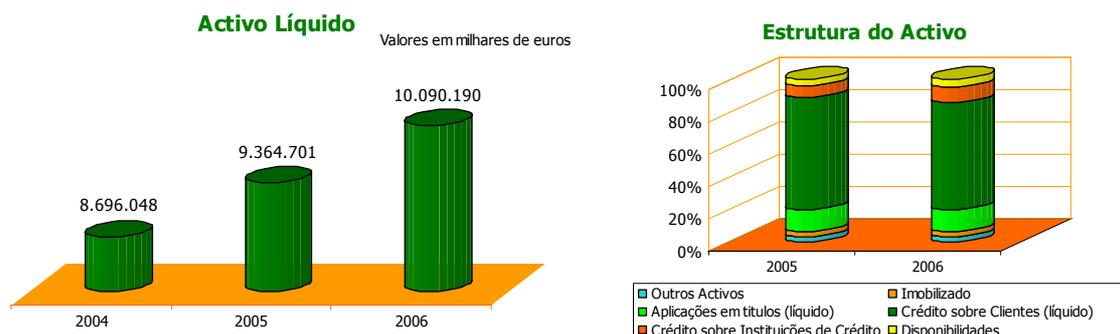
## ESTRUTURA DO BALANÇO

### SÍNTESE DE INDICADORES

Valores em milhares de euros, excepto %

	2005	2006	Variação	
			absoluta	relativa
Disponibilidades	356.966	431.167	74.201	20,79%
Crédito sobre Instituições de Crédito	687.704	975.824	288.120	41,90%
Crédito sobre Clientes (líquido)	6.467.429	6.685.388	217.958	3,37%
Aplicações em títulos (líquido)	1.281.927	1.375.050	93.122	7,26%
Imobilizado	302.564	337.973	35.408	11,70%
Outros Activos	268.110	284.788	16.680	6,22%
<b>Total do Activo (líquido)</b>	<b>9.364.701</b>	<b>10.090.190</b>	<b>725.489</b>	<b>7,75%</b>
Débitos para com Instituições de Crédito	21.835	159.719	137.884	631,48%
Débitos para com clientes	8.146.406	8.630.478	484.073	5,94%
Outros passivos	132.961	141.239	8.279	6,23%
Provisões para riscos e encargos	111.912	112.764	852	0,76%
Empréstimos subordinados	213.393	217.613	4.220	1,98%
Responsabilidades representadas por títulos	144	139	-5	-3,15%
Situação líquida	738.050	828.237	90.186	12,22%
<b>Total do Passivo e da Situação Líquida</b>	<b>9.364.701</b>	<b>10.090.190</b>	<b>725.489</b>	<b>7,75%</b>

O Activo Líquido do SICAM ultrapassou os 10 mil milhões de euros em 2006, traduzindo um crescimento de 7,8% em relação ao exercício anterior.

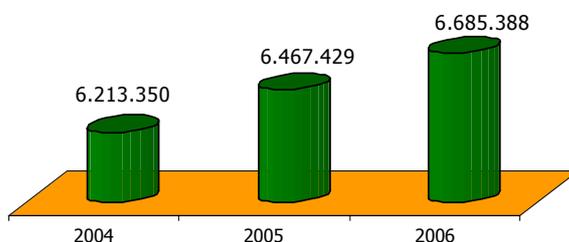


A rubrica de Crédito sobre Clientes, que naturalmente é a que assume maior relevância na estrutura do Activo do SICAM (cerca de 2/3), registou um crescimento modesto de 1,5%, em virtude do abate de certos créditos vencidos, perdendo peso a favor do crédito a IC e disponibilidades em IC, que cresceram cerca de 42% e 21% respectivamente. O crédito a IC representa cerca de 10% do total do Activo Líquido. Contudo, o crédito líquido sobre

Clientes manteve um crescimento similar ao verificado no exercício anterior (3,4%).

### Crédito sobre Clientes (líquido)

Valores em milhares de euros



O referido abate ao activo de créditos totalmente provisionados e com reduzida expectativa de recuperação (prática corrente na restante banca) conduziu a um decréscimo significativo no crédito vencido, de 2005 para 2006, quer no que se refere ao crédito vencido a mais de 90 dias (-31%) quer no que se refere ao crédito vencido total (-26,3%). Esta operação de saneamento da carteira torna os rácios de crédito vencido do Crédito Agrícola mais comparáveis com os dos restantes bancos.

Valores em milhares de euros, excepto %

Qualidade do Crédito	2005	2006	Variação Absoluta	%
<b>1. Crédito total sobre clientes</b>	<b>6.863.579</b>	<b>6.965.977</b>	<b>102.398</b>	<b>1,49%</b>
<b>1.1. Crédito sobre clientes (vincendo)</b>	<b>6.387.943</b>	<b>6.615.071</b>	<b>227.129</b>	<b>3,56%</b>
crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido ao abrigo da alínea a) do ponto 1 do nº4 do Aviso 3/95	21.605	24.919	3.313	15,34%
<b>1.2. Crédito e juros vencidos</b>	<b>475.822</b>	<b>350.906</b>	<b>-124.916</b>	<b>-26,25%</b>
do qual: vencido há mais de 90 dias	433.132	299.135	-133.997	-30,94%
<b>2. Provisões totais para Crédito</b>	<b>480.392</b>	<b>367.417</b>	<b>-112.975</b>	<b>-23,52%</b>
2.1. Provisões específicas	412.332	297.252	-115.080	-27,91%
para crédito e juros vencidos	346.695	222.447	-124.248	-35,84%
para cobrança duvidosa	65.637	74.805	9.167	13,97%
para risco país				
2.2 Para riscos gerais de crédito	68.060	70.165	2.105	3,09%

Rácios de Crédito Vencido, incumprimento e cobertura	2005	2006
Crédito vencido há mais de 90 dias /crédito total	6,3%	4,3%
Crédito vencido/crédito total	6,9%	5,0%
Rácio de crédito com incumprimento (a)	6,6%	4,7%
Rácio de crédito com incumprimento líquido (b)	0,7%	0,4%
Provisões (c)/crédito vencido há mais de 90 dias	95,2%	99,4%

(a) Rácio definido de acordo com a Instrução 16/2004 do Banco de Portugal: crédito em incumprimento/crédito total em que:

crédito em incumprimento = crédito vencido há mais de 90 dias + crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento (conforme alínea a) do nº1 do nº4 do Aviso3/95)

(b) Rácio definido de acordo com a Instrução 16/2004 do Banco de Portugal: crédito em incumprimento líquido/crédito total líquido, em que:

crédito com incumprimento líquido = crédito com incumprimento - (provisões p/ crédito vencido + provisões p/ crédito de cobrança duvidosa)

crédito total líquido = crédito total - (provisões para crédito vencido + provisões para crédito de cobrança duvidosa)

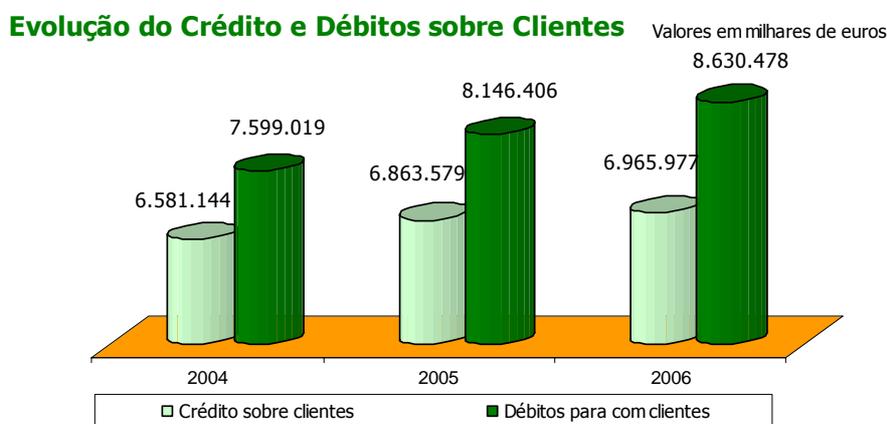
(c) Provisões específicas

Consequentemente, o rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias reduziu-se de 6,2% em finais de 2005 para 4,3% em finais de 2006, e o rácio de crédito em incumprimento - conforme Instrução 16/2004 do Banco de Portugal - desceu de 6,6% em 2005 para 4,7% em 2006.

Registe-se o decréscimo das provisões específicas para crédito sobre clientes de 412,3 milhões de euros em 2005 para 297,2 milhões de euros em 2006, resultante em grande parte da utilização das provisões dos referidos créditos abatidos ao activo (que se encontravam provisionados a 100%).

Contudo, o crédito vencido do SICAM mantém uma confortável cobertura por provisões, com um rácio de 100% na cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões específicas e de 122,8% pelo total de provisões (incluindo o Fundo para Riscos Bancários Gerais), tendo o rácio de incumprimento líquido descido de 0,7% em 2005 para 0,4% em 2006.

Os Depósitos totais de Clientes no conjunto do SICAM apresentavam no final do exercício de 2006 um acréscimo de 5,9% (a que corresponde um aumento em termos absolutos de 484.072 milhares de euros), mantendo-se como o principal recurso do SICAM (mais de 95% do passivo do SICAM e mais de 85,5% do Activo total). O aumento superior a 8% nos depósitos a prazo, contra uma reduzida variação nos depósitos à ordem, traduziu-se numa alteração da estrutura de depósitos, com a primeira rubrica a representar no final de 2006 mais de 72% do total dos recursos de clientes.



A taxa de crescimento dos Depósitos de Clientes foi superior à do crédito a clientes, traduzindo-se em nova variação do rácio de transformação, que no final de 2006 se situou em 80,7% contra 84,4% em 2005. Contudo, este comportamento (efeito volume) não teve impacto negativo na Margem Financeira, por o acréscimo verificado nas taxas de juro (efeito taxa) ter tido reflexo mais significativo nos juros recebidos do que nos juros pagos, como atrás já referimos.

A evolução positiva da Situação Líquida do SICAM – aumentou de 90.186 milhares de euros –, é essencialmente reflexo do impacto dos resultados positivos obtidos.

## **GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

Considerando o **Grupo Crédito Agrícola** no seu conjunto (SICAM, empresas e FENACAM), os resultados consolidados em 2006 situaram-se em 85,2 milhões de euros, valor que excede em 7,6 milhões (+9,8%) o resultado consolidado do Grupo em 2005.

Apesar dos resultados de todas as empresas do Grupo terem sido positivos (e os mais elevados de sempre), tal não é reflectido no resultado consolidado em virtude da anulação de alguns movimentos contabilísticos intragrupo no processo de consolidação.

No respeitante ao balanço consolidado, o activo líquido do Grupo Crédito Agrícola ultrapassou os 10 mil milhões de euros, situando-se em 10.094 milhões, o que corresponde a um crescimento de 7,7% em relação a 2005.

No passivo, destacam-se os Depósitos de Clientes – pois o Crédito Agrícola não tem recorrido a outras IC nem ao mercado de capitais para financiar as suas operações – que cresceram 5,9% em relação a 2005 (como já se concluíra na análise das contas do SICAM).

Quanto à Situação Líquida, verificou-se um reforço de quase 80 milhões de euros (+ 10,9%), aumentando de 720,7 milhões em Dezembro de 2005 para mais de 800 milhões em 2006 .

## **5. Evolução Económica do SICAM**

***(INTERNO)***

O processo de consolidação económica e financeira das Caixas Associadas prosseguiu em 2006, tendo o seu número diminuído de 111 no final de 2005 para 105 no final de 2006, resultado de 6 processos de fusão.

Em 2006 as fusões entre CCAM começaram a surgir como veículo de consolidação económica e financeira e de reorganização estrutural do SICAM, deixando de ser encaradas como meras soluções para ultrapassar situações de claro desequilíbrio financeiro, embora naturalmente se mantenha, em alguns casos, a necessidade de concretizar este tipo de fusões.

Com as fusões tem-se conseguido aumentar a dimensão e solidez financeira das CCAM constituintes do SICAM potenciando uma maior competitividade nos mercados em que operam. No final de 2006, o valor do Activo Médio por CCAM atingia já 91,7 milhões de euros, sendo de 6 balcões a dimensão média da rede das Caixas. Os valores correspondentes em 2003 eram 67,0 milhões de euros para o Activo Médio e 4,9 balcões para a dimensão da rede.

### **Evolução do nº de CCAM, Activo Líquido Médio e nº médio de Balcões**

	<b>Nº CCAM</b>	<b>Activo Líquido (milhões de euros)</b>	<b>Nº médio de balcões por CCAM</b>
<b>2003</b>	120	66,8	4,98
<b>2004</b>	118	76,9	5,22
<b>2005</b>	111	82,0	5,66
<b>2006</b>	105	91,7	6,02

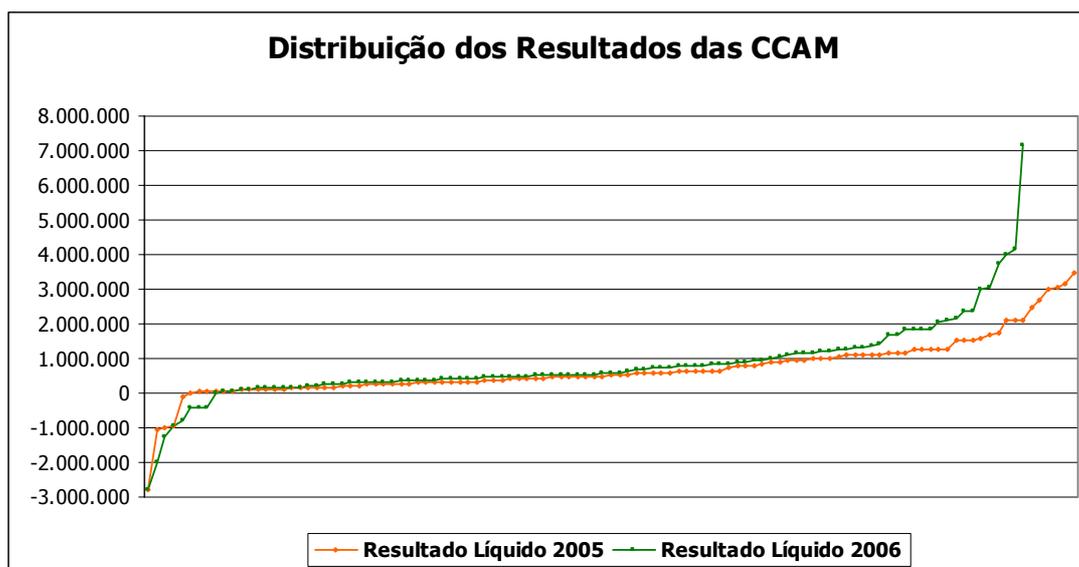
No final do exercício a rede de distribuição do Crédito Agrícola era constituída por 631 balcões, incluindo os 4 balcões detidos pela Caixa Central.

Dos resultados registados pelas Caixas Associadas, resumidos no quadro abaixo, destacam-se os Resultados Líquidos superiores a 2 milhões de euros alcançados por 11 Caixas Associadas, tendo havido 3 CCAM que ultrapassaram mesmo os 4 milhões de euros.

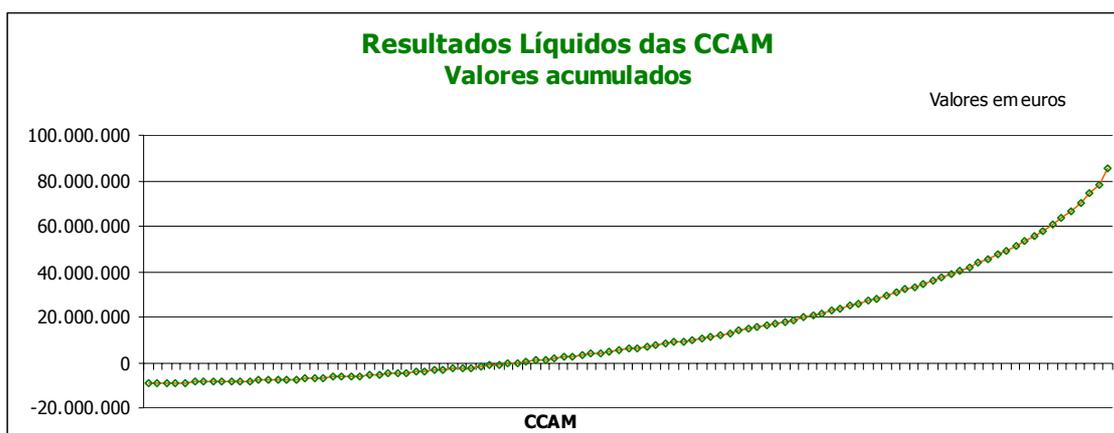
É de realçar que 4 CCAM aumentaram os seus Resultados Líquidos em mais de 1 milhão de euros face a 2005, sendo que em duas o aumento atingiu montantes superiores a 3 milhões.

Resultado Líquido 2006 (em Euros)	Nº CCAM	%
<= 0	8	8%
> 0 e <= 500 000	38	36%
> 500 000 e <= 1 000 000	28	27%
> 1 000 000 e <= 2 000 000	20	19%
> 2 000 000 e <= 4 000 000	8	8%
> 4 000 000	3	3%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

Todavia, por outro lado, constata-se a obtenção de prejuízos em 8 Caixas Associadas, nalguns casos de montantes elevados.

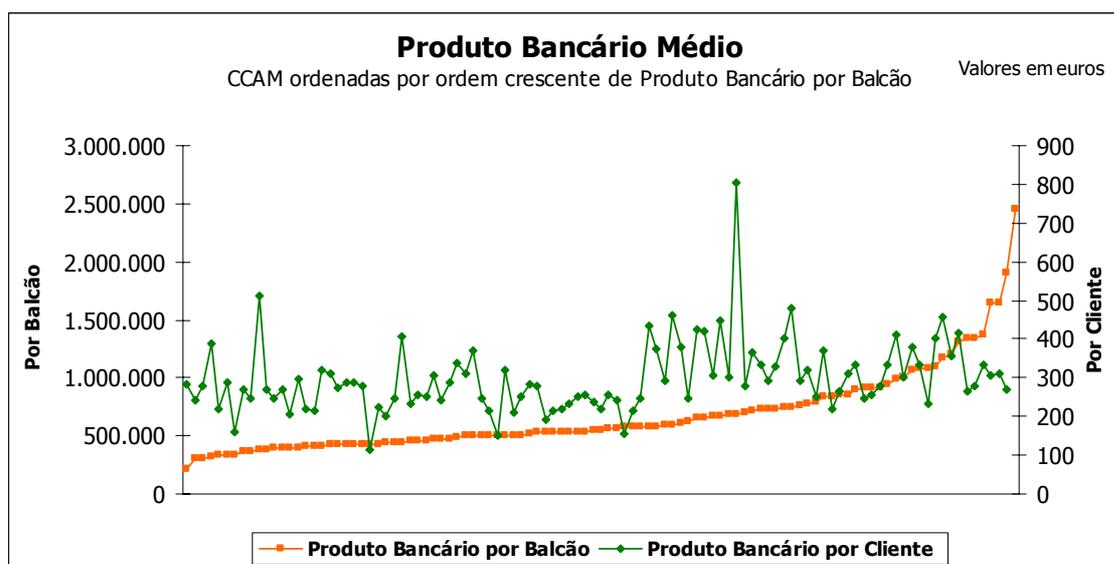


Refira-se que é necessário agregar o resultado de 33 CCAM para absorver os prejuízos de 2006 das 8 CCAM acima referidas, como o gráfico seguinte ilustra. É assim imprescindível corrigir a situação de exploração das referidas CCAM, algumas das quais se encontram aliás em processos de fusão, pois os seus resultados negativos são fortemente penalizadores para o SICAM.

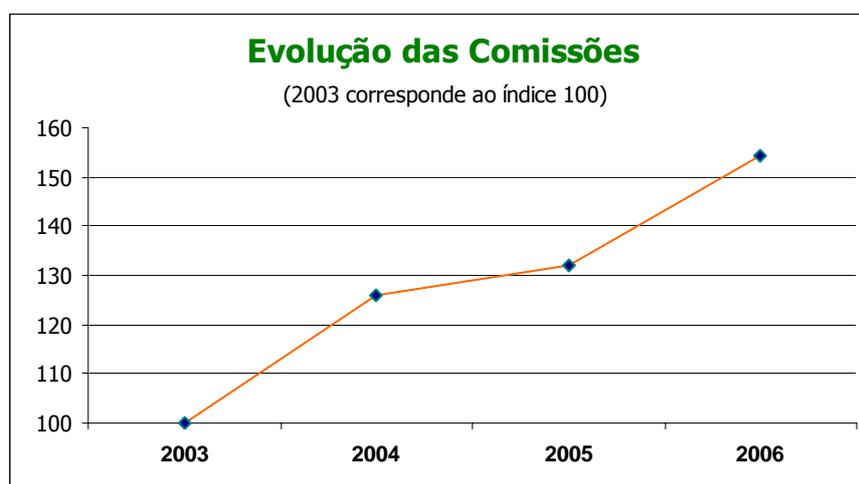


Embora a evolução do SICAM a nível comercial tenha sido favorável, mormente na captação de recursos, o potencial de geração de proveitos de muitas CCAM poderá ser incrementado com uma gestão mais eficaz da chamada margem complementar, aumentando a efectividade da cobrança das comissões por serviços prestados e dinamizando o *cross selling*.

De facto, o Produto Bancário médio por cliente do conjunto das Caixas Associadas é de cerca de 288 euros, significativamente inferior ao valor médio dos principais bancos, facto que no entanto se explica também pela natureza da localização de muitos balcões do SICAM, situados em zonas predominantemente rurais.



Regista-se no entanto uma evolução positiva nos últimos anos que é de realçar. Em 2003 apenas em 12 Caixas os proveitos resultantes de comissões excediam 1.000 milhares de euros. Em 2006, existiam já 26 Caixas que atingiam esse valor, o que sendo um claro progresso oferece ainda grande margem de expansão.



Relativamente ao crédito vencido, verificou-se uma evolução positiva na medida em que 91 Caixas apresentaram rácios de crédito vencido inferiores a 5%, sendo mesmo inferiores a 2% em 46 CCAM. Naturalmente, em muitos casos, parte substancial da redução do volume de crédito vencido ficou a dever-se ao abatimento ao activo de créditos totalmente provisionados e com reduzida probabilidade de recuperação, o que é aliás praticado com carácter sistemático e regular pela generalidade dos bancos.

Rácio de Crédito Vencido	Nº CCAM	%
<= 2%	46	44%
> 2% <= 5%	45	43%
> 5% <= 7,5%	10	10%
> 7,5% <= 10%	1	1%
> 10%	3	3%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

Quando considerado o crédito em incumprimento, definido de acordo com os normativos do Banco de Portugal, constata-se que apenas 43 CCAM apresentaram um rácio de incumprimento inferior a 5%. Este facto traduz a existência em bastantes CCAM de um elevado volume de crédito de cobrança duvidosa, e indicia uma forte probabilidade de agravamento do rácio do crédito vencido se não forem rapidamente tomadas medidas

adequadas para a recuperação desse crédito.

Rácio Incumprimento	Nº CCAM	%
<= 2,5%	17	16%
> 2,5% <= 5%	26	25%
> 5% <= 7,5%	38	36%
> 7,5% <= 10%	7	7%
> 10%	17	16%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

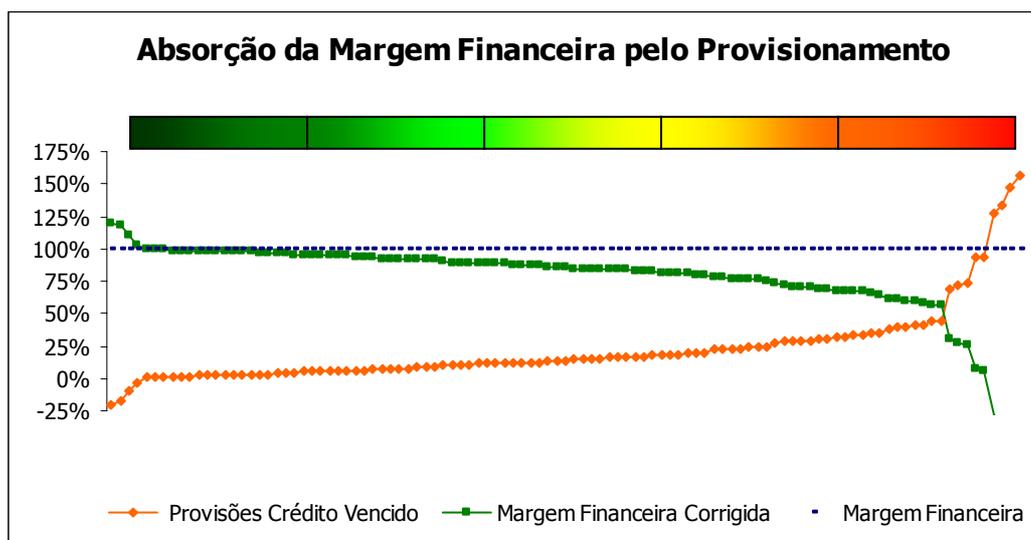
Rácio Incumprimento Líquido	Nº CCAM	%
<= 1,5%	30	29%
> 1,5% <= 2,5%	20	19%
> 2,5% <= 5%	38	36%
> 5% <= 7,5%	12	11%
> 7,5% <= 10%	2	2%
> 10%	3	3%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

Saliente-se no entanto, em sentido oposto, que 50 Caixas apresentam níveis de incumprimento líquido inferior a 2,5%.

A situação mais crítica é a de 17 CCAM com rácio de incumprimento líquido superior a 5%, sendo nestas naturalmente que se impõe, com maior premência, a adopção de medidas para a melhoria da sua carteira de crédito.

A redução do rácio de crédito vencido, e conseqüentemente dos custos inerentes ao seu provisionamento, continua a constituir um factor chave para a melhoria das condições de exploração de um número significativo de Caixas. O gráfico abaixo ilustra a percentagem da Margem Financeira que é absorvida pela constituição de provisões, reduzindo o volume de proveitos disponível para gerar resultados.

Verifica-se que as 21 Caixas que integram o melhor conjunto em termos de comportamento do crédito, conseguem preservar quase na íntegra a sua Margem Financeira, sendo as suas necessidades de provisionamento mínimas. O segundo grupo de 21 Caixas apresenta um nível de provisionamento face à margem financeira ainda relativamente baixo, mas nos grupos restantes a situação é claramente menos favorável, sendo manifestamente negativa no último grupo, que inclui várias CCAM em que as necessidades de provisionamento até excedem a Margem Financeira.



No que se refere à eficiência, a reduzida relevância dos custos de estrutura no produto bancário traduz-se em excelentes índices de eficiência em 27 Caixas associadas, as quais apresentam um valor médio para o rácio de eficiência inferior a 50%, comparável aos melhores rácios da banca portuguesa.

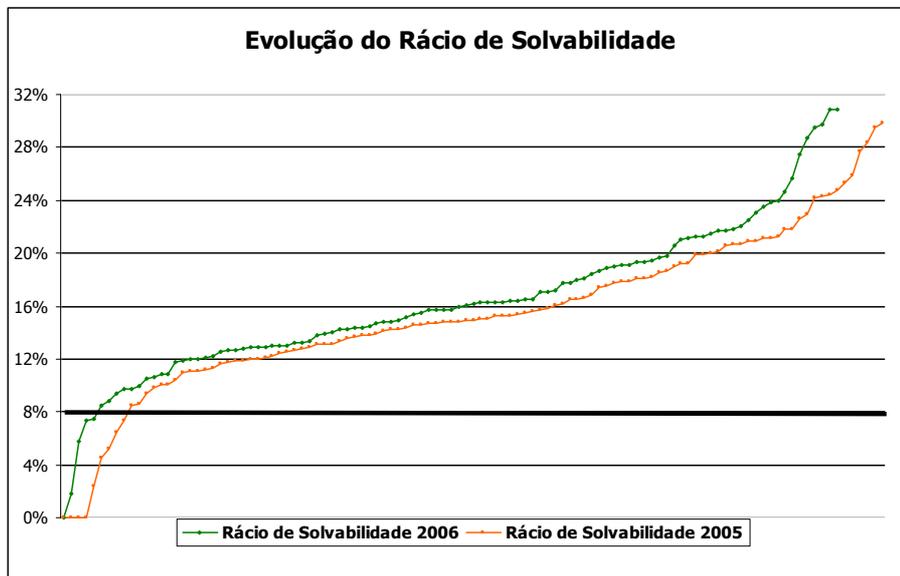
Em sentido contrário, 7 CCAM apresentam um rácio de eficiência superior a 70%, o que é elucidativo de condições de exploração totalmente desajustadas.

Eficiência Total	Nº CCAM	%
<= 50%	27	26%
> 50% <= 60%	39	37%
> 60% <= 70%	32	30%
> 70% <= 100%	7	7%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

Eficiência do Pessoal	Nº CCAM	%
<= 25%	24	23%
> 25% <= 50%	80	76%
> 50% <= 100%	1	1%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

A contenção do crescimento dos custos face ao crescimento do Produto Bancário é condição essencial à melhoria da rentabilidade e à libertação de meios de exploração para a consolidação económica e expansão da actividade das Caixas. A modernização tecnológica do grupo e dos seus sistemas de informação, levada a cabo nos últimos anos, onerou os custos de exploração das CCAM, mas a evolução desses custos vai esbater-se nos anos mais próximos, dado estarem concluídos os projectos que implicaram investimentos de maior vulto.

O Rácio de solvabilidade das CCAM, no seu conjunto, manteve-se sem grande variação, denotando no entanto uma melhoria, quase generalizada, em relação a 2005.



Salienta-se que existem 23 CCAM com rácios de solvabilidade superiores a 20%, ao mesmo tempo que continuam a existir 4 Caixas com rácio de solvabilidade inferior ao limite mínimo regulamentar definido pelas autoridades de supervisão.

## **IV.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO**

## **1. Balanço e Demonstração de Resultados**

Balanço Consolidado do SICAM

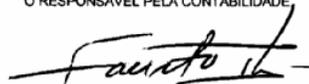
31 de Dezembro de 2006

em euros

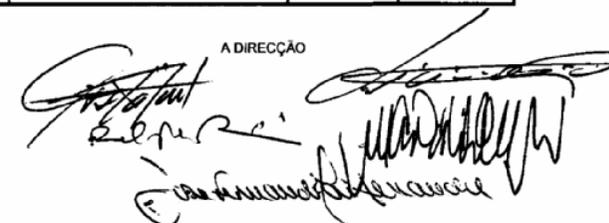
CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	31.12.06			31.12.05 (LÍQUIDO)	CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	31.12.06	31.12.05
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO					
10+11+130	1.Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	283.576.843		283.576.843	219.579.963	30+31+35	1.Débitos para com instituições de crédito	159.719.096	21.835.131
12+13-130	2.Disponibilidades à vista sobre inst. de crédito	147.590.648		147.590.648	137.386.435	30020+30120+30220+ 31020+31220+31320+31920	a) - à vista	5.469.679	10.087.184
20+21+280+2880+2881+2890+2891 -29000-29001-29010-29011-28951	3.Outros créditos sobre instituições de crédito	975.824.168		975.824.168	687.704.252	1-1a)	b) - A prazo ou com pré-aviso	154.249.417	11.747.947
16+22+23+282+283+287+2882+2883 +2887+2892+2893+2897-29002- 29003-29012-29013-29017-2952	4.Créditos sobre clientes	6.965.977.274	280.589.711	6.685.387.563	6.467.429.436	32+33+35 3213+3223 32-3213-3223+33+35	2.Débitos para com clientes	8.630.478.300	8.146.406.252
240+241+245+255+2480+250+251+ 2580+26+2840+2884+2894-290140 -2920-2921-2925-2953	5.Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.322.971.949	2.589.171	1.320.382.778	1.235.736.920	3200+3210+3220+3230 b) - ba)	a) - Depósitos de poupança	3.025.087.636	2.590.394.939
2400+2401+2410+2500+2501+2510+ 2600+2601+2610+2840+2884+2894 -290140-29200-29210-2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo -de emissores públicos	815.484.706	2.112.914	813.371.792	781.220.576	34	b) - Outros débitos	5.605.390.664	5.556.011.313
2402+2411+2412+245+255+2480+ 2502+2511+2512+2580+2602+2611+ 2612+2840+2884+2894-290140-29209 29219-2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de outros emissores	507.487.243	476.257	507.010.986	454.516.344	340+342+349 36+39	ba) - À vista	2.384.497.275	2.372.630.915
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)					52+54+58(cred)+59	bb) - A prazo	3.220.893.389	3.183.380.394
243+244+245+255+2481-24810+2490 -2491+253+254+2581-25810+2841 -290141-291-2923-2924-2925-2953 +5624(dev)	6.Acções e outros títulos de rendimento variável	54.666.866		54.666.866	46.190.382	610+611+612+613 612 610+611+613	3.Débitos representados por títulos	139.291	143.825
400-490	7.Participações	22.777.345	1.860.026	20.917.319	30.929.421	619	a) - Obrigações em circulação	139.291	143.825
401-491	8.Partes de capital em empresas coligadas	67.918.727	1.802.698	66.116.029	32.161.158	60	a) - Obrigações em circulação	46.479.880	52.384.496
41+460+4690-481	9.Imobilizações incorpóreas	42.988.096	40.232.207	2.755.889	3.950.638	62	5.Contas de regularização	94.759.566	80.576.405
42+461+462+463+468+4691-482 420+4280+461-4820-48280	10.Imobilizações corpóreas (Dos quais: imóveis)	404.560.745 252.872.359	156.381.173 42.407.489	248.179.572 210.464.870	235.515.373 185.254.831	632 630+631+635+639	6.Provisões para riscos e encargos.	70.165.154	68.059.770
27003	11.Capital subscrito não realizado	3.759		3.759	7.839	633	a) - Prov. para pensões e encargos similares		92.986
24810+25810	12.Acções próprias ou partes de capital próprias					66	b) - Outras provisões	70.165.154	67.966.784
14+15+19+27-27003-29007-2959- 299+402+409-499	13.Outros activos	205.264.464	43.110.864	162.153.600	153.470.325	69(cred)	6A. Fundo para riscos bancários gerais	42.598.923	43.852.593
51+55+56(dev)+58(dev)+59	15.Contas de regularização	122.634.789		122.634.789	114.639.245		8.Passivos subordinados	217.612.961	213.392.671
69(dev)	16.Prejuízo do exercício						9.Capital subscrito	678.193.351	655.120.835
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>10.616.755.673</b>	<b>526.565.850</b>	<b>10.090.189.823</b>	<b>9.364.701.387</b>		10.Prémios de emissão		
							11.Reservas	198.568.132	174.102.476
							12.Reservas de reavaliação	7.899.300	8.300.111
							13.Resultados transitados	-186.000.843	-186.272.283
							14.Lucro do exercício	95.576.712	86.799.105
							<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10.090.189.823</b>	<b>9.364.701.387</b>

RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	
90+970	1.PASSIVOS EVENTUAIS 329.679.210
Dos quais:	
9010+9011	-Acções e comp. por endosso de efeitos descontados
970	-Cauções e activos dados em garantia 16.161.056
92	2.COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS 956.753.618
Dos quais:	
9200	-Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



A DIRECÇÃO



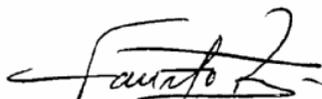
**Demonstração de Resultados Consolidada do SICAM**

31 de Dezembro de 2006

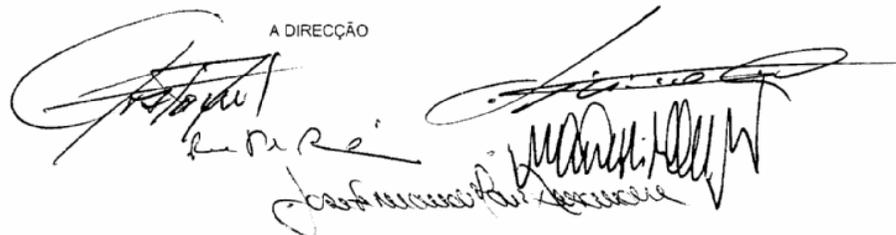
em euros

CÓDIGO DAS CONTAS	DÉBITO	31.12.06	31.12.05	CÓDIGO DAS CONTAS	CRÉDITO	31.12.06	31.12.05
	A. CUSTOS				B. PROVEITOS		
70	1. Juros e custos equiparados	182.778.972	141.111.803	80	1. Juros e proveitos equiparados	520.732.442	453.456.389
71	2. Comissões	6.998.726	5.711.939	80240+80241+80245+80250+80251+80255+8026	( Dos quais: de títulos de rendimento fixo)	47.675.497	41.205.357
72	3. Prejuízos em operações financeiras	6.448.160	10.561.206				
73+74	4. Gastos gerais administrativos	229.926.840	205.943.803	81	2. Rendimento de títulos	398.386	272.703
73	a) Custos com pessoal	128.665.567	118.995.370	81-81400-81401	a) - Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		
730+731	Dos quais:			81400	b) - Rendimento de participações	64.886	123.553
732+733	(- salários e vencimentos)	103.135.527	95.561.201		c) - Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	333.500	149.150
	(- Encargos sociais obrigatórios)	25.530.040	23.434.169	81401			
73290+73291+7329	Dos quais:			82	3. Comissões	80.937.452	68.352.938
	(- com pensões)	856.445	820.688		4. Lucros em operações financeiras	9.513.671	13.697.789
74	b) Outros gastos administrativos	101.261.273	86.948.433	83	5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	228.980.890	181.203.382
78	5. Amortizações do exercício	17.431.286	16.809.908	840+841+842+843+845+849	6. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras a participações e a partes de capital em empresas coligadas	20.528.230	3.692.368
77	6. Outros custos de exploração	5.564.579	5.950.012		7. Outros proveitos de exploração	22.792.789	22.409.045
790+791+792+793	7. Provisões para crédito cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	299.358.327	255.232.565	844	8. Resultados da actividade corrente		
795+799					9. Ganhos extraordinários	8.849.833	20.039.627
794	8. Provisões para imobilizações financeiras	576.935	1.010.303		11. Prejuízo do exercício		
	10. Resultados da actividade corrente	134.800.035	100.753.075	89	12. Interesses minoritários		
671	11. Perdas extraordinárias	17.809.761	11.191.971				
68	13. Impostos sobre lucros	29.526.395	22.308.293	672			
76	14. Outros impostos	737.000	493.333	69			
69	15. Lucro do exercício	95.576.712	86.799.105				
	TOTAL	892.733.693	763.124.241		TOTAL	892.733.693	763.124.241

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



A DIRECÇÃO



**GRUPO CRÉDITO AGRICOLA**  
**BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

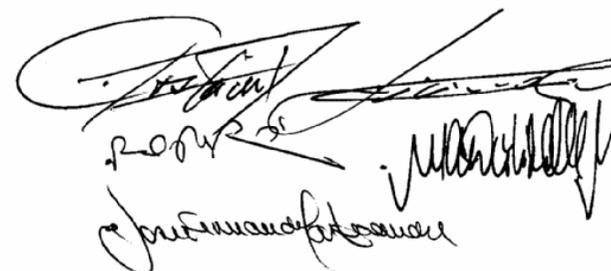
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2006			2005		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2006	2005
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido					
1 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	51	283.834.972	-	283.834.972	219.572.727	1 Débitos para com instituições de crédito:		159.837.505	21.953.116	
2 Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	52	151.766.949	-	151.766.949	138.982.508	a) À vista	18	5.573.477	8.197.182	
3 Outros créditos sobre instituições de crédito	14	977.624.168	-	977.624.168	688.634.253	b) A prazo ou com pré-aviso	18	154.264.028	13.755.934	
4 Créditos sobre clientes	14	6.901.263.739	281.553.678	6.619.710.061	6.413.052.033	2 Débitos para com clientes:		8.607.779.649	8.128.019.027	
5 Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		1.323.351.739	2.591.416	1.320.760.323	1.236.098.012	a) Depósitos de poupança	18	3.025.087.636	2.590.394.939	
a) De emissores públicos	10	810.932.586	2.114.932	808.817.654	777.098.128	b) Débitos à vista	18	2.380.479.014	2.369.051.425	
b) De outros emissores	10	512.419.153	476.484	511.942.669	458.999.884	c) Débitos a prazo	18	3.202.212.999	3.168.572.663	
6 Acções e outros títulos de rendimento variável	10	4.989.956	-	4.989.956	5.078.772	3 Débitos representados por títulos		139.291	143.825	
7 Partes do capital em empresas associadas	6	11.260.558	-	11.260.558	11.434.351	a) Obrigações em circulação		-	-	
8 Partes do capital em emp. Filiais excluídas da consolidação	6	43.604.712	-	43.604.712	32.717.078	b) Outros		139.291	143.825	
9 Outras participações financeiras	6	13.335.502	2.774.418	10.561.084	9.013.980	4 Outros passivos	31	52.989.327	50.157.664	
10 Imobilizações incorpóreas	11	103.432.993	69.120.008	34.312.985	29.789.281	5 Contas de regularização	27	118.324.674	115.117.627	
11 Imobilizações corpóreas	11	492.663.016	184.002.462	308.660.554	289.183.718	6 Diferenças de reavaliação-equiv.patrimonial	6	1.052.966	1.583.092	
(Dos quais: Imóveis de serviço próprio)		302.509.252	54.015.318	248.493.934	228.648.299	7 Diferenças de consolidação	50	3.974.439	3.972.814	
12 Difer. de reavaliação - equiv. patrimonial	6	21.243.140	21.243.140	-	-	8 Provisões para riscos e encargos		70.054.847	68.159.665	
13 Diferenças de consolidação	50	45.717.151	45.717.151	-	-	a) Provisões para pensões e encargos similares		-	92.986	
14 Capital subscrito não realizado	29	3.759	-	3.759	7.839	b) Outras provisões	24	70.054.847	68.066.679	
15 Outros activos	31	222.869.230	43.118.907	179.750.323	145.696.672	9 Fundo para riscos bancários gerais	24	42.739.561	43.993.231	
16 Contas de regularização	27	147.330.412	-	147.330.412	160.626.211	10 Passivos subordinados	22	217.612.961	213.392.671	
						16 Interesses minoritários	29	16.049.673	2.672.342	
						11 Capital subscrito	29	678.193.351	655.120.835	
						13 Reservas	29	201.913.608	177.146.076	
						14 Reservas de reavaliação	29	8.669.615	8.538.295	
						15 Resultados transitados	29	(173.406.279)	(197.727.714)	
						17 Lucro consolidado do exercício	29	85.245.628	77.644.869	
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>10.744.291.996</b>	<b>650.121.180</b>	<b>10.094.170.816</b>	<b>9.369.887.435</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>		<b>10.094.170.816</b>	<b>9.369.887.435</b>	
1 GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS	23									
Dos quais:										
-Garantias e avales				267.071.198	270.226.105					
-Activos dados em garantia				15.411.058	15.620.470					
-Outros				43.320.703	62.648.321					
2 COMPROMISSOS	23			958.168.113	996.730.062					

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



A DIRECÇÃO



O Anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

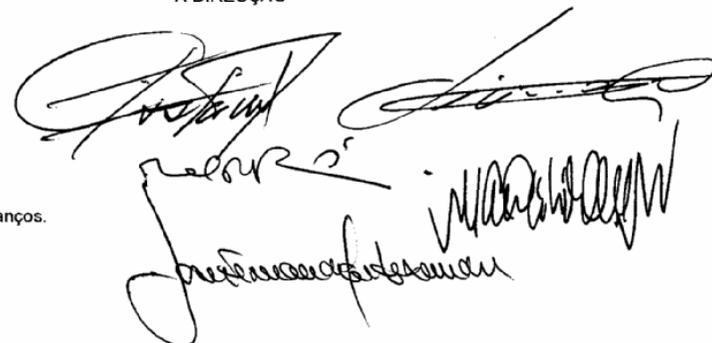
(Montantes expressos em Euros)

<b>CUSTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>PROVEITOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Juros e custos equiparados	53	182.264.663	140.509.318	Juros e proveitos equiparados	53	518.183.878	451.825.289
Comissões	54	8.498.282	6.314.361	Rendimento de títulos	10	504.583	160.366
Prejuízos em operações financeiras	55	6.515.845	10.683.189	Comissões	54	85.782.739	63.712.944
Gastos gerais administrativos		225.350.963	200.430.268	Lucros em operações financeiras	55	10.186.352	13.850.152
a) Custos com pessoal	56	144.929.980	133.310.721	Reposições e anulações de provisões	24	229.621.032	181.805.523
b) Outros gastos administrativos	57	80.420.983	67.119.547	Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	29	9.567.924	6.241.835
Amortizações do exercício	11	31.195.436	27.470.534	Outros proveitos de exploração	39	32.656.942	29.453.842
Outros custos de exploração	39	7.529.012	7.201.149	Ganhos extraordinários	39	8.770.059	13.884.712
Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito vencido e para outros riscos	24	299.678.975	255.300.460				
Provisões para imobilizações financeiras	24	124.948	790.471				
Perdas extraordinárias	39	16.860.881	11.273.286				
Impostos sobre os lucros	41	29.802.966	22.467.121				
Outros impostos		1.563.388	840.451				
Interesses minoritários	29	642.522	9.186				
Lucro consolidado do exercício	29	85.245.628	77.644.869				
<b>TOTAL</b>		<b>895.273.509</b>	<b>760.934.663</b>	<b>TOTAL</b>		<b>895.273.509</b>	<b>760.934.663</b>

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



A DIRECÇÃO



O Anexo faz parte integrante destes balanços.

## GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

## DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	2006	2005
<b>Actividades operacionais</b>		
Juros e comissões recebidas	603.966.617	515.538.233
Juros e comissões pagas	(190.762.945)	(146.823.679)
Resultados operações financeiras	3.670.507	3.166.963
Rendimento de títulos	504.583	160.366
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(225.350.963)	(200.430.268)
Outros custos de exploração	(7.529.012)	(7.201.149)
Outros proveitos de exploração	32.656.942	29.453.842
Resultados extraordinários em actividades operacionais	(8.090.822)	2.611.426
Impostos	(31.366.354)	(23.307.572)
Resultados em empr. associadas e filiais excluídas da consol.	9.567.924	6.241.835
<b>Resultado das actividades operacionais</b>	<b>187.266.477</b>	<b>179.409.997</b>
<b>Aumentos diminuições de activos operacionais</b>		
Créditos sobre instituições de crédito	288.989.915	389.915.159
Créditos sobre clientes	276.074.459	289.763.213
Títulos	84.573.495	224.202.066
Outros activos e contas de regularização	30.753.772	30.379.046
	<b>680.391.641</b>	<b>934.259.484</b>
<b>Aumentos diminuições de passivos operacionais</b>		
Débitos para com instituições de crédito	137.884.389	(3.510.684)
Débitos para com clientes	479.760.622	545.963.160
Débitos representados por títulos	(4.534)	(2.190.941)
Outros passivos e contas de regularização	6.038.710	34.140.951
	<b>623.679.187</b>	<b>574.402.486</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>130.554.023</b>	<b>(180.447.001)</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
Varição de imobilizado	(55.195.976)	(54.885.629)
Varição das participações financeiras	(12.914.394)	(17.389.469)
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>(68.110.370)</b>	<b>(72.275.098)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
Varição de passivos subordinados	4.220.290	25.016.377
Varição de capital, reservas e res.transitados	10.382.743	(5.810.321)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>14.603.033</b>	<b>19.206.056</b>
<b>Diminuição líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>77.046.686</b>	<b>(233.516.043)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	358.555.235	592.071.278
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	435.601.921	358.555.235

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



A DIRECÇÃO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## **2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas**

## **GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

### **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

**(Valores expressos em Euros)**

#### **NOTA INTRODUTÓRIA**

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas (Subsidiárias) formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes do art.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no art.º 7º deste diploma.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a actividade bancária do Grupo é desenvolvida pelo SICAM na área da banca comercial.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2006 e 2005 foram:

No início do exercício de 2006 foi constituída pela Caixa Central, uma Sucursal Financeira Exterior em Cabo Verde, denominada "Instituição Financeira Internacional (IFI) – Cabo Verde".

No ano de 2006, a Caixa Central, adquiriu a totalidade da sua participação no Fundo Portugal Blue Chip Fund, correspondente a 352.252 UPs. Durante o exercício de 2006, o Fundo cessou a sua actividade entrando em processo de dissolução. O Fundo de Investimento Portugal Blue Chip Fund Ltd, é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Butterfield Fund Services, que tem sede em St. Peter Port – Guernsey.

A Crédito Agrícola Vida S.A., no exercício de 2006, procedeu ao aumento do seu capital no montante de 3.000.000 euros, correspondentes a 600.000 acções.

Em 2006, a Rural Seguros S.A. alterou a sua denominação social para Crédito Agrícola Seguros S.A. (CA Seguros).

No exercício de 2005, o facto com maior relevância patrimonial nas contas da Caixa Central, foi a venda dos edifícios de serviço próprio, sitos na Rua Castilho 233, 233-A (edifício sede) e na Rua Pascoal de Melo 47-A e 47-B (balcão), à Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário "Square Asset Management - SGFIM, S.A.", tendo sido integrados no Fundo de Investimento Imobiliário "CA Património Crescente", gerido pela Sociedade Gestora referida.

Em 2005 foi igualmente constituído o Fundo de Investimento Imobiliário "CA Imobiliário", destinado a comercializar, entre outros, os imóveis provenientes de dações e que são património da Caixa Central, sendo gerido pela Sociedade Gestora referida no parágrafo anterior. Para o efeito foi celebrado com o FII "CA Imobiliário", um contrato de promessa de compra e venda de oito imóveis da CCCAM obtidos por dação, tendo sido alienados dois dos imóveis no exercício de 2005 e seis no exercício de 2006.

O impacto, nas contas individuais, da venda destes imóveis aos Fundos de Investimento foi anulado no processo de consolidação de contas, repondo aos valores de custo histórico de aquisição dos mesmos, para a Caixa Central.

No ano de 2005, a Caixa Central, adquiriu à Interpolis Verzekeringen N.V. a totalidade da sua participação na Crédito Agrícola Vida S.A., correspondente a 750.000 acções. Após esta aquisição, o Grupo Crédito Agrícola passou a deter 99,94% do capital social desta participada.

Foi constituída em 2005, a Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, SA, tendo a Caixa Central subscrito e realizado 500.000 acções de valor nominal unitário de 1 Euro, correspondente a 66,67% do capital, a qual veio no corrente exercício a constituir o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados FIQ Agrocapital 1, o qual também faz parte do perímetro de consolidação em 2005 e 2006.

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas associadas.

As contas consolidadas integram as contas das cento e cinco Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2006.

O SICAM detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A. e a Crédito Agrícola Vida S.A., foram excluídas da consolidação nos termos do n.º 1 do artigo 5º do Decreto – Lei n.º 36/92, por desempenharem uma actividade diferente do Grupo. Estas filiais são detidas maioritariamente (97,40% e 99,94%, respectivamente) pelo Grupo e encontram-se inscritas no balanço numa rubrica intitulada “Partes do capital em empresas filiais excluídas da consolidação”.

Em 31 de Dezembro de 2006, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
<b>Bancos</b>						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo <sup>(1)</sup>	861.939.340	9.623.082.625	85.567.210	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	123.851.720	4.040.436.005	10.573.923	100,00%	100,00%	Integral
<b>Crédito especializado</b>						
Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(283.910)	313.619	(38.337)	100,00%	100,00%	Integral
<b>Gestão de activos e corretagem</b>						
Crédito Agrícola Dealer S.A.	13.987.745	42.715.409	303.416	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	2.756.277	3.196.700	424.302	100,00%	100,00%	Integral
<b>Prestação de serviços</b>						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	3.169.229	5.764.379	(10.654)	99,97%	99,97%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	326.527	664.230	93.122	100,00%	100,00%	Integral
Rural Informática-Serviços de Informática S.A.	4.946.631	45.206.621	17.233	99,45%	99,45%	Integral
<b>Capital de risco</b>						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	661.895	797.252	(56.900)	66,67%	66,67%	Integral
<b>Fundos de investimento</b>						
FII CA Património Crescente	43.753.972	44.869.939	1.530.658	56,79%	56,79%	Integral
FII CA Imobiliário	26.138.614	26.203.376	(65.812)	100,00%	100,00%	Integral
FIQ Central Frie	7.669.191	7.671.686	(39.883)	30,00%	30,00%	Eq. Patrimonial
FIQ PME Investimento Global	17.469.662	17.784.498	(1.917.114)	26,05%	26,05%	Eq. Patrimonial
FIQ Agrocapital 1	14.696.622	14.699.526	(188.163)	27,78%	30,00%	Eq. Patrimonial
<b>Seguros</b>						
Crédito Agrícola Seguros, S.A.	19.156.722	124.919.830	3.776.421	97,40%	97,40%	Eq. Patrimonial <sup>(2)</sup>
Crédito Agrícola Vida, S.A.	27.736.341	522.382.980	6.312.899	89,94%	99,68%	Eq. Patrimonial <sup>(2)</sup>
<b>Outras</b>						
Sicamserv - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	32.395.469	-	97,11%	99,92%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	3.483.955	17.340.226	(6.271)	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	1.691.698	1.212.895	(26.732)	100,00%	100,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2006 (saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

<sup>(1)</sup> Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

<sup>(2)</sup> Conforme instrução n.º28/2001 do Banco de Portugal (BNBP n.º12, de 17 de Dezembro de 2001)

As sedes das entidades do Grupo, são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Rural Rent – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A., a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. têm sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3 – 10.º Amoreiras, 1070 Lisboa.

A Rural Informática, S.A. e o SICAMSERV - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Dealer S.A., a Crédito Agrícola Gest S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º. 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Pascoal de Melo, 49 – 1000-232 Lisboa.

O FII CA Património Crescente e o FII CA Imobiliário são fundos de investimento imobiliário, cuja

sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FIQ Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A.

O FIQ Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

O FIQ PME Investimentos Global é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a PME Investimentos – Sociedade de Investimento S.A, que tem sede na Rua Ivone Silva, n.º 6, 14.º – 1050-041 Lisboa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

### **Repartição Sectorial e Geográfica da Actividade do Grupo**

O Grupo é constituído pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (empresa-mãe), as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e as empresas filiais e associadas distribuídas pelo sector financeiro, de seguros e comercial, designadamente na prestação de serviços auxiliares de informática.

O Grupo está implantado em toda a área geográfica do continente e ilhas do arquipélago dos Açores, actuando, através das empresas do sector financeiro, no apoio ao desenvolvimento da actividade agrícola a nível nacional.

A CCCAM SGPS Unipessoal Lda, detinha, em 31 de Dezembro de 2006, duas filiais, CBI Finance, Limited e CBI Consulting, Limited, sediadas respectivamente, em Guernsey e nas Ilhas Cayman.

### **3 – BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras do Grupo Crédito Agrícola foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes dos já referidos art.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92, e instruções do Banco de Portugal. No que se refere às empresas filiais, foram utilizadas as normas de contabilização e os critérios valorimétricos constantes dos respectivos planos de contas.

O Balanço e a Demonstração de Resultados das filiais Rural Informática, S.A., Sicamserv – ACE, Fenacam, FCRL, Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A. e CA Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A., foram elaborados com base no Plano Oficial de Contabilidade, tendo sido objecto de conversão para o Plano de Contas para o Sistema Bancário, antes de serem integrados no processo de consolidação.

Da mesma forma, as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento Imobiliário “CA Imobiliário” e do Fundo de Investimento Imobiliário “CA Património Crescente”, que são elaboradas com base no Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (C.M.V.M.), foram objecto de conversão para o Plano de Contas para o Sistema Bancário, antes de serem integradas.

Os saldos dos respectivos balanços e demonstrações de resultados, incluindo activos fixos, situação líquida e resultados, são convertidos para Euros com base no câmbio médio indicativo do Banco de Portugal à data do balanço. Todos os saldos e transacções importantes entre as entidades pertencentes ao Grupo Crédito Agrícola foram eliminados no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos de consolidação.

As demonstrações financeiras do Grupo, em 31 de Dezembro de 2006, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção da Direcção da Caixa Central que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

#### **3.2 Princípios de consolidação**

A consolidação das contas das empresas filiais e das maioritariamente detidas por estas, foi efectuada pelo método de integração global. Os saldos e as transacções (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. No exercício de 2006, no processo de eliminação de saldos e transacções entre a Caixa Central e as Caixas Agrícolas Associadas, verificaram-se diferenças de conciliação, activas e passivas, de 23.647 Euros e 944.492 Euros, respectivamente, as quais estão apresentadas na rubrica “Contas de regularização”. O impacto ao nível dos resultados consolidados, resultante de diferenças entre os custos e proveitos entre as diversas Caixas Agrícolas Associadas e a Caixa Central foi negativo em 677.170 Euros.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 29).

A consolidação das contas das empresas filiais cuja actividade não se enquadra no âmbito do sector financeiro e das empresas associadas, foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o valor da participação a uma percentagem do capital, das reservas e dos resultados equivalente à percentagem da participação efectiva do SICAM nessas empresas.

O valor das diferenças de consolidação e/ou reavaliação positivas (goodwill), decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas filiais e associadas à data da compra, foi totalmente amortizado no ano de aquisição por contrapartida de reservas. As diferenças de consolidação e/ou reavaliação negativas (badwill) são apresentadas no passivo.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, da Caixa Central e das empresas filiais e associadas, na proporção da participação respectiva, após os ajustamentos de consolidação (Nota 29).

### **3.3 Resumo das principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

#### **a) Especialização de exercícios**

O SICAM e suas filiais e associadas seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento da sua cobrança ou pagamento, respectivamente.

Com a alteração ao regime de provisões sobre créditos de cobrança duvidosa, introduzida pelo Aviso 8/2003, de 30 de Janeiro (ver alínea e), os juros de créditos continuam a ser reconhecidos em proveitos, não sendo suspensa a contagem de juros correspondente, independentemente de existirem ou não prestações já vencidas. Apenas é interrompido o registo de juros quando a totalidade do crédito é considerada como vencido.

#### **b) Operações em moeda estrangeira**

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de referência do dia divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

- Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista. Todos os contratos relativos a esta posição são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de mercado e às taxas contratadas, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de proveitos ou custos.

c) Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável

- Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de "Prejuízos e lucros em operações financeiras" e os juros são reflectidos em "Juros e proveitos equiparados" da demonstração dos resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são igualmente valorizados à cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As mais e menos-valias potenciais associadas a acções que integrem os índices da Euronext Lisboa ou que, sendo negociadas em outras bolsas de valores, apresentem liquidez adequada, são reflectidas directamente em resultados. As restantes mais e menos valias potenciais em acções são diferidas em contas de regularização do passivo ou do activo, respectivamente, dando as menos-valias lugar à constituição de provisões.

- Títulos de investimento

Consideram-se títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção relacionado com a actividade do Grupo.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a sua remuneração, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica "Receitas com proveito diferido".

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica "Contas de regularização" do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

- Títulos a vencimento

São considerados títulos a vencimento aqueles que têm um rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, com data de reembolso determinada e emitidos por entidades enumeradas pelo Banco de Portugal, sendo do interesse do Grupo mantê-los até ao reembolso.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição. A diferença, positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

d) Outras participações financeiras

As participações em empresas cujas demonstrações financeiras não são consolidadas nem reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Quando se estimam perdas permanentes no valor de realização destas participações são constituídas as respectivas provisões. Por outro lado, é dado cumprimento ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, o qual determina que a constituição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontre numa das seguintes situações:

- Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;
- Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;
- Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;
- Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu Aviso nº 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido pelo anterior Aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos-valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos valia que exceder os referidos 15%. Em 31 de Dezembro de 2006, não existem participações com menos valias latentes não provisionadas.

e) Provisões para riscos de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Grupo constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

(i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento;

(ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
  - . Estarem em incumprimento há mais de:
    - . Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - . Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
    - . Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de créditos (Nota 24). Esta provisão não é aceite para efeitos fiscais.

(iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

(iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos - outras provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

f) Provisões para outros riscos

i) Provisão para outros riscos e encargos

Destina-se a fazer face a riscos específicos inerentes à actividade do Grupo Crédito Agrícola, nomeadamente contingências fiscais e outras perdas decorrentes da actividade do Grupo, bem como encargos com impostos a pagar de ganhos potenciais relativamente a operações cujo reconhecimento fiscal apenas tem lugar no exercício de liquidação dessas operações.

ii) Fundo para riscos bancários gerais

Destina-se a fazer face a riscos genéricos decorrentes da actividade do Grupo, nomeadamente os riscos de crédito. Esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

g) Aplicações por recuperação de créditos

As Aplicações por recuperação de créditos correspondem a bens que vieram à posse do Grupo para regularização de crédito concedido, sendo apresentadas na rubrica "Outros activos". Estes activos são registados ao valor de aquisição e não são objecto de

amortização. Quando o valor de aquisição dos bens recebidos por dação em pagamento é superior ao respectivo valor esperado de realização, o Grupo, nos termos do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, constitui uma provisão para as respectivas menos-valias potenciais. As mais-valias potenciais não são relevadas contabilisticamente.

h) Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis. O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação", sendo transferido para resultados transitados na medida em que a reserva é realizada pelo uso ou pela venda. As respectivas amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com base nas taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada para as diferentes rubricas de imobilizado:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

As Beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso n.º 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período que se considera reflectir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais. Os correspondentes impostos diferidos passivos foram registados na rubrica "Provisões para riscos e encargos".

i) Imobilizações incorpóreas

O Imobilizado incorpóreo do Grupo é composto essencialmente por despesas de software e de campanhas publicitárias, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes.

O custo relativo às horas incorridas pelo pessoal da Rural Informática afecto ao desenvolvimento do software operacional do Grupo é capitalizado e amortizado em cinco anos.

j) Complementos de pensões de reforma

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do Grupo com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade pagas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma e (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelo benefício descrito no parágrafo anterior.

Na Nota 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma no que se refere ao SICAM. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

l) Impostos sobre lucros

As entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são tributadas individualmente e estão sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 34º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria nº 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global da Caixa Central é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira. Este regime é aplicável desde 1 de Janeiro de 2003.

Não são registados impostos diferidos activos nas contas consolidadas, nomeadamente os relativos a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente como custo. Contudo, são registados os impostos diferidos passivos.

m) Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

O valor da contribuição anual da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e das caixas de crédito agrícola mútuo para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo é calculado pela aplicação de uma taxa ao valor médio dos saldos mensais dos depósitos elegíveis do ano anterior. A taxa a aplicar corresponde ao produto da taxa contributiva de base por um factor multiplicativo calculado em função do rácio de solvabilidade de cada instituição. A taxa contributiva de base é determinada anualmente tendo como referência o valor do rácio de cobertura verificado no ano anterior que é determinado com base na estrutura de balanço do Fundo e corresponde ao rácio entre os «Depósitos em instituições de crédito» e os «Depósitos garantidos pelo Fundo».

O SICAM possuía em 2006 empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, descritos na Nota 22.

Em 2006 a contribuição ascendeu a 13.774.550 Euros (2005: 13.417.944 Euros) tendo sido reconhecida, a exemplo de anos anteriores, como custo do exercício a que diz respeito e registada na rubrica de Juros e custos equiparados.

n) Contratos de locação financeira

Pelos despachos n.º 1677/2002-XV, de 28 de Novembro e n.º 691/2003-XV, de 21 de Março, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi determinado que a Directriz Contabilística n.º 25, respeitante a operações de Locação é de aplicação obrigatória, para efeitos fiscais, a partir de 1 de Janeiro de 2004.

Assim, e por aplicação da Directriz Contabilística n.º 10, respeitante ao regime transitório de contabilização da Locação Financeira, que veio normalizar o regime contabilístico das locações, os contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD) passaram a ser tratados contabilisticamente da mesma forma do Leasing, passando a designar-se unicamente como contratos de Locação Financeira.

Em conformidade, a partir de 1 de Janeiro de 2004, os bens utilizados pelo Grupo em regime de Aluguer de Longa Duração foram registados no activo imobilizado por contrapartida da conta de fornecedores de imobilizado, pelo valor remanescente das rendas vincendas adicionado do correspondente valor residual, de acordo com o plano financeiro das rendas.

Por outro lado, no caso dos contratos de locação financeira em que o Grupo assume o papel de locador, procedeu-se ao abate do valor de aquisição e respectivas amortizações dos correspondentes bens registados no activo imobilizado, assumindo-se na rubrica de crédito concedido, o remanescente das rendas vincendas adicionado do valor residual, de acordo com o plano financeiro das rendas.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## 6 – PARTES DO CAPITAL EM EMPRESAS FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO, EM EMPRESAS ASSOCIADAS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2006, as Partes do capital em empresas filiais excluídas da consolidação e as empresas associadas têm a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2006		% de participação	Aplicação do MEP <sup>(1)</sup>		Custo de aquisição	Valor de balanço	Diferenças de reavaliação	
	Capital próprio	Resultado líquido		Resultado líquido				positivas	negativas
<b>Empresas filiais excluídas da consolidação</b>									
Geradas em exercícios anteriores:									
Crédito Agrícola Vida S.A.	27.736.341	6.312.899	89,94% <sup>(2)</sup>	5.677.821	18.255.173	24.946.065	-	(1.013.071)	
Crédito Agrícola Seguros S.A.	19.156.722	3.776.421	97,40%	3.678.234	37.440.926	18.658.647	18.782.279	-	
	<u>46.893.063</u>	<u>10.089.320</u>		<u>9.356.055</u>	<u>55.696.099</u>	<u>43.604.712</u>	<u>18.782.279</u>	<u>(1.013.071)</u>	
<b>Empresas associadas:</b>									
Geradas em exercícios anteriores:									
FIQ PME Investimentos Global <sup>(3)</sup>	17.469.662	(1.917.114)	25,00%	(479.279)	6.753.662	4.550.847	2.202.815	-	
FIQ Agrocapital 1 <sup>(3)</sup>	14.696.622	(188.163)	30,00%	(56.448)	4.667.000	4.408.954	258.046	-	
FIQ Central Frie <sup>(3)</sup>	7.669.191	(39.883)	33,33%	(13.293)	2.260.862	2.300.757	-	(39.895)	
	<u>39.835.475</u>	<u>(2.145.160)</u>		<u>(549.020)</u>	<u>13.681.524</u>	<u>11.260.558</u>	<u>2.460.861</u>	<u>(39.895)</u>	
				<u>8.807.035</u>	<u>69.377.623</u>	<u>54.865.270</u>	<u>21.243.140</u>	<u>(1.052.966)</u>	

<sup>(1)</sup> MEP - Método da equivalência patrimonial.

<sup>(2)</sup> Esta percentagem não inclui os 10% detidos pela Crédito Agrícola Seguros dado que esta regista, nas contas individuais, a participação na Crédito Agrícola Vida, S.A., de acordo com o MEP. Adicionalmente, em Setembro de 2005, o Grupo adquiriu 50% do capital da Crédito Agrícola Vida, S.A.

<sup>(3)</sup> Entidade consolidada pela primeira vez em 31 de Dezembro de 2005. A diferença de reavaliação positiva foi registada por contrapartida de resultados transitados (Nota 29), e apurada com referência a 31 de Dezembro de 2005.

Foram constituídas no exercício, amortizações sobre as diferenças de consolidação positivas ("Goodwill") e diferenças de equivalência patrimonial positivas ("Goodwill") no valor de 143.302 Euros e 386.784 Euros, respectivamente (Nota 11).



## 7 - OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO REEMBOLSÁVEIS NO ANO SEGUINTE

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os montantes das "Obrigações e outros títulos de rendimento fixo" reembolsáveis no prazo de um ano são os apresentados abaixo:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Títulos da dívida pública	287.309.837	100.486.836
Obrigações de emissores públicos	-	2.534.000
Obrigações de organismos financeiros internacionais	798.064	1.021.067
Obrigações de outros emissores	12.822.806	8.651.227
Papel comercial	451.142.572	384.776.218
	-----	-----
	752.073.279	497.469.348
	=====	=====

## 8 - CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS PARTICIPADAS E ASSOCIADAS

O montante dos créditos relativos a empresas associadas e participadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Matadouro Regional do Algarve	2.950.727	2.950.727
Unicre	126.725	494.365
	-----	-----
	3.077.452	3.445.092
	=====	=====

## 9 - CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS COLIGADAS

O montante dos créditos relativos a empresas filiais excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Crédito Agrícola Seguros, S.A. (Nota 12)	4.001.528	4.000.979
Crédito Agrícola Vida, S.A.	-	86
	-----	-----
	4.001.528	4.001.065
	=====	=====

- **10 – APLICAÇÕES EM TÍTULOS**

- Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Títulos de negociação		Títulos de investimento		Títulos a vencimento		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:</b>								
De emissores públicos nacionais								
Títulos da dívida pública a médio e longo prazos	-	-	333.644.477	343.528.415	427.965.420	431.709.617	761.609.897	775.238.032
De emissores públicos estrangeiros								
Obrigações e outros títulos	-	-	20.544.481	2.534.000	28.778.208	-	49.322.689	2.534.000
	-	-	354.188.958	346.062.415	456.743.628	431.709.617	810.932.586	777.772.032
<b>Menos:</b> Provisões para menos valias (Nota 24)	-	-	(2.114.932)	(673.904)	-	-	(2.114.932)	(673.904)
	-	-	352.074.026	345.388.511	456.743.628	431.709.617	808.817.654	777.098.128
De outros emissores								
Obrigações e outros títulos	4.931.250	4.483.540	507.487.903	454.764.229	-	-	512.419.153	459.247.769
<b>Menos:</b> Provisões para menos valias (Nota 24)	-	-	(476.484)	(247.885)	-	-	(476.484)	(247.885)
	4.931.250	4.483.540	507.011.419	454.516.344	-	-	511.942.669	458.999.884
	<b>4.931.250</b>	<b>4.483.540</b>	<b>859.085.445</b>	<b>799.904.855</b>	<b>456.743.628</b>	<b>431.709.617</b>	<b>1.320.760.323</b>	<b>1.236.098.012</b>
<b>Ações e outros títulos de rendimento variável:</b>								
Acções	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros títulos	358.726	450.582	4.628.858	4.642.166	-	-	4.987.584	5.092.748
	358.726	450.582	4.628.858	4.642.166	-	-	4.987.584	5.092.748
Flutuação de valores	2.372	-	-	-	-	-	2.372	-
<b>Menos:</b> Provisões para menos valias (Nota 24)	-	-	-	(13.976)	-	-	-	(13.976)
	361.098	450.582	4.628.858	4.628.190	-	-	4.989.956	5.078.772
<b>Total das aplicações em títulos</b>	5.292.348	4.934.122	866.305.719	805.468.810	456.743.628	431.709.617	1.328.341.695	1.242.112.549
<b>Menos:</b> Provisões para menos valias (Nota 24)	-	-	(2.591.416)	(935.765)	-	-	(2.591.416)	(935.765)
	<b>5.292.348</b>	<b>4.934.122</b>	<b>863.714.303</b>	<b>804.533.045</b>	<b>456.743.628</b>	<b>431.709.617</b>	<b>1.325.750.279</b>	<b>1.241.176.784</b>

- Nota: Estão incluídos em 2005 os valores de títulos que se encontram registados como crédito vencido (174.579 Euros), os quais estão totalmente provisionados.
- A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento das obrigações classificadas em títulos de negociação, investimento e a vencimento, por prazos residuais de vencimento, era o seguinte:

	Títulos de negociação		Títulos de investimento		Títulos a vencimento		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Até 3 meses	853.964	1.976.699	291.048.645	344.854.771	-	28.432.682	291.902.609	375.264.152
De três meses a um ano	676.453	115.960	249.884.451	122.089.236	209.609.766	-	460.170.670	122.205.196
De um ano a cinco anos	243.518	295.229	213.134.396	200.394.146	207.507.375	336.154.051	420.885.289	536.843.426
Mais de cinco anos	3.157.315	2.095.652	105.017.953	86.183.951	39.626.487	67.122.884	147.801.755	155.402.487
Duração indeterminada	-	-	-	46.382.751	-	-	-	46.382.751
	<b>4.931.250</b>	<b>4.483.540</b>	<b>859.085.445</b>	<b>799.904.855</b>	<b>456.743.628</b>	<b>431.709.617</b>	<b>1.320.760.323</b>	<b>1.236.098.012</b>

## 11 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

Durante o exercício de 2006, o movimento nas rubricas de immobilizações incorpóreas e corpóreas e respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.2005		Movimentos no exercício				Saldos em 31.12.2006		
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Aquisições	Transfe-rências	Amorti-zações	Abates, vendas e regularizações (1)	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor líquido
<b>Imobilizações incorpóreas</b>									
Trespases	851.280	(652.426)	75.000	-	(34.918)	-	861.436	(622.500)	238.936
Despesas de estabelecimento	2.790.070	(5.834.667)	8.566	4.136	(114.713)	-	2.395.275	(2.324.965)	70.310
Custos plurienais	5.621.136	(4.066.924)	13.591	-	(554.448)	(3.932)	5.301.673	(4.548.619)	753.054
Despesas de investigação e desenvolvimento	7.835.495	(6.220.551)	60.111	285.286	(623.634)	(121.935)	8.003.963	(7.127.980)	875.983
Sistema de tratamento automático de dados	70.648.078	(48.347.358)	407.194	9.488.288	(7.614.758)	-	75.671.539	(51.090.095)	24.581.444
Outras immobilizações incorpóreas	3.521.441	(796.061)	741	(1.898)	(17.114)	-	3.491.198	(3.405.849)	85.349
Imobilizações incorpóreas em curso	4.439.768	-	12.840.756	(9.507.674)	-	(64.941)	7.707.909	-	7.707.909
Sub-total	95.707.268	(65.917.987)	13.405.959	268.138	(8.959.585)	(190.808)	103.432.993	(69.120.008)	34.312.985
<b>Imobilizações corpóreas</b>									
Imóveis de serviço próprio	254.076.243	(44.976.960)	4.590.993	16.228.402	(5.320.455)	-	273.875.070	(49.276.847)	224.598.223
Obras em imóveis arrendados	12.341.674	(4.304.154)	2.475.039	(10.512.559)	-	-	-	-	-
Equipamento	176.007.551	(122.271.145)	12.766.915	1.091.786	(15.972.997)	(876.948)	179.163.861	(128.418.699)	50.745.162
Imobilizado de locação financeira	1.780.976	(1.109.529)	412.960	-	(365.186)	-	2.012.388	(1.293.167)	719.221
Património artístico	679.696	-	118.165	-	-	(3.500)	794.361	-	794.361
Outras immobilizações corpóreas	436.125	(261.918)	304.408	5.724.580	(47.127)	3.858.083	15.027.900	(5.013.749)	10.014.151
Imobilizações corpóreas em curso									
° Imóveis	11.511.498	-	8.348.035	(5.826.381)	-	-	14.033.152	-	14.033.152
° Equipamento	5.273.661	-	9.456.589	(6.973.966)	-	-	7.756.284	-	7.756.284
Sub-total	462.107.424	(172.923.706)	38.473.104	(268.138)	(21.705.765)	2.977.635	492.663.016	(184.002.462)	308.660.554
<b>Total</b>	<b>557.814.692</b>	<b>(238.841.693)</b>	<b>51.879.063</b>	<b>-</b>	<b>(30.665.350)</b>	<b>2.786.827</b>	<b>596.096.009</b>	<b>(253.122.470)</b>	<b>342.973.539</b>

(1) Valor líquido.

Foram igualmente constituídas no exercício, amortizações sobre as diferenças de consolidação positivas ("Goodwill") e diferenças de equivalência patrimonial positivas ("Goodwill") no valor de 143.302 Euros e 386.784 Euros, respectivamente (Nota 6).

Durante o exercício de 2005, o movimento nas rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas e respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.2004		Movimento no exercício				Saldos em 31.12.2005		
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Aquisições	Transfe-rências	Amorti-zações	Abates, vendas e regularizações <sup>(1)</sup>	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor líquido
<b>Imobilizações incorpóreas</b>									
Trespases	856.268	(642.431)	-	-	(14.983)	-	851.280	(652.426)	198.854
Despesas de estabelecimento	2.781.507	(2.513.883)	68.090	-	(161.808)	(1.585)	2.790.070	(2.617.749)	172.321
Custos pluriennais	4.926.777	(4.332.311)	857.445	98.959	(319.479)	66.452	5.621.136	(4.323.293)	1.297.843
Despesas de investigação e desenvolvimento	6.601.851	(6.067.227)	-	1.237.881	(496.350)	-	7.835.495	(6.559.340)	1.276.155
Sistema de tratamento automático de dados	72.861.912	(56.107.075)	12.844.784	(43.369)	(7.313.991)	58.459	70.648.078	(48.347.358)	22.300.720
Outras imobilizações incorpóreas	3.666.151	(3.473.556)	998	-	(20.162)	(69.811)	3.521.441	(3.417.821)	103.620
Imobilizações incorpóreas em curso	5.574.920	-	12.086.984	(60.383)	-	(13.161.753)	4.439.768	-	4.439.768
	<u>97.269.386</u>	<u>(73.136.483)</u>	<u>25.858.301</u>	<u>1.233.088</u>	<u>(8.326.773)</u>	<u>(13.108.238)</u>	<u>95.707.268</u>	<u>(65.917.987)</u>	<u>29.789.281</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>									
Imóveis de serviço próprio	240.504.067	(39.197.478)	32.736.790	8.472.814	(5.289.145)	(28.127.765)	254.076.243	(44.976.960)	209.099.283
Obras em imóveis arrendados	11.444.571	(5.132.705)	594.750	1.677.044	-	(546.140)	12.341.674	(4.304.154)	8.037.520
Equipamento	165.305.010	(125.072.662)	27.591.949	2.555.521	(13.719.905)	(2.332.914)	176.007.551	(122.271.145)	53.736.406
Imobilizado de locação financeira	422.482	(182.373)	-	-	(103.289)	(55.965)	1.780.976	(1.109.529)	671.447
Património artístico	386.136	-	36.823	261.395	-	(4.658)	679.696	-	679.696
Outras imobilizações corpóreas	320.877	(237.281)	113.021	7.787	(31.422)	1.225	436.125	(261.918)	174.207
Imobilizações corpóreas em curso									
° Imóveis	15.387.400	-	6.363.278	(9.301.675)	-	(937.505)	11.511.498	-	11.511.498
° Equipamento	3.476.956	-	11.521.380	(4.905.974)	-	(4.818.701)	5.273.661	-	5.273.661
	<u>437.247.499</u>	<u>(169.822.499)</u>	<u>78.957.991</u>	<u>(1.233.088)</u>	<u>(19.143.761)</u>	<u>(36.822.423)</u>	<u>462.107.424</u>	<u>(172.923.706)</u>	<u>289.183.718</u>
	<b><u>534.516.885</u></b>	<b><u>(242.958.982)</u></b>	<b><u>104.816.292</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(27.470.534)</u></b>	<b><u>(49.930.661)</u></b>	<b><u>557.814.692</u></b>	<b><u>(238.841.693)</u></b>	<b><u>318.972.999</u></b>

<sup>(1)</sup> Valor líquido.

## 12 - ACTIVOS SUBORDINADOS

Encontram-se registados na rubrica "Crédito sobre clientes", o montante de 4.000.000 Euros, respeitante a um empréstimo subordinado concedido em 2002, à participada CA Seguros S.A., o qual em 31 de Dezembro de 2006 vence juros à taxa anual de 2,84%. O reembolso da dívida será feito de uma só vez, mediante um pré-aviso de cinco anos, por parte do devedor. O reembolso antecipado, sem dependência do pré-aviso referido, poderá ainda ser efectuado mediante certas condições e com a concordância do Instituto de Seguros de Portugal.

## 14 - OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
- Mercado monetário	87.000.000	148.000.000
- Outras aplicações	99.000.001	62.671.488
	-----	-----
	186.000.001	210.671.488
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
- Aplicações a muito curto prazo	786.254.768	473.263.320
- Empréstimos médio/longo prazo	369.399	23.736
- Outras aplicações	5.000.000	5.000.000
	-----	-----
	791.624.167	478.287.056
	-----	-----
	977.624.168	688.958.544
Crédito Vencido	-	10.607
	-----	-----
	977.624.168	688.969.151
Provisões:		
- Para créditos de cobrança duvidosa (Nota 24)	-	( 70.000 )
- Para risco país (Nota 24)	-	( 264.898 )
	-----	-----
	-	( 334.898 )
	-----	-----
	977.624.168	688.634.253
	=====	=====

A rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro - Outras aplicações" refere-se a uma aplicação numa Instituição de crédito no estrangeiro por um prazo de 2 anos com pagamentos de cupão semestrais. Esta aplicação tem uma remuneração fixa nos primeiros três cupões de 2,5%, 2,65% e 2,85% ao ano, respectivamente, e uma remuneração variável no último cupão sendo que esta poderá ser 0% ou 4% consoante a evolução do activo subjacente composto por um cabaz de acções.

O escalonamento dos créditos sobre instituições de crédito por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Até três meses	584.887.363	487.371.403
De três meses a um ano	179.068.981	83.125.932
De um ano a cinco anos	76.975.802	26.550.093
Mais de 5 anos	135.209.533	91.805.192
Duração indeterminada	1.482.489	116.531
	-----	-----
	977.624.168	688.969.151
	=====	=====
 Créditos sobre Clientes		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazos		
- Empréstimos com e sem caução	3.283.793.279	3.153.675.583
- Empréstimos à habitação	1.782.150.479	1.690.247.520
- Créditos em conta corrente	119.796	423.068
- Contratos de locação financeira	111.186.835	90.201.532
- Empréstimos subordinados (CA Seguros)	4.000.000	4.000.000
Curto prazo		
- Outros créditos	770.643.056	760.271.052
- Créditos em conta corrente	575.595.872	601.585.541
- Descobertos em depósitos à ordem	18.645.047	27.858.581
	-----	-----
	6.546.134.364	6.328.262.877
	-----	-----
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo		
- Empréstimos	2.302.316	4.608.785
Curto prazo		
- Outros créditos	957.303	693.733
	-----	-----
	3.259.619	5.302.518
	-----	-----
Total crédito não vencido	6.549.393.983	6.333.565.395
	-----	-----
Crédito vencido	342.172.269	469.582.386
Juros vencidos	9.697.487	7.706.939
	-----	-----
Total crédito e juros vencidos	351.869.756	477.289.325
	-----	-----
	6.901.263.739	6.810.854.720
	-----	-----
<u>Provisões:</u>		
- Para crédito e juros vencidos	( 223.411.183 )	( 348.173.085 )
- Para crédito de cobrança duvidosa	( 58.142.495 )	( 49.629.602 )
	-----	-----
	( 281.553.678 )	( 397.802.687 )
	-----	-----
	6.619.710.061	6.413.052.033
	=====	=====

O movimento nas provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa encontram-se evidenciado na Nota 24.

O crédito sobre clientes por prazos de vencimento, incluindo o crédito vencido, é o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Até três meses	740.137.629	708.967.877
De três meses a um ano	864.771.468	869.028.570
De um ano a cinco anos	1.440.100.386	1.423.892.090
Mais de cinco anos	3.468.378.060	3.281.658.413
Duração indeterminada	387.876.196	527.307.770
	-----	-----
	6.901.263.739	6.810.854.720
	=====	=====

## 15 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E FINANCEIRAS

Não foram efectuadas reavaliações de imobilizado nas CCAM durante o exercício de 2006.

Os bens do Activo Imobilizado Corpóreo que foram objecto de reavaliação apresentam os seguintes valores:

	<u>Custo histórico</u>	<u>Valor das reavaliações efectuadas</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido contabilístico reavaliado em 31.12.2006</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>	48 769 865	17 736 109	28 393 119	38 112 855
	=====	=====	=====	=====

## 18 - DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E DÉBITOS PARA COM CLIENTES

Débitos para com instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
À vista		
- No país	5.179.771	7.731.730
- No estrangeiro	393.706	465.452
	-----	-----
	5.573.477	8.197.182
	-----	-----
A prazo ou com pré-aviso		
- No país		
Outros recursos	8.336	569.997
- No estrangeiro		
Outros recursos	154.255.692	13.185.937
	-----	-----
	154.264.028	13.755.934
	-----	-----
	159.837.505	21.953.116
	=====	=====

Quanto à sua duração residual, os Débitos para com instituições de crédito decompõem-se como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Exigível à vista	5.573.477	8.197.182
Exigível a prazo		
- Até três meses	75.421.674	10.435.469
- De três meses a um ano	77.202.364	-
- Duração indeterminada	1.639.990	3.320.465
	-----	-----
	154.264.028	13.755.934
	-----	-----
	159.837.505	21.953.116
	=====	=====

Débitos para com clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
À vista		
- Depósitos à ordem	2.380.479.014	2.369.051.425
	-----	-----
A prazo		
- Depósitos a prazo	3.178.291.873	3.156.068.585
- Cheques e ordens a pagar	23.593.660	12.186.281
- Recursos consignados	327.466	317.797
	-----	-----
	3.202.212.999	3.168.572.663
	-----	-----
Depósitos de poupança		
- Emigrantes	50.114.753	49.114.478
- Outros	2.974.972.883	2.541.280.461
	-----	-----
	3.025.087.636	2.590.394.939
	-----	-----
	8.607.779.649	8.128.019.027
	=====	=====

Quanto à sua duração residual, estes débitos decompõem-se como segue:

<u>Prazos</u>	<u>2006</u>			<u>2005</u>		
	<u>Depósitos a prazo e poupança</u>	<u>Outros depósitos</u>	<u>Total</u>	<u>Depósitos a prazo e poupança</u>	<u>Outros depósitos</u>	<u>Total</u>
<b>Exigível à vista</b>	-	2.380.479.014	2.380.479.014	-	2.369.051.425	2.369.051.425
<b>Exigível a prazo</b>						
Até três meses	2.853.853.682	-	2.853.853.682	2.820.540.301	-	2.820.540.301
De três meses a um ano	2.522.357.651	-	2.522.357.651	2.144.817.083	-	2.144.817.083
De um a cinco anos	351.990.614	-	351.990.614	356.665.064	-	356.665.064
Mais de cinco anos	40.558.675	-	40.558.675	35.409.801	-	35.409.801
Indeterminado	458.540.013	-	458.540.013	401.535.353	-	401.535.353
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	6.227.300.635	-	6.227.300.635	5.758.967.602	-	5.758.967.602
	<b>6.227.300.635</b>	<b>2.380.479.014</b>	<b>8.607.779.649</b>	<b>5.758.967.602</b>	<b>2.369.051.425</b>	<b>8.128.019.027</b>
	-----	-----	-----	-----	-----	-----

## 20 – DÉBITOS PERANTE EMPRESAS PARTICIPADAS

O montante dos débitos relativos a empresas associadas e participadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Débitos a empresas associadas:		
FIQ Central Frie	2.032.401	5.010.869
FIQ Agrocapital 1	13.418.417	1.028.410
	-----	-----
	15.450.818	6.039.279
	-----	-----
Débitos a empresas participadas:		
Credivalor	60.040	153.077
SIBS	15.388	3.446
Sodap	412	510
Matadouro Regional do Algarve	-	305
Agrogarante	38.237	-
	-----	-----
	114.077	157.338
	-----	-----
	15.564.895	6.196.617
	=====	=====

## 21 - DÉBITOS PERANTE EMPRESAS COLIGADAS

O montante dos débitos relativos a empresas coligadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Crédito Agrícola Vida, S.A.	36.022.703	20.338.572
Crédito Agrícola Seguros, S.A.	4.986.737	3.439.091
	-----	-----
	41.009.440	23.777.663
	=====	=====

## 22 - PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M.	158.362.761	153.839.921
Títulos emitidos pela Caixa Central	8.880.000	14.352.000
Títulos emitidos pelas CCAM's	50.370.200	45.200.750
	-----	-----
	217.612.961	213.392.671
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M. apresentavam a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	33.496.194	33.496.194
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	27.956.724	27.956.724
C.C.A.M. de Alcobaça	17.956.724	17.956.724
C.C.A.M. da Bairrada e Agueira	16.000.000	16.000.000
C.C.A.M. de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo	12.000.000	-
C.C.A.M. do Alto Guadiana	9.477.160	9.477.160
C.C.A.M. de Moravis	8.000.000	8.000.000
C.C.A.M. de Vale de Sousa e Baixo Tâmega	5.000.000	5.000.000
C.C.A.M. Salvaterra de Magos	5.000.000	5.000.000
C.C.A.M. de Albergaria e Sever	4.500.000	4.500.000
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul)	4.000.000	-
C.C.A.M. Beira Centro	3.990.384	3.990.383
C.C.A.M. Área Metropolitana do Porto	3.491.585	3.491.585
C.C.A.M. do Baixo Vouga	3.000.000	3.000.000
C.C.A.M. de Silves	2.000.000	2.000.000
C.C.A.M. Região do Fundão e Sabugal	997.596	1.995.192
C.C.A.M. Lafões	748.197	1.496.394
C.C.A.M. C. da Rainha, Óbidos e Peniche	748.197	6.484.373
C.C.A.M. Alto Corgo e Tâmega	-	1.995.192
C.C.A.M. Nelas e Carregal do Sal	-	1.500.000
C.C.A.M. de Cantanhede e Mira	-	500.000
	-----	-----
	158.362.761	153.839.921
	=====	=====

Os empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo são geralmente remunerados a taxas inferiores às de mercado, normalmente, uma parcela da Euribor.

Todos estes empréstimos podem ser antecipadamente reembolsados, total ou parcialmente, mediante acordo prévio do Banco de Portugal.

Nos exercícios de 2006 e 2005, a Caixa Central emitiu empréstimos subordinados, sob a forma de títulos de investimento, no montante de 5.000.000 Euros e 10.000.000 Euros, respectivamente, dos quais 4.676.000 Euros e 9.080.000 Euros, respectivamente, foram inicialmente subscritos por Caixas Agrícolas Associadas. As CCAMs podem vender a outras entidades, os títulos inicialmente subscritos por estas.

Dos títulos de investimento emitidos em 2005, no montante de 10.000.000 Euros, que só atingem a maturidade em 2010, foram reembolsados antecipadamente 2.000.000 Euros, no exercício de 2006.

No exercício de 2006, ocorreu a emissão de títulos de investimento da Caixa Central, os quais foram totalmente subscritos, no montante global de 5.000.000 Euros.

Estes empréstimos podem ser reembolsados antecipadamente mediante autorização do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2006, os títulos emitidos pelas Caixas Agrícolas e pela Caixa Central apresentavam a seguinte composição:

CCAM emitente	Descrição	Moeda	Valor nominal unitário	Quantidade	Taxa de juro em vigor em 31.12.2006	Data de reembolso/ vencimento	Saldo em 31.12.2005	Reembolsos	Emissões	Saldo em 31.12.2006
CCAM	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	5,0000%	23-12-2011	12.000.000	-	-	12.000.000
C.C.A.M. Alcácer do Sal	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	30-11-2015	-	-	-	12.000.000
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,3000%	31-12-2014	10.000.000	-	-	10.000.000
C.C.A.M. Alcobaca	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	23-12-2011	9.975.958	-	-	9.975.958
C.C.A.M. Moravia	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	1,6875%	15-12-2015	8.000.000	-	-	8.000.000
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	31-12-2011	7.968.745	-	-	7.968.745
CCCAM	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,7500%	28-04-2008	7.696.800	-	-	7.696.800
C.C.A.M. Alto Guadiana	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	23-10-2011	7.481.968	-	-	7.481.968
CCCAM	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	1,0000%	28-04-2010	7.459.134	-	-	7.459.134
CCCAM	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,7500%	28-04-2009	6.340.260	-	-	6.340.260
C.C.A.M. Bairrada e Agueira	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	16-06-2013	6.000.000	-	-	6.000.000
C.C.A.M. Salvaterra de Magos	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	28-12-2007	5.000.000	-	-	5.000.000
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	31-12-2010	5.000.000	-	-	5.000.000
C.C.A.M. Bairrada e Agueira	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	05-05-2011	5.000.000	-	-	5.000.000
C.C.A.M. Bairrada e Agueira	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	05-05-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
C.C.A.M. Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	1,6875%	16-06-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
C.C.A.M. Alcobaca	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	23-12-2009	4.987.979	-	-	4.987.979
C.C.A.M. Albergaria e Sever	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	31-05-2010	4.500.000	-	-	4.500.000
C.C.A.M. Beira Baixa ( Sul )	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	15-05-2013	-	4.000.000	-	4.000.000
C.C.A.M. Beira Centro	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,2500%	29-07-2008	3.990.383	-	-	3.990.383
C.C.A.M. Área Metropolitana do Porto	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	23-12-2011	3.491.585	-	-	3.491.585
C.C.A.M. Baixo Vouga	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	30-11-2009	3.000.000	-	-	3.000.000
C.C.A.M. Alcobaca	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	23-12-2008	2.992.787	-	-	2.992.787
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	31-12-2012	2.493.990	-	-	2.493.990
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	31-12-2013	2.493.990	-	-	2.493.990
C.C.A.M. Silves	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	16-12-2009	2.000.000	-	-	2.000.000
C.C.A.M. Alto Guadiana	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	23-10-2011	1.246.995	-	-	1.246.995
C.C.A.M. Região do Fundão e Sabugal	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	10-11-2007	1.995.192	997.596	-	997.596
C.C.A.M. Alto Guadiana	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	23-10-2011	748.197	-	-	748.197
C.C.A.M. Lafões	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,5000%	30-09-2007	1.496.394	748.197	-	748.197
C.C.A.M. C. da Rainha, Óbidos e Peniche	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	0,3000%	29-10-2007	748.197	-	-	748.197
C.C.A.M. Cantanhede e Mira	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	-	20-01-2006	500.000	500.000	-	-
C.C.A.M. C. da Rainha, Óbidos e Peniche	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	-	31-05-2006	5.736.176	5.736.176	-	-
C.C.A.M. Alto Corço e Tâmega	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	-	12-10-2006	498.798	498.798	-	-
C.C.A.M. Alto Corço e Tâmega	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	-	15-10-2006	1.496.394	1.496.394	-	-
C.C.A.M. Nelas e Carregal do Sal	Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M	Eur	-	-	-	02-11-2006	1.500.000	1.500.000	-	-
<b>Empréstimos concedidos pelo F.G.C.A.M</b>							<b>153.839.921</b>	<b>11.477.160</b>	<b>4.000.000</b>	<b>158.362.761</b>
CCCAM	Tít. Investimento/2004	Eur	500,00	46,000	4,3750%	19-03-2009	23,000,000	-	-	23,000,000
CCCAM	Tít. Investimento/2005	Eur	500,00	16,000	4,2500%	06-06-2010	10,000,000	2,000,000	-	8,000,000
CCCAM	Tít. Investimento/2006	Eur	500,00	0,000	4,5000%	28-12-2011	0,000,000	-	5,000,000	5,000,000
<b>Títulos da Caixa Central subscritos pelas Caixas Associadas *</b>							<b>-18.648,000</b>	<b>8.472,000</b>	<b>-</b>	<b>-27.120,000</b>
<b>Títulos de Investimento emitidos pela Caixa Central</b>							<b>14.352,000</b>	<b>10.472,000</b>	<b>5.000,000</b>	<b>8.880,000</b>
C.C.A.M. C. da Rainha, Óbidos e Peniche	Tít. Investimento/2005	Eur	5,00	1.000,000	4,5000%	11-08-2010	5,000,000	-	-	5,000,000
C.C.A.M. Bairrada e Agueira	Tít. Investimento/2006	Eur	5,00	1.000,000	4,5500%	28-12-2013	-	-	5,000,000	5,000,000
C.C.A.M. Guadiana Interior	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	800,000	4,0000%	01-07-2010	4,000,000	-	-	4,000,000
C.C.A.M. Alto Minho	Tít. Investimento/2004	Eur	500,00	6,000	4,0000%	31-12-2009	3,000,000	-	-	3,000,000
C.C.A.M. Alto Minho	Tít. Investimento/2003	Eur	500,00	5,000	4,0000%	31-12-2008	2,500,000	-	-	2,500,000
C.C.A.M. Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	500,000	6,0000%	31-03-2009	2,500,000	-	-	2,500,000
C.C.A.M. Vagos	Tít. Investimento/2005	Eur	5,00	500,000	4,7790%	15-07-2010	2,500,000	-	-	2,500,000
C.C.A.M. Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Tít. Investimento/2006	Eur	5,00	500,000	4,7500%	31-03-2011	1,666,150	-	2,500,000	2,500,000
C.C.A.M. Ajuste e Almodovar	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	333,230	4,0000%	31-12-2009	1,666,150	-	-	1,666,150
C.C.A.M. Satião e Vila Nova de Paiva	Tít. Investimento/2002	Eur	5,00	300,000	4,9100%	05-09-2007	1,500,000	-	-	1,500,000
C.C.A.M. Barcelos	Tít. Investimento/2003	Eur	500,00	3,000	4,0000%	30-06-2007	1,500,000	-	-	1,500,000
C.C.A.M. Santo Tirso	Tít. Investimento/2004	Eur	500,00	3,000	-	n.d.	1,500,000	-	-	1,500,000
C.C.A.M. Albufeira	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	300,000	3,7500%	01-10-2009	1,500,000	-	-	1,500,000
C.C.A.M. Cantanhede e Mira	Tít. Investimento/2005	Eur	5,00	278,900	3,5000%	20-12-2010	1,394,500	-	-	1,394,500
C.C.A.M. Baixo Mondego	Tít. Investimento/2004	Eur	100,00	12,600	5,2500%	22-05-2007	1,260,000	-	-	1,260,000
C.C.A.M. Pombal	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	240,000	4,7500%	19-11-2009	1,200,000	-	-	1,200,000
C.C.A.M. Terra Quente	Tít. Investimento/2004	Eur	500,00	2,152	3,7410%	31-12-2009	1,076,000	-	-	1,076,000
C.C.A.M. Montalegre	Tít. Investimento/2002	Eur	5,00	200,000	3,5000%	15-09-2007	1,000,000	-	-	1,000,000
C.C.A.M. Alcanhões	Tít. Investimento/2005	Eur	100,00	10,000	5,4375%	31-12-2010	1,000,000	-	-	1,000,000
C.C.A.M. Terras do Sousa, Ave. Basto e Tâmega	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	190,500	5,6250%	02-01-2007	952,500	-	-	952,500
C.C.A.M. Barcelos	Tít. Investimento/2006	Eur	500,00	1,676	4,1000%	30-03-2012	-	-	838,000	838,000
C.C.A.M. Vale de Cambra	Tít. Investimento/2003	Eur	5,00	150,000	4,0000%	31-12-2008	750,000	-	-	750,000
C.C.A.M. Albufeira	Tít. Investimento/2006	Eur	5,00	150,000	3,7500%	01-10-2011	-	-	750,000	750,000
C.C.A.M. Nelas e Carregal do Sal	Tít. Investimento/2003	Eur	5,00	140,900	4,6800%	01-05-2008	704,500	-	-	704,500
C.C.A.M. Campo Maior	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	135,800	4,0625%	30-06-2009	679,000	-	-	679,000
C.C.A.M. Ponte Sôr	Tít. Investimento/2005	Eur	5,00	123,300	4,4000%	30-09-2010	616,500	-	-	616,500
C.C.A.M. Lamego e Castro Daire	Tít. Investimento/2005	Eur	500,00	1,225	3,8500%	31-12-2008	612,500	-	-	612,500
C.C.A.M. Ovar	Tít. Investimento/2000	Eur	5,00	120,310	-	21-04-2006	1,203,100	601,550	-	601,550
C.C.A.M. Albufeira	Tít. Investimento/2005	Eur	5,00	100,000	3,7500%	01-10-2010	500,000	-	-	500,000
C.C.A.M. Norte Alentejano	Tít. Investimento/2002	Eur	5,00	80,000	2,5000%	31-03-2007	400,000	-	-	400,000
C.C.A.M. Serras de Ansião	Tít. Investimento/2003	Eur	5,00	79,200	4,0000%	31-03-2009	396,000	-	-	396,000
C.C.A.M. Serras de Ansião	Tít. Investimento/2004	Eur	5,00	50,000	3,7500%	01-10-2010	250,000	-	-	250,000
C.C.A.M. Beira Baixa ( Sul )	Tít. Investimento/2002	Eur	5,00	49,300	3,8500%	31-03-2007	246,500	-	-	246,500
C.C.A.M. Vale do Távora	Tít. Investimento/2004	Eur	500,00	411	3,0000%	31-12-2009	205,500	-	-	205,500
C.C.A.M. Serras de Ansião	Tít. Investimento/2005	Eur	5,00	40,000	4,0000%	01-12-2010	200,000	-	-	200,000
C.C.A.M. Beira Baixa ( Sul )	Tít. Investimento/2001	Eur	5,00	11,500	3,8500%	31-03-2007	57,500	-	-	57,500
C.C.A.M. Guadiana Interior	Tít. Investimento/2006	Eur	5,00	2,700	5,0000%	02-05-2012	-	-	13,500	13,500
C.C.A.M. Alcácer do Sal	Tít. Investimento/2001	Eur	500,00	0	-	30-06-2006	2,500,000	2,500,000	-	-
C.C.A.M. Alto Minho	Tít. Investimento/2001	Eur	500,00	461	2,7500%	31-12-2006	230,500	230,500	-	-
CCCAM	Tít. Investimento/2004	Eur	500,00	1,200	-	30-11-2006	600,000	600,000	-	-
<b>Títulos de Investimento emitidos pelas CCAMs</b>							<b>45.200,750</b>	<b>3.932,050</b>	<b>9.101,500</b>	<b>50.370,200</b>
<b>TOTAL EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS</b>							<b>213.392,671</b>	<b>25.881,210</b>	<b>18.101,500</b>	<b>217.612,961</b>

\* títulos subscritos pelas CCAMs e posteriormente alienados a seus clientes no exercício  
n.d.: não disponível

## 23 - RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

### Passivos eventuais e Compromissos

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados		
- Garantias prestadas	267.071.198	270.226.105
- Transacções com recurso	1.476.712	1.956.990
- Créditos documentários	8.992.232	10.249.196
- Fianças	161.967	186.907
Garantias reais – Activos dados em garantia		
- Títulos	15.411.058	15.620.470
- Outros activos	750.000	750.449
Outros passivos eventuais	31.939.792	49.504.779
	-----	-----
	325.802.959	348.494.896
	-----	-----
Compromissos		
- Linhas de crédito irrevogáveis	572.445.256	554.785.474
- Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização a Investidores	593.402	603.802
- Outros compromissos irrevogáveis	24.463.490	17.190.205
- Linhas de crédito revogáveis	355.155.269	411.516.273
- Facilidades de descoberto em conta	4.474.119	7.524.388
- Outros compromissos revogáveis	1.036.577	5.109.920
	-----	-----
	958.168.113	996.730.062
	-----	-----
	1.283.971.072	1.345.224.958
	=====	=====

As Garantias emitidas pela Caixa Central e CCAMs, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

A rubrica "Garantias reais - Activos dados em garantia - títulos" refere-se aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura da linha de crédito intradiária disponibilizada pelo Banco de Portugal que em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 ascendia a 15.000.000 Euros.

Os compromissos, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da Caixa Central com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

Dada a sua natureza os compromissos assumidos e garantias prestadas não representam necessariamente requisitos futuros de liquidez.

## 24 - MOVIMENTO NAS PROVISÕES

O movimento verificado na rubrica de provisões, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2005	Reforços	Reposições	Utilizações	Transferências	Ajustam.por dif. cambiais e outros	Saldo em 31.12.2006
<b>Provisões para:</b>							
Crédito de cobrança duvidosa							
- de crédito sobre clientes	49.699.602	49.137.756	45.723.688	924.272	4.585.282	1.367.815	58.142.495
- de outros activos	15.984.597	1.357.256	694.783	958.928	976.484	(3.545)	16.661.081
Crédito vencido							
- de crédito sobre clientes	348.173.085	167.721.605	116.988.500	174.620.207	119.995	(994.795)	223.411.183
- de títulos	174.579	1.729	1.729	174.579	-	-	-
Depreciação de títulos de investimento	761.186	3.393.343	1.226.145	4.397	(332.571)	-	2.591.416
Risco - país	264.898	-	241.027	-	-	(23.871)	-
Outras aplicações	27.632.256	6.777.314	3.351.040	4.381.733	(48.959)	(170.012)	26.457.826
Participações	2.310.389	124.948	113.105	-	19.418	-	432.768
Riscos gerais de crédito	62.030.040	47.687.692	41.174.376	1.834.282	(1.894.009)	(23.876)	64.791.189
Outros riscos e encargos	6.129.625	3.777.759	2.485.806	1.382.591	(741.678)	(33.651)	5.263.658
Riscos bancários gerais	43.993.231	19.824.521	17.620.833	323.155	(2.683.962)	(450.241)	42.739.561
	<b>557.153.488</b>	<b>299.803.923</b>	<b>229.621.032</b>	<b>184.604.144</b>	<b>-</b>	<b>100.592</b>	<b>442.832.827</b>
	Saldo em 31.12.2004	Reforços	Reposições	Utilizações	Transferências	Ajustam.por dif. cambiais e outros	Saldo em 31.12.2005
<b>Provisões para:</b>							
Crédito de cobrança duvidosa							
- de crédito sobre clientes	38.427.012	36.686.874	34.282.248	116.021	11.962.317	(2.978.332)	49.699.602
- de outros activos	14.170.611	1.344.903	625.185	55.880	(1.509)	1.151.657	15.984.597
Crédito vencido							
- de crédito sobre clientes	317.337.121	138.156.029	91.448.750	20.174.082	735.545	3.567.222	348.173.085
- de títulos	174.579	-	-	-	-	-	174.579
Depreciação de títulos de negociação	1.538.163	153.864	1.708.456	-	-	16.429	-
Depreciação de títulos de investimento	29.659	1.449.241	295.887	421.827	-	-	761.186
Risco - país	229.425	-	307	-	-	35.780	264.898
Outras aplicações	24.646.917	6.655.345	2.908.462	2.776.369	1.292.295	722.530	27.632.256
Participações	2.538.716	790.471	48.622	88.332	(852.048)	(29.796)	2.310.389
Riscos gerais de crédito	62.494.669	44.945.566	42.891.148	207.289	(2.032.339)	(279.419)	62.030.040
Outros riscos e encargos	10.273.825	4.769.338	2.843.010	1.130.929	(5.808.555)	868.956	6.129.625
Riscos bancários gerais	33.428.601	21.139.300	4.753.448	-	(5.295.706)	(525.516)	43.993.231
	<b>505.289.298</b>	<b>256.090.931</b>	<b>181.805.523</b>	<b>24.970.729</b>	<b>-</b>	<b>2.549.511</b>	<b>557.153.488</b>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Provisões para riscos e encargos" tem a seguinte composição:

	2006	2005
- Riscos fiscais	1.003.266	2.291.573
- Riscos de crédito	1.146.615	1.056.836
- Comissões a pagar	272.044	204.033
- Cheques extraviados	240.549	268.545
- Impostos diferidos passivos relativos à reavaliação cambial a prazo	6.235	104.023
- Impostos diferidos passivos relativos à reavaliação de imobilizado	58.274	59.906
- Provisões para riscos gerais de crédito	64.791.189	62.030.040
- Provisões para pensões e encargos similares	-	92.986
- Outros riscos e encargos	2.536.675	2.051.723
	-----	-----
	70.054.847	68.159.665
	=====	=====

O Fundo para Riscos Bancários Gerais destina-se a fazer face aos seguintes riscos:

	2006	2005
Riscos de crédito	23.465.487	21.590.199
Riscos fiscais	2.500.000	2.500.000
Riscos operacionais	16.774.074	19.903.032
	-----	-----
	42.739.561	43.993.231
	=====	=====

## 27 - CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Contas de regularização do Activo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Proveitos a receber		
- De disponibilidades	2.809	12.092
- De aplicações	4.137.512	1.611.857
- De crédito interno	48.092.709	42.008.577
- De crédito ao exterior	43.107	935.491
- De títulos	16.656.317	18.230.989
- De devedores diversos	2.860.150	3.262.378
- De operações extrapatrimoniais	1.663	3.945
- Outros proveitos a receber	1.700.752	693.380
	-----	-----
	73.495.019	66.758.709
	-----	-----
Despesas com custo diferido		
- Operações de venda com acordo de recompra	1.533.703	-
- Recursos Alheios	96.596	97.613
- Seguros	1.045.237	622.119
- Rendas e alugueres	34.446	28.045
- Campanha de Publicidade	9.780	14.904
- Assistência técnica	1.650.589	1.165.948
- Licenças	662.980	690.787
- Outras	2.154.021	1.230.775
	-----	-----
	7.187.352	3.850.191
	-----	-----
Operações a regularizar		
- Operações sobre valores mobiliários a regularizar	20.453.590	31.669.877
- Economato	215.359	285.316
- IRC Pagamentos por conta	390.672	129.496
- Caixas automáticas multibanco (compensação ATM)	32.511.433	28.951.981
- Acordos protocolares	9.062.558	12.004.828
- Outras operações a regularizar	4.014.429	6.975.813
	-----	-----
	66.648.041	80.017.311
	-----	-----
	147.330.412	150.626.211
	=====	=====

## Contas de regularização do Passivo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Custos a pagar		
- De débitos para com instituições de crédito	202.751	36.822
- De débitos para com clientes	40.601.576	27.580.922
- De passivos subordinados	917.765	653.930
- De custos administrativos	17.209.974	16.105.318
- Outros credores	315.205	304.443
- Outros custos a pagar	351.800	405.767
	-----	-----
	59.599.071	45.087.202
	-----	-----
Receitas com proveito diferido		
- De crédito	1.693.440	1.763.573
- De títulos	3.650.522	1.317.756
- De operações extrapatrimoniais	804.270	840.490
- Outras	515.161	92.981
	-----	-----
	6.663.393	4.014.800
	-----	-----
Operações a regularizar		
- Operações sobre valores mobiliários a regularizar	20.387.648	31.641.986
- IRC pagamentos por conta	221.074	316.000
- Valores cobrados - efeitos	467.147	651.963
- Valores cobrados – sistema de débitos directos (SDD)	4.743.222	2.696.294
- Sobras de caixa	372.836	259.248
- Cartão visa electron	22.847	6.236.814
- Transito – Real time	6.895.783	196.779
- Acordos protocolares	12.334.911	14.121.762
- Outras operações a regularizar	6.616.742	9.894.779
	-----	-----
	52.062.210	66.015.625
	-----	-----
	118.324.674	115.117.627
	=====	=====

## 29 – CAPITAL, RESERVAS E INTERESSES MINORITÁRIOS

### Capital subscrito

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal de 5 Euros, é de 678.193.351 Euros subscrito, faltando realizar 3.759 Euros em 31 de Dezembro de 2006.

De acordo com o disposto no Código Cooperativo, no Regime Jurídico das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) bem como pelos Estatutos das Caixas os membros têm o direito de exigir o reembolso dos títulos de capital desde que se verifiquem as seguintes condições descritas no art.º17 do RJCAM:

- a) O pedido ter sido apresentado por escrito, com antecedência mínima de 90 dias;
- b) Terem decorrido pelo menos três anos desde a realização dos títulos de capital;
- c) O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital estatutário, correspondia às seguintes Caixas:

	<u>Capital subscrito</u>
C.C.A.M. Santiago do Cacém	41.170.525
C.C.A.M. de Pombal	40.243.865
C.C.A.M. Batalha	26.047.220
C.C.A.M. Açores	25.690.255
C.C.A.M. Região de Bragança	19.179.075
C.C.A.M. do Baixo Mondego	15.639.465
C.C.A.M. P.Varzim, V.Conde e Esposende	14.559.660
C.C.A.M. do Sotavento Algarvio	13.323.680
C.C.A.M. C. da Rainha, Óbidos e Peniche	13.248.095
C.C.A.M. S. João da Pesqueira	11.998.080
C.C.A.M. do Guadiana Interior	11.644.830
C.C.A.M. de Vale de Sousa e Baixo Tâmega	11.415.650
C.C.A.M. de Terras de Sousa, Ave, Basto e Tâmega	11.118.775
C.C.A.M. Coruche	9.551.110
C.C.A.M. Alto Minho	9.549.370
C.C.A.M. Águeda	9.361.260
C.C.A.M. da Zona do Pinhal	9.261.480
C.C.A.M. Alenquer	8.865.725
C.C.A.M. da Terra Quente	8.377.395
C.C.A.M. Coimbra	8.356.580
C.C.A.M. de Cantanhede e Mira	8.355.850
C.C.A.M. Seia	8.296.435
C.C.A.M. do Minho	8.058.590
C.C.A.M. Porto de Mós	7.837.315
C.C.A.M. Ribatejo Norte	7.248.105
C.C.A.M. de Moravis	7.247.105
C.C.A.M. Lourinhã	7.245.510
C.C.A.M. Costa Verde	7.217.065
C.C.A.M. Salvaterra de Magos	7.168.695
C.C.A.M. Região do Fundão e Sabugal	6.979.960
C.C.A.M. Alcobaça	6.880.305
C.C.A.M. Amares	6.862.050
C.C.A.M. da Bairrada e Agueira	6.792.180

	<u>Capital subscrito</u>
C.C.A.M. de Lamego e Castro Daire	6.766.945
C.C.A.M. Alto Corgo e Tâmega	6.444.455
C.C.A.M. Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo	6.264.445
C.C.A.M. de Vale do Távora	6.130.095
C.C.A.M. Ferreira do Alentejo	6.001.715
C.C.A.M. S.Bart.Messin. e S.Marcos Serra	5.988.855
C.C.A.M. Cadaval	5.982.865
C.C.A.M. do Vale do Douro	5.922.780
C.C.A.M. Loures	5.597.995
C.C.A.M. do Vale do Dão	5.392.585
C.C.A.M. de Silves	5.353.155
C.C.A.M. Alto Douro	5.272.780
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul)	5.210.850
C.C.A.M. Vagos	4.867.260
C.C.A.M. Arruda dos Vinhos	4.828.515
C.C.A.M. Ovar	4.766.945
C.C.A.M. do Ribatejo Sul	4.761.365
C.C.A.M. do Algarve	4.711.991
C.C.A.M. de São Teotónio	4.630.980
C.C.A.M. Arouca	4.539.110
C.C.A.M. Sousel	4.326.600
C.C.A.M. Sintra e Litoral	4.265.740
C.C.A.M. Vila Nova de Famalicão	4.255.615
C.C.A.M. Área Metropolitana do Porto	3.955.200
C.C.A.M. Sobral de Monte Agraço	3.934.780
C.C.A.M. Lafões	3.869.710
C.C.A.M. Azambuja	3.866.870
C.C.A.M. Viseu - Tondela	3.839.780
C.C.A.M. Elvas	3.822.680
C.C.A.M. Oliveira de Azeméis	3.783.775
C.C.A.M. Fornos de Algodres	3.672.150
C.C.A.M. Beja e Mértola	3.664.840
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	3.637.095
C.C.A.M. Albufeira	3.564.890
C.C.A.M. Barcelos	3.500.405
C.C.A.M. Santo Tirso	3.455.060
C.C.A.M. Vila Franca de Xira	3.440.595
C.C.A.M. do Alto Guadiana	3.302.215
C.C.A.M. Vila Verde e Terras do Bouro	3.177.050
C.C.A.M. de Portalegre e Alter do Chão	3.101.785
C.C.A.M. Borba	3.079.450
C.C.A.M. Armamar e Moimenta da Beira	3.070.935
C.C.A.M. Estremoz	3.040.405
C.C.A.M. Tramagal	2.932.495
C.C.A.M. da Guarda e Celorico da Beira	2.876.665
C.C.A.M. Évora	2.858.875
C.C.A.M. Aljustrel e Almodovar	2.848.700
C.C.A.M. Ponte Sôr	2.839.955
C.C.A.M. Oliveira do Bairro	2.835.340
C.C.A.M. Montalegre	2.831.115
C.C.A.M. do Baixo Vouga	2.810.515
C.C.A.M. Satão e Vila Nova de Paiva	2.783.565
C.C.A.M. do Norte Alentejano	2.763.950
C.C.A.M. Cartaxo	2.717.340
C.C.A.M. Guimarães	2.640.710

Capital subscrito

C.C.A.M. Pernes	2.609.765
C.C.A.M. de Albergaria e Sever	2.522.630
C.C.A.M. Terras de Miranda do Douro	2.441.850
C.C.A.M. Vale de Cambra	2.435.705
C.C.A.M. Oliveira do Hospital	2.372.485
C.C.A.M. Estarreja	2.371.085
C.C.A.M. Anadia	2.270.250
C.C.A.M. Paredes	2.151.870
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	2.133.435
C.C.A.M. Vila Nova de Tazém	2.131.050
C.C.A.M. Faviaos	2.125.975
C.C.A.M. Tarouca	2.099.260
C.C.A.M. Nelas e Carregal do Sal	1.973.955
C.C.A.M. Serras de Ansião	1.936.525
C.C.A.M. Beira Centro	1.800.585
C.C.A.M. Alcanhões	1.619.410
C.C.A.M. Campo Maior	1.603.720

-----  
678.193.351  
=====

O movimento ocorrido nas contas de capitais próprios durante os exercícios de 2006 e 2005 foi como segue:

	Capital	Reservas				Reservas de Reavaliação	Resultados transitados	Resultado do exercício	Resultado Total	
	subscrito	Legais	Formação e educação	Mutualismo	Outras					Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2004</b>	<b>623.355.352</b>	<b>108.538.142</b>	<b>1.951.017</b>	<b>1.987.736</b>	<b>29.472.831</b>	<b>141.949.726</b>	<b>10.655.855</b>	<b>(214.353.094)</b>	<b>89.902.909</b>	<b>651.510.748</b>
Aplicação de resultados	-	29.474.840	539.182	152.727	36.505.175	66.671.924	-	23.230.985	(89.902.909)	-
Aumento de capital	31.765.483	-	-	-	(31.475.574)	(31.475.574)	-	-	-	289.909
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(2.117.560)	2.117.560	-	-
Ajustamentos de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	(8.723.165)	-	(8.723.165)
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	77.644.869	77.644.869
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>655.120.835</b>	<b>138.012.982</b>	<b>2.490.199</b>	<b>2.140.463</b>	<b>34.502.432</b>	<b>177.146.076</b>	<b>8.538.295</b>	<b>(197.727.714)</b>	<b>77.644.869</b>	<b>720.722.361</b>
Aplicação de resultados	-	20.182.452	218.337	152.020	27.287.239	47.840.048	-	29.804.821	(77.644.869)	-
Aumento de capital	23.072.516	-	-	-	(23.072.516)	(23.072.516)	-	-	-	-
Constituição da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	683.856	-	-	683.856
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(552.536)	552.536	-	-
Ajustamentos de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	(6.035.922)	-	(6.035.922)
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	85.245.626	85.245.626
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>678.193.351</b>	<b>158.195.434</b>	<b>2.708.536</b>	<b>2.292.483</b>	<b>38.717.155</b>	<b>201.913.608</b>	<b>8.669.615</b>	<b>(173.406.279)</b>	<b>85.245.626</b>	<b>800.615.921</b>

## Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

## Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

## Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreaajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

## Resultados Transitados

Para além da transferência do resultado de 2005, no montante de 29.804.820 Euros para cobertura dos prejuízos registados nesta rubrica, foi transferida, no final do exercício de 2006, para a conta de resultados transitados, a reserva de reavaliação já realizada, respeitante a imobilizado corpóreo, no valor de 552.536 Euros.

No exercício de 2006, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo <sup>(1)</sup>	85.567.209
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	10.573.923
	-----
	96.141.132
Resultados de diferenças de conciliação (Nota 3.2.)	( 677.170 )
Anulação de provisões	( 263.696 )
Outros ajustamentos de consolidação	376.446
	-----
Resultado Líquido do SICAM	95.576.712
<b>Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:</b>	
. CCCAM SGPS Unipessoal Lda	( 26.732 )
. FII CA Património Crescente	1.530.658
. FENACAM -Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	( 10.654 )
. Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	424.301
. Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	93.121
. Rural Informática-Serviços de Informática S.A.	17.233
. FII CA Imobiliário	( 65.812 )
. Crédito Agrícola SGPS S.A.	( 6.271 )
. Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	( 38.337 )
. Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	( 56.904 )
. Crédito Agrícola Dealer S.A.	303.415
	-----
	97.740.730
. Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas (Nota 6)	( 549.020 )
. Resultado da empresa filial excluída da consolidação – CA Vida (Nota 6)	5.677.821
. Resultado da empresa filial excluída da consolidação – CA Seguros (Nota 6)	3.678.234
. Anulação da reposição de provisões que as Caixas haviam contabilizado para as participações em entidades do Grupo	( 19.864.965 )
. Interesses minoritários	( 642.522 )
. Outros ajustamentos de consolidação	( 794.650 )
	-----
Resultado líquido do Grupo Crédito Agrícola	85.245.628
	=====

<sup>(1)</sup> Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação" apresenta a seguinte composição:

Resultados das empresas filiais excluídas da consolidação:	
. Crédito Agrícola Vida, S.A.	5.677.821
. Crédito Agrícola Seguros, S.A.	3.678.234
Outros	211.869
	-----
	9.567.924
	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os interesses minoritários apresentam a seguinte composição:

	<u>Balanço</u>		<u>Demonstração de Resultados</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Rural Informática	27.045	38.704	94	273
Fenacam	951	1.908	( 3 )	119
FII Património Crescente	18.801.045	2.391.838	661.397	19.212
Agrocapital SCR	220.632	239.598	( 18.966 )	( 10.402 )
Portugal Blue Chip Fund*	-	294	-	( 16 )
	-----	-----	-----	-----
	19.049.673	2.672.342	642.522	9.186
	=====	=====	=====	=====

\* O Portugal Blue Chip Fund encontra-se em processo de dissolução, tendo cessado a sua actividade em 2006.

O aumento dos interesses minoritários no Fundo FI Património Crescente deriva essencialmente da diminuição de 92,6% para 56,8% da participação do Grupo Crédito Agrícola no respectivo fundo, aquando do seu aumento de capital que ocorreu no exercício de 2006.

### 31 - OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

#### Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Outras Disponibilidades:		
Ouro	54.522	51.284
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	544.346	530.572
Outras disponibilidades	200	202
	-----	-----
	599.068	582.058
	-----	-----
Devedores:		
Bonificações	5.697.508	5.392.138
IVA a recuperar	10.517.369	10.187.511
IRC a recuperar	3.040.912	4.400.868
Devedores diversos	33.568.044	32.077.393
Aplicações:		
Imóveis recebidos em dação de créditos	166.456.239	132.405.123
Conta caução	1.380.972	729.924
Clientes de locação financeira	200.460	246.435
Devedores sobre futuros e opções	3.959	14.187
Outras aplicações	1.404.699	3.277.888
	-----	-----
	222.270.162	188.731.467
	-----	-----
	222.869.230	189.313.525
	-----	-----
Provisões:		
De devedores e outras aplicações	( 16.661.081 )	( 15.984.597 )
Depreciação aplicações por recuperação créditos	( 26.457.826 )	( 27.632.256 )
	-----	-----
	( 43.118.907 )	( 43.616.853 )
	-----	-----
	179.750.323	145.696.672
	=====	=====

O movimento de provisões encontra-se descrito na Nota 24.

Os imóveis recebidos em dação de créditos são normalmente mantidos em carteira por prazos que não excedem o limite previsto pelo Banco de Portugal. No caso de se prever a manutenção dos imóveis por um prazo superior a 2 anos, é especificamente requerida autorização para prorrogação desse prazo.

## Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Credores:		
Fornecedores	11.141.148	11.946.460
Credores por operações em cartões de crédito	1.723	6.795
Credores por operações sobre valores mobiliários	1.402.278	63.820
Credores diversos	16.685.041	19.258.564
	-----	-----
	29.230.190	31.275.639
	-----	-----
Outras Exigibilidades:		
Para com o Sector Público Administrativo	23.156.885	18.004.627
Cobranças por conta de terceiros	79.162	75.019
Contribuições para o S.A.M.S.	458.267	435.581
Contribuições para fundos de pensões	48.541	42.814
Outras exigibilidades	16.282	323.984
	-----	-----
	23.759.137	18.882.025
	-----	-----
	52.989.327	50.157.664
	=====	=====

## 34 - EFECTIVO MÉDIO DE COLABORADORES

A distribuição, por grandes categorias profissionais, do número médio de efectivos resume-se como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Funções de Direcção	153	154
Funções de Chefias Intermédias	726	708
Funções Técnicas	1.970	1.808
Funções Administrativas	841	918
Funções Auxiliares	298	309
	-----	-----
	3.988	3.897
	=====	=====

### 35 - REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações pagas pelas entidades do Grupo aos membros dos órgãos de Administração, Gestão e Fiscalização, no exercício de 2006, ascenderam a 8.386.277 Euros.

Os créditos concedidos a membros dos órgãos acima referidos ascendem, em 31 de Dezembro de 2006, a cerca de 5.558.145 Euros.

Os compromissos assumidos perante os referidos Órgãos, respeitante, nomeadamente, à parte não utilizada de aberturas de crédito, ascendem a 1.536.966 Euros.

### 37 - MONTANTE GLOBAL DOS ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os contravalores em Euros dos elementos do activo e do passivo, expressos em moeda estrangeira, convertidos ao câmbio em vigor à data de balanço, eram os seguintes:

	2006			2005		
	Dólares americanos	Outros	Total	Dólares americanos	Outros	Total
<b>ACTIVO</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	664 568	3 595 353	4 259 920	518 366	2 553 214	3 071 580
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 083 750	2 050 974	3 134 724	1 499 109	2 795 204	4 294 313
Outros créditos sobre instituições de crédito	27 391 480	27 711 652	55 103 132	21 223 771	6 277 428	27 501 199
Créditos sobre clientes	364 918	94 282	459 200	1 675 306	195 271	1 870 577
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			0			0
Acções e Participações	5 690		5 690			0
Outros activos	785 137	2 300 476	3 085 613	454 814	1 713 936	2 168 750
Contas de regularização	2 882 015	614 427	3 496 442	7 636 421	2 550 464	10 186 885
<b>Total do Activo (Euro)</b>	<b>33 177 558</b>	<b>36 367 164</b>	<b>69 544 722</b>	<b>33 007 787</b>	<b>16 085 517</b>	<b>49 093 304</b>
<b>PASSIVO</b>						
Débitos para com instituições de crédito	12 620 676	21 014 034	33 634 710	11 430 885	3 669 352	15 100 237
Débitos para com clientes	14 730 433	5 524 305	20 254 738	16 958 392	4 959 152	21 917 544
Outros passivos	318 738	35 746	354 484	447 275	23 339	470 614
Contas de regularização	3 633 981	5 604 697	9 238 678	4 409 007	7 400 404	11 809 411
<b>Total do Passivo (Euro)</b>	<b>31 303 828</b>	<b>32 178 782</b>	<b>63 482 610</b>	<b>33 245 559</b>	<b>16 052 247</b>	<b>49 297 806</b>

### 38 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A distribuição dos resultados por mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 era como segue:

2006							
Rubrica	Portugal	SFE Açores	SFE Madeira	IFI Cabo Verde	Guernsey	Anulações	Total
						Portugal/SFEA+ SFEM	
Juros e proveitos equiparados	517.066.709	652.653	79.053	535.605	11.437	(161.579)	518.183.878
Juros e custos equiparados	181.352.973	541.743	81.180	450.346	-	(161.579)	182.264.663
Comissões (proveito)	85.630.279	138.825	-	1.660	11.975	-	85.782.739
Comissões (custo)	8.475.559	3.115	6.038	13.520	50	-	8.498.282
Rendimento de títulos	504.583	-	-	-	-	-	504.583
Lucros em operações financeiras	9.804.656	219.718	59.314	102.664	-	-	10.186.352
Prejuízos em operações financeiras	6.143.450	220.543	47.756	104.096	-	-	6.515.845
Gastos gerais administrativos	225.136.634	60.003	-	102.523	51.803	-	225.350.963
Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação	9.567.924	-	-	-	-	-	9.567.924
Amortizações do exercício	31.194.589	-	-	847	-	-	31.195.436
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e p/compromissos	229.128.085	138.815	241.027	-	-	-	229.507.927
Reposições e anulações provisões p/imobilizações financeiras	113.105	-	-	-	-	-	113.105
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e p/outros riscos	299.576.391	65.733	-	36.851	-	-	299.678.975
Provisões para imobilizações financeiras	124.948	-	-	-	-	-	124.948
Outros proveitos de exploração	32.646.728	9.775	-	439	-	-	32.656.942
Outros custos de exploração	7.518.061	10.703	-	248	-	-	7.529.012
Ganhos extraordinários	8.762.564	2.690	-	-	4.805	-	8.770.059
Perdas extraordinárias	16.794.806	66.075	-	-	-	-	16.860.881
Impostos sobre os lucros	29.802.966	-	-	-	-	-	29.802.966
Outros impostos	1.512.986	20.402	30.000	-	-	-	1.563.388
Interesses minoritários	642.522	-	-	-	-	-	642.522
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>84.948.748</b>	<b>174.159</b>	<b>214.420</b>	<b>(68.063)</b>	<b>(23.636)</b>	-	<b>85.245.628</b>
Créditos sobre clientes	6.619.598.290	-	-	111.771	-	-	6.619.710.061
Débitos sobre clientes	8.582.533.220	-	630.019	24.616.410	-	-	8.607.779.649
Activo Líquido total	10.074.479.622	604.600	2.399.150	34.807.547	623.931	(18.744.034)	10.094.170.816

## 2005

Rubrica	Portugal	SFE Açores	SFE Madeira	Guernsey	Anulações		Total
					Portugal/SFEA+	SFEM	
Juros e proveitos equiparados	450.940.008	884.117	49.951	884	(49.671)		451.825.289
Juros e custos equiparados	(139.855.758)	(655.583)	(47.648)	-	49.671		(140.509.318)
Comissões (proveito)	63.557.928	133.860	4.229	16.927	-		63.712.944
Comissões (custo)	(6.298.881)	(6.037)	(8.396)	(1.047)	-		(6.314.361)
Rendimento de títulos	159.482	-	-	884	-		160.366
Lucros em operações financeiras	12.427.747	1.335.564	86.841	-	-		13.850.152
Prejuízos em operações financeiras	(9.311.373)	(1.259.156)	(112.660)	-	-		(10.683.189)
Gastos gerais administrativos	(200.327.986)	(59.963)	-	(42.319)	-		(200.430.268)
Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação	6.241.835	-	-	-	-		6.241.835
Amortizações do exercício	(27.470.534)	-	-	-	-		(27.470.534)
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e p/compromissos	181.626.610	130.291	-	-	-		181.756.901
Reposições e anulações provisões p/imobilizações financeiras	48.622	-	-	-	-		48.622
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e p/outros riscos	(255.196.330)	(104.130)	-	-	-		(255.300.460)
Provisões para imobilizações financeiras	(790.471)	-	-	-	-		(790.471)
Outros proveitos de exploração	29.411.609	42.233	-	-	-		29.453.842
Outros custos de exploração	(7.201.102)	(47)	-	-	-		(7.201.149)
Ganhos extraordinários	13.492.893	219	-	391.600	-		13.884.712
Perdas extraordinárias	(11.223.337)	(49.949)	-	-	-		(11.273.286)
Impostos sobre os lucros	(22.467.121)	-	-	-	-		(22.467.121)
Outros impostos	(791.342)	(19.109)	(30.000)	-	-		(840.451)
interesses minoritários	(9.186)	-	-	-	-		(9.186)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>76 963 313</b>	<b>372 310</b>	<b>( 57 683)</b>	<b>366 929</b>			<b>77 644 869</b>
Créditos sobre clientes	6.412.615.216	436.817					6.413.052.033
Débitos sobre clientes	8.112.463.762	14.895.138	660.127	-			8.128.019.027
Activo Líquido total	9.344.682.465	28.991.034	2.318.623	618.173	(6.722.860)		9.369.887.435

### 39 - OUTROS CUSTOS E PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO E EXTRAORDINÁRIOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Rendimento de imóveis	459.909	239.103
Proveitos pela prestação de serviços diversos	4.375.335	3.536.609
Reembolso de despesas	2.999.048	3.284.066
Ganhos na alienação de activos adquiridos por recuperação de créditos	9.042	116.473
Recuperação créditos, juros e despesas	14.049.418	13.327.457
Mais valias em bens de locação financeira	24.070	41.907
Outros proveitos	10.740.120	8.908.227
	-----	-----
	32.656.942	29.453.842
	=====	=====
<b>Outros custos de exploração</b>		
Quotizações e donativos	1.914.243	1.855.527
Despesas confidenciais	344.630	591.067
Outros	5.270.139	4.754.555
	-----	-----
	7.529.012	7.201.149
	=====	=====
<b>Ganhos extraordinários</b>		
Mais-valias na realização valores imobilizados	1.700.424	2.088.934
Indemnizações por incumprimento de contratos	42.792	29.925
Ganhos relativos a exercícios anteriores	3.160.448	4.450.226
Excesso de estimativa para impostos sobre lucros	830.215	1.871.315
Regularizações de IVA de 2002 e 2004	147.781	-
Mais-valias na venda de imóveis	749.834	485.150
Outros ganhos extraordinários	2.138.565	4.959.162
	-----	-----
	8.770.059	13.884.712
	-----	-----
<b>Perdas extraordinárias</b>		
Perdas relativas a exercícios anteriores	4.307.181	2.696.308
Anulação de juros	6.826.518	7.044.848
Multas e outras penalidades legais	112.439	113.367
Menos-valias na realização de valores imobilizados	263.535	58.340
Outras perdas em valores imobiliários	156.681	27.405
Crédito abatidos ao activo ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado (Lei 60-A)	1.104.214	-
Menos-valias na venda de imóveis	1.089.973	15.530
Outras perdas extraordinárias	3.000.340	1.317.488
	-----	-----
	16.860.881	11.273.286
	-----	-----
Resultados extraordinários	( 8.090.822 )	2.611.426
	=====	=====

#### 40 – ENCARGOS COM PASSIVOS SUBORDINADOS

Os encargos imputados no exercício, referentes à emissão de títulos de investimento e a empréstimos obrigacionistas, ascenderam a 35.952 Euros e a 3.516.634 Euros, respectivamente.

O montante de juros atribuídos no exercício aos subscritores, mas ainda não pagos ascendeu a 917.765 Euros.

#### 41 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é individualmente determinado e pago por cada uma das Caixas Agrícolas e empresas do grupo.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal das entidades que integram o Grupo durante um período de quatro anos para os exercícios posteriores a 2000, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

A carga fiscal do Grupo nos últimos três anos foi a seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Carga fiscal imputada	29.802.966	22.467.121	19.281.758
Carga fiscal paga	22.010.348	17.827.640	15.452.902
Carga fiscal a pagar	7.792.618	4.639.481	3.828.856

#### 45 - OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

As operações de locação financeira realizadas pela Caixa Central com clientes ascendem a 112.181.783 Euros e estão relevadas na rubrica 4 – “Créditos sobre clientes”, do Activo do Balanço, sendo 70.828.115 Euros de contratos de locação financeira mobiliária e 41.353.668 Euros de contratos de locação financeira imobiliária.

A Caixa Central tinha em 31 de Dezembro de 2006, contratos de locação financeira mobiliária com as Caixas Agrícolas, a Fenacam, a CA Consult e a Rural Informática, no valor de 562.889 Euros, 370.180 Euros, 32.151 Euros e 29.728 Euros, respectivamente.

Os contratos de locação financeira mobiliária realizados pela Rural Rent com clientes ascendem a 274.003 Euros e estão relevados na rubrica 16 – “Outros Activos”, do Activo do Balanço.

Em 31 de Dezembro de 2006, a Rural Rent tinha contratos de locação financeira mobiliária com a Caixa Central e as Caixas Agrícolas, no valor de 75.482 Euros e com a Fenacam e a Rural Informática, no valor de 23.598 Euros e 5.078 Euros, respectivamente.

#### 49 – RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA

A cobertura de responsabilidades relativas aos complementos de pensões de reforma e sobrevivência dos colaboradores do Grupo Crédito Agrícola Mútuo está a cargo de um Fundo de Pensões. Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial S.A.

A Caixa Central regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscrito. No exercício de 2006, de acordo com a informação recebida da Seguros Fidelidade - Mundial S.A., a contribuição do Grupo Crédito Agrícola que foi registada como custo ascendeu a 681.122 Euros (Nota 56). Contudo, a Caixa Central não dispõe de uma estimativa individualizada das responsabilidades por serviços passados com complementos de reforma para cada Caixa que integra o SICAM. Os dados relativos à totalidade do SICAM são apresentados abaixo.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes no Fundo está assim distribuído:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Pessoal no activo	3.928	3.876
Licenças sem vencimento	23	28
Reformados antecipadamente	30	13
Reformados por velhice	138	130
Reformados por invalidez	70	69
Pensionistas por viuvez	35	33
Pensionistas por orfandade	17	14

Na avaliação actuarial, utilizaram-se os seguintes pressupostos financeiros e demográficos, idênticos aos utilizados no ano anterior:

Taxa de crescimento salarial futura	3,00%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	4,50%
Taxa de rendimento do Fundo	6,00%
Taxa técnica actuarial (de desconto)	6,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%
Taxa de revalorização de salários p/a Seg. Social - D.L. n.º35/02	2,25%
Taxa de revalorização de salários p/a Seg. Social - D.L. n.º329/93	2,00%
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade da reforma	65 anos

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial, para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para estimativa do salário pensionável e, conseqüentemente, da pensão, utilizou-se a tabela do ACTV para o ano de 2006, considerando as promoções obrigatórias por antiguidade de acordo com a cláusula 15ª do ACTV, bem como as diuturnidades até à aposentação definidas na cláusula 81ª do mesmo documento.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado. Para o tempo de serviço total, a data a considerar é a utilizada no cálculo do nível e diuturnidades, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do "Projected Unit Credit" para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

Relativamente ao Fundo de Pensões, os valores do património do Fundo, assim como o seu nível de financiamento, são os seguintes:

Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2005	12.392.815
Rendimento líquido do Fundo	368.178
Contribuição entregue ao Fundo	1.579.141
Pensões de reforma pagas pelo Fundo	( 645.570 )
Pensões de Sobrevivência pagas pelo Fundo	( 48.079 )
	-----
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2006	13.646.485
	=====

As responsabilidades do Plano de Pensões com activos, reformados e pensionistas ascendiam, em 31 de Dezembro de 2006, a 11.590.171 Euros, sendo o valor do património do Fundo de Pensões de 13.646.485 Euros. Assim, naquela data e para os parâmetros em vigor, as responsabilidades encontravam-se totalmente constituídas com um grau de cobertura de 117,74%.

As responsabilidades são as seguintes:

Activos	3.712.774
Licenças sem vencimento	22.961
Reformados antecipadamente	382.046
Ex-participantes - Reforma por velhice	48.586
Reformados e pensionistas	7.423.804
	-----
	11.590.171
	=====

Em virtude de não terem aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, as entidades CA Dealer, CA Gest, CA Consult e Agrocapital SCR não têm responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral de Segurança Social.

## 50 - DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação activas num montante de 45.717.151 Euros e passivas no montante de 3.974.439 Euros, foram apuradas sobre as seguintes entidades:

	Capital próprio <sup>(1)</sup>	% de participação adquirida	Capitais próprios adquiridos	Custo de aquisição	Diferenças de consolidação	
					positivas	negativas
Geradas em exercícios anteriores:						
Crédito Agrícola Gest	1.419.712	100,00%	1.419.712	2.060.128	640.416	-
Rural Rent	(217.053)	100,00%	(217.053)	204.868	421.921	-
Crédito Agrícola Dealer S.A.	13.305.324	100,00%	13.305.324	57.586.217	44.280.893	-
FENACAM	1.921.008	99,94%	1.919.855	41.267	-	1.878.588
Rural Informática	8.844.163	99,45%	8.795.520	6.699.669	-	2.095.851
FII CA Património Crescente <sup>(2)</sup>	41.153.640	56,79%	23.371.152	23.745.073	373.921	-
					<u>45.717.151</u>	<u>3.974.439</u>

<sup>(1)</sup> Capital próprio na data de apuramento da primeira consolidação

<sup>(2)</sup> Entidade consolidada pela primeira vez em 31 de Dezembro de 2005 (Nota 29).

## 51 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Caixa	90.959.385	83.879.228
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	192.875.587	135.693.499
	-----	-----
	283.834.972	219.572.727
	=====	=====

A rubrica de Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu.

## 52 - DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	9.162.722	11.471.874
Cheques a cobrar	134.449.800	122.123.158
	-----	-----
	143.612.522	133.595.032
	-----	-----
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	8.153.181	4.602.319
Cheques a cobrar	1.246	7.286
Outras disponibilidades	-	777.871
	-----	-----
	8.154.427	5.387.476
	-----	-----
	151.766.949	138.982.508
	=====	=====

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras.

## 53 - JUROS E CUSTOS E PROVEITOS EQUIPARADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Juros e custos equiparados:</b>		
De Recursos Alheios:		
- Instituições de crédito no país	2.570.672	717.880
- Instituições de crédito no estrangeiro	2.883.645	372.545
- Depósitos	149.997.571	114.189.929
- Empréstimos	-	2.383
- Responsabilidades representadas por títulos	3.830	4.044
- Outros recursos	13.275	12.634
- Credores	21.650	20.224
	-----	-----
	155.490.643	115.319.639
	-----	-----
De Capitais Próprios e equiparados:		
- Títulos de participação	35.952	182.132
- Empréstimos subordinados	3.516.634	2.603.205
	-----	-----
	3.552.586	2.785.337
	-----	-----
De Outros:		
- Compromissos assumidos por terceiros	15.697	15.726
- Contribuições para FGCAM	13.774.550	13.417.944
- Outros	9.431.187	8.970.672
	-----	-----
	23.221.434	22.404.342
	-----	-----
	182.264.663	140.509.318
	=====	=====
<b>Juros e proveitos equiparados:</b>		
- Disponibilidades	4.815.566	3.312.479
- Instituições de crédito no país	6.733.420	1.767.242
- Instituições de crédito no estrangeiro	21.673.965	10.423.216
- Crédito interno	415.247.373	370.494.648
- Crédito ao exterior	173.815	1.927.148
- Títulos de negociação	250.131	71.177
- Títulos de investimento	27.348.150	35.199.359
- Títulos a vencimento	20.097.444	5.956.466
- Devedores e outras aplicações	96.832	255.035
- Crédito vencido	21.359.027	21.880.020
- Outros juros e proveitos equiparados	388.155	538.499
	-----	-----
	518.183.878	451.825.289
	=====	=====

## 54 - COMISSÕES (CUSTOS E PROVEITOS)

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Comissões - Custos</b>		
- Por serviços bancários de terceiros	2.639.055	2.144.211
- Por operações realizadas por terceiros	494.090	352.903
- Por oper. cambiais, taxa juro e sobre cotações	-	17.948
- Outras comissões	5.365.137	3.799.299
	-----	-----
	8.498.282	6.314.361
	-----	-----
<b>Comissões - Proveitos</b>		
- Por garantias prestadas	5.715.163	5.669.933
- Por compromissos perante terceiros	1.004.891	1.000.687
- Por oper. cambiais, taxa juro e sobre cotações	4.905	9.097
- Por serviços prestados	22.472.756	10.899.611
- Por operações realizadas por conta de terceiros	2.503.719	1.357.366
- Outras comissões	54.081.305	44.776.250
	-----	-----
	85.782.739	63.712.944
	-----	-----
Saldo de Comissões	77.284.457	57.398.583
	=====	=====

## 55 - LUCROS E PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>Lucros</u>		<u>Prejuízos</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Posição cambial	3.827.311	8.824.971	2.997.260	7.483.379
Títulos	690.873	3.697.944	872.215	1.923.837
Lucros/prejuízos em contratos de futuros em mercados organizados	4.904.708	829.390	2.621.509	927.837
Outros lucros/prejuízos em op. financ.	763.460	497.847	24.861	348.136
	-----	-----	-----	-----
	10.186.352	13.850.152	6.515.845	10.683.189
	=====	=====	=====	=====

## 56 - CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Remunerações:		
Órgãos de gestão e fiscalização	8.386.277	7.655.528
Empregados	107.316.127	99.579.223
	-----	-----
	115.702.404	107.234.751
	-----	-----
Encargos sociais:		
Obrigatórios		
- Relativos a remunerações	25.264.298	23.515.249
- Pensões de reforma	227.396	185.872
- Pensões de sobrevivência	49.225	52.610
- Fundo de pensões	681.122	635.343
- Outros encargos obrigatórios	1.380.624	530.039
	-----	-----
	27.602.665	24.919.113
Facultativos	191.188	155.143
	-----	-----
	27.793.853	25.074.256
	-----	-----
Outros custos com o pessoal	1.433.723	1.001.714
	-----	-----
	144.929.980	133.310.721
	=====	=====

## 57 – OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

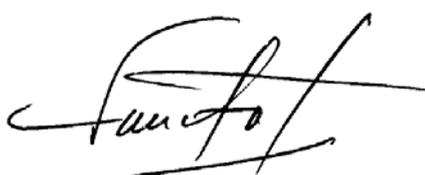
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Fornecimentos e serviços de terceiros:</b>		
Fornecimentos de serviços		
- Água, energia e combustíveis	4.540.749	3.890.663
- Impressos e material de consumo corrente	3.096.373	3.119.345
- Material para assistência e reparação	102.153	93.338
- Publicações	154.936	150.708
- Material de higiene	500.081	491.161
- Outros fornecimentos de terceiros	1.154.268	1.137.965
	-----	-----
	9.548.560	8.883.180
	-----	-----
Serviços de terceiros		
- Rendas e alugueres	2.745.537	2.448.319
- Comunicação e despesas de expedição	13.606.939	12.781.719
- Deslocações, estadas e representação	4.831.670	4.596.112
- Publicidade e edição de publicações	6.193.380	4.820.949
- Custos com trabalho independente	6.326.955	5.304.940
- Conservação e reparação	7.348.165	6.470.443
- Seguros	2.743.177	555.228
- Judiciais, contencioso e notariado	2.836.014	2.456.876
Serviços especializados		
- de informática	13.262.463	8.921.890
- de segurança e vigilância	646.439	625.041
- de recrutamento de pessoal	51.143	42.755
- de informações	322.528	264.094
- de bancos de dados	162.835	200.691
- de mão-de-obra eventual	206.725	445.428
- de despesas com serviços Multibanco (Sibs)	4.129.947	3.366.790
- de facturação Sibs-online	122.673	134.895
- de outros serviços especializados	3.475.394	2.972.803
Transportes		
- de valores	918.466	890.226
- de equipamento e outros materiais	17.334	19.420
- Encargos com acções de natureza cultural/económica	76.079	88.658
- Encargos com formação de pessoal	811.969	802.701
- Outros	36.591	26.389
	-----	-----
	70.872.423	58.236.367
	-----	-----
	80.420.983	67.119.547
	=====	=====

## 58 - CONTRATOS DE AGÊNCIA

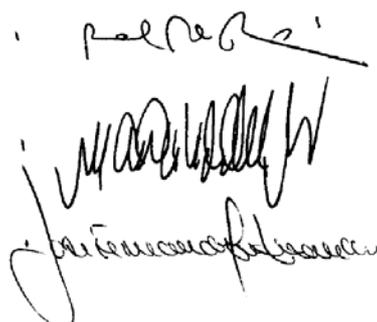
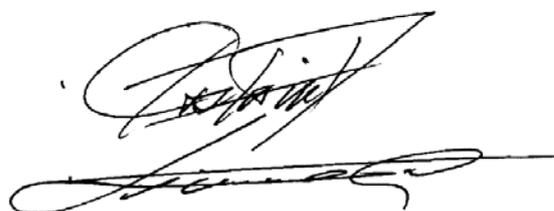
Os contratos de agência previstos no art.º 61º do Regime Jurídico, celebrados com as C.C.A.M. associadas durante o exercício, totalizaram aproximadamente:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Número	4.419	7.515
Valor	218.241.000	341.655.238

O Responsável pela Contabilidade



A Direcção



### **3. Certificação Legal de Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

#### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias (Grupo Crédito Agrícola), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 10.094.170.816 Euros e capitais próprios de 800.615.923 Euros, incluindo um resultado líquido de 85.245.628 Euros, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade da Direcção da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **Âmbito**

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

· Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

## Reservas

4. No processo de consolidação, as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias foram integradas no pressuposto da utilização de princípios, critérios e políticas contabilísticas uniformes. Atendendo a que não auditámos as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, nem as das suas Subsidiárias, não podemos assegurar o cumprimento do pressuposto acima referido nem a ausência de ajustamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.
5. Os prejuízos apurados no exercício de 2006 pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo até ao momento em que foram absorvidas em processos de fusão por incorporação noutras Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, bem como outras situações não identificadas, cujo montante total ascende a 6.035.922 Euros (Nota 29), encontram-se reflectidos na rubrica de resultados transitados do balanço consolidado anexo. Entendemos que estes prejuízos deveriam ter sido reconhecidos na demonstração de resultados consolidados.

## Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima e excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

## Ênfase

7. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o definido no Plano de Contas para o Sistema Bancário, o qual requer a apresentação de demonstrações financeiras comparativas. A Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, datada de 2 de Maio de 2006, continha duas reservas de conteúdo idêntico ao descrito nos parágrafos 4 e 5 acima e um ênfase não aplicável às demonstrações financeiras consolidadas de 2006.

Lisboa, 3 de Maio de 2007

  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

## **4. Parecer do Conselho Consultivo**

## Parecer do Conselho Consultivo



O Conselho Consultivo, durante o ano de 2006, acompanhou a evolução geral da actividade do SICAM. Reuniu regularmente com os Senhores Presidentes do Conselho Geral e da Direcção, bem como, com os restantes elementos da Direcção. Situações houve em que Directores de diversos Departamentos da Caixa Central e Empresas do Grupo, prestaram os esclarecimentos solicitados.

Nas reuniões do Conselho Consultivo, não só foi obtida a informação necessária para poder emitir o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas do SICAM, como também, nos termos das competências que lhe estão atribuídas, analisou e emitiu opinião sobre os diversos processos de intervenção de Caixas Associadas, que ocorreram em 2006, ao abrigo dos artigos 77º e 77º-A do RJCAM.

Outras iniciativas houve em que este Conselho Consultivo teve oportunidade de expressar opinião, pela importância que se revestem na representatividade e solidariedade do SICAM. Destacamos; a) acompanhamento regular da evolução da actividade e da situação económico-financeira das Caixas Intervencionadas; b) participação activa nos trabalhos de alteração do RJCAM.

Sobre a apreciação do Relatório e Contas Consolidadas do SICAM, é entendimento unânime dos membros deste Conselho que o referido relatório e as competentes demonstrações financeiras traduzem de forma clara e objectiva toda a evolução qualitativa e quantitativa que o grupo Crédito Agrícola obteve no ano de 2006.

Apesar de se constatarem atrasos nos prazos previstos para a implementação de alguns projectos no âmbito do programa de modernização dos sistemas de informação "Ruris+" - situações condicionantes para uma maior eficiência e produtividade das CCAM, tal como, no controlo interno e orientação comercial - devemos salientar que o grau de concretização dos objectivos propostos é globalmente positivo.

É inequívoco que a evolução geral da actividade do grupo se pautou por um desempenho muito positivo e que os objectivos propostos no Plano de Actividades e Orçamento para 2006, aprovado em Assembleia Geral, apesar de ambiciosos, foram concretizados na sua generalidade, destacamos:

- Total do Activo Líquido, previsto no orçamento 9.482.508 milhares de euros, realizado no exercício 10.090.189 milhares de euros, a que corresponde uma taxa de concretização de 106%;
- Depósitos de Clientes, valor previsto 8.189.908 milhares de euros, valor realizado 8.630.478 milhares de euros, taxa de concretização 105%;
- Crédito sobre Clientes (líquido de provisões), previsto 6.711.936 milhares de euros, realizado 6.685.387 milhares de euros. Nesta componente do activo o grau de concretização ficou-se pelos 99,6%;
- Na Demonstração de Resultados previsionais para 2006, o desvio orçamental mais acentuado verifica-se na rubrica de FST onde o valor previsto, de 90.775 milhares de euros foi elevado para 101.261 milhares de euros. Contudo, é de referir que esta diferença, de influência negativa nos resultados, encontra-se esbatida pela concretização positiva nas contas de proveitos;
- O resultado final, apresenta um desvio positivo de 1.318 milhares de euros, no Resultado do Exercício, antes do imposto sobre os lucros, correspondente à diferença entre o valor de 123.784 milhares de euros, previsto no orçamento, e 125.102 milhares de euros obtidos no exercício, a que corresponde uma taxa de concretização de 101%.

Relativamente à consolidação económica e financeira das Caixas Associadas, o Conselho Consultivo partilha das mesmas preocupações manifestadas pelo Conselho Geral e pela Direcção no que se refere às Caixas que ainda apresentam resultados negativos.

No que concerne às matérias relacionadas com os requisitos de conformidade com os princípios, critérios e políticas contabilísticas geralmente aceites, o Conselho Consultivo remete para o parecer que consta da Certificação Legal das Contas Consolidadas do Grupo.

*3.*  
*Amador*  
*07*

É, ainda, entendimento do Conselho Consultivo que o desempenho dos membros do Conselho Geral e Direcção Executiva são merecedores de um voto de apreço pelo trabalho desenvolvido.

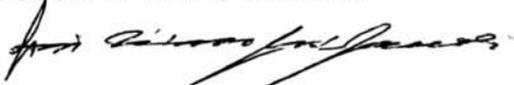
Face ao exposto, o Conselho Consultivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, deliberou, nos termos da alínea c) do artigo 31º dos Estatutos da Caixa Central, por unanimidade, emitir parecer favorável sobre o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo Crédito Agrícola bem como solicitar a sua aprovação em Assembleia Geral.

Lisboa, 04 de Maio de 2007

## O CONSELHO CONSULTIVO

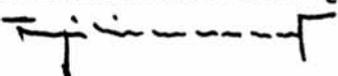
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio (*Presidente*)

**João Lázaro da Cruz Barrote**



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Águeda

**José Luís Sereno Gomes Quaresma**



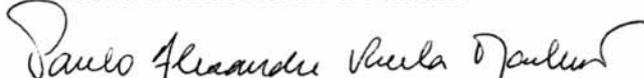
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Corgo e Tâmega

**Alcino Pinto dos Santos Sanfins**



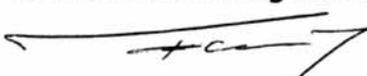
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro

**Paulo Alexandre Varela Martins**



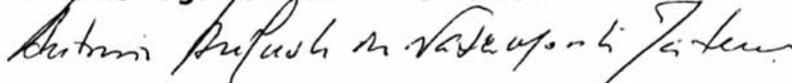
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

**Francisco José Salgueiro Correia**



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

**António Augusto Nascimento Mateus**



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra

**José Paulo Barbosa Moreira de Sousa**



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

**Henrique Vasconcelos Teixeira**



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

**Ângelo de Jesus Antunes**

